

# **Vozes femininas da clandestinidade comunista (1940-1974)**

Vanessa Andreia dos Santos de Almeida

Trabalho de projecto Mestrado em Antropologia  
Área de Especialização em Direitos Humanos e Movimentos Sociais

Orientadora: Professora Doutora Paula Godinho

Setembro, 2015

Trabalho de Projecto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Antropologia, Área de Especialização em Direitos Humanos e Movimentos Sociais, realizado sob a orientação científica da Professora Doutora Paula Godinho

*À memória do meu pai,*  
*Mariano de Almeida,*  
*funcionário,*  
*do Partido Comunista Português*

## **Agradecimentos**

Cada investigação é, na sua essência, um entrelaçar de motivações diversas que justificam o trilho percorrido. Esse caminho teve início num tempo demasiado distante, mas nem assim perdeu o sentido ou a razão de ser, pelo contrário, ganhou uma dimensão maior e a obrigatoriedade da sua realização.

Quero começar por agradecer à Professora Doutora Paula Godinho, não apenas ter acedido orientar este trabalho, mas também pela leitura crítica do mesmo, assim como por todas as sugestões e conselhos. Agradeço sobretudo a amizade, o carinho e incentivo constante com que me presenteou ao longo destes últimos anos, bem como por nunca ter deixado de acreditar em mim, quando por vezes era eu própria que de mim duvidava.

Às antigas clandestinas do Partido Comunista Português, que acederam partilhar comigo as suas memórias e depositaram em mim confiança ao fazê-lo, o meu agradecimento pungente. Sem os testemunhos de Conceição Matos, Domicilia Correia da Costa, Elídia Rosa Caeiro, Fernanda Alves Rodrigues, Francisca Galado Caeiro, Margarida Tengarrinha, Maria Carvalho, Maria Machado, Maria Lourença Cabecinha, Sofia Ferreira e Teodósia Gregório este trabalho não seria possível, e eu seria com certeza uma pessoa diferente da que sou hoje, pois o que me ensinaram foi muito para além das suas experiências da clandestinidade. Infelizmente, este trabalho chega demasiado tarde para algumas delas, e isso é da minha inteira responsabilidade.

Ao Partido Comunista Português pelo acesso à totalidade da imprensa consultada, o meu obrigada. Do mesmo modo, ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo e aos seus funcionários, com um destaque particular para o dr. Paulo Tremoceiro, pela disponibilidade constante.

Um agradecimento pelas palavras de incentivo, tanto ao Professor Doutor Fernando Rosas como à Cristina Nogueira, que mesmo de longe nunca deixou de demonstrar a sua disponibilidade para tudo aquilo que eu necessitasse, assim como ao dr. José Pacheco Pereira, pela cedência de materiais. À Dulce Simões, não apenas pela amizade que nos une, mas também pela revisão cuidada e sugestões pertinentes. Sem a sua ajuda, o resultado seria com certeza outro.

Este trabalho reflecte grande parte da minha vida dos últimos anos, mesmo quando foi objecto de interrupção, mas não de esquecimento. Foram anos de um

percurso pessoal por vezes demasiado doloroso, mas também por isso era impossível deixar de cumprir o objectivo a que me propus.

À minha família de mulheres, o meu obrigada. À minha avó, porque sem ela não teria sido possível. À minha mãe, pela coragem com que me acompanhou nestes últimos anos, pelo apoio constante mesmo quando a minha ausência é uma realidade e à minha irmã, porque sei da felicidade que sente por me ver concluir mais um projecto.

Todos os trabalhos de investigação pressupõem momentos de isolamento onde, confrontados com a escrita, nos deparamos também com as nossas fragilidades e inseguranças. Mas também comportam em si redes de solidariedade silenciosas que nos amparam nos momentos decisivos. Antes de mais, ao José Miguel Leal da Silva, pela amizade e confiança. Depois, à *célula*. A quem permaneceu e permanece sempre do meu lado, independentemente das circunstâncias. À Cláudia Ferreira, presença constante dos meus dias. À Maria Morais, que mesmo estando longe, sei que está comigo e que o carinho é igual ao do primeiro dia. À Catarina Oliveira, que reentrou na minha vida há dois anos e veio para ficar. À Catarina Pires e à Sandra Benfica, que me chamam tantas vezes à razão no meio de abraços sentidos. Ao João Alves, que exige de mim quando acha que o deve fazer e que me ampara quando sabe que não é a brincar. À Maria Miguel, que não me deixou desistir e que me recorda da força de que eu sou capaz. Todos foram e continuam a ser parte fundamental do meu *rumo à vitória*, foram quem me emprestou a coragem quando ela escasseava e quem me dá alento para prosseguir. Uma palavra especial para o Tiago Carvalho, pela ternura, pela música, e porque o seu exemplo foi tantas vezes fonte de inspiração.

Este trabalho representa para mim muito mais do que um mero projecto académico. E longe de ser uma conclusão, representa acima de tudo o tomar as rédeas de um caminho do qual me desviei há demasiado tempo. Quando o iniciei, tinha o meu pai ao meu lado, hoje já não. Este trabalho é dele também, por tudo aquilo que me transmitiu. A minha maior mágoa é que já não vai ser lido por ele e que perdi para sempre a oportunidade de ouvir a análise minuciosa que eu sei que faria. Mas, mesmo tarde demais, eu não me rendi. Ele teria apreciado isso.

## **Vozes femininas da clandestinidade comunista (1940-1974)**

Vanessa Andreia dos Santos de Almeida

**PALAVRAS-CHAVE:** Clandestinidade, Partido Comunista Português, Estado Novo, memória colectiva.

### **Resumo**

Este trabalho de investigação pretende reflectir sobre as vivências femininas na clandestinidade comunista portuguesa, na tentativa de compreender de que modo a divisão socialmente construída entre os géneros vai reflectir-se na militância política e nos quotidianos da clandestinidade. Em termos metodológicos, e porque considerámos que era impossível captar a essência do que foi a experiência da clandestinidade no feminino apenas mediante o recurso a fontes documentais, optámos por proceder à recolha de narrativas de vida de mulheres que passaram por tal experiência, com vista a trabalharmos a noção de memória colectiva, esta entendida como fenómeno socialmente construído por um determinado grupo ou comunidade. Seguimos então o caminho da história oral e recorremos a bibliografia proveniente dos mais diversos campos do saber: história, sociologia, antropologia, ciências da educação e psicologia, com vista a resgatar do silêncio a que foram confinadas as vozes daquelas mulheres que, com um enorme sacrifício pessoal, abandonaram as suas terras, as suas casas, a sua família, inclusivamente o seu nome, para passar à clandestinidade, permitindo a sobrevivência do aparelho clandestino do Partido Comunista Português durante os anos da ditadura do Estado Novo.

## **Feminine voices of the communist clandestinity (1940-1974)**

Vanessa Andreia dos Santos de Almeida

**KEYWORDS:** Clandestinity, Portuguese Communist Party, Estado Novo, collective memory

### **Abstract**

This research intends to reflect on women's experience in the Portuguese communist clandestinity in an attempt to understand how the socially constructed boundary between genders impacted the political activism and daily secrecy. In methodological terms, and because it was considered impossible to capture the essence of what was the experience of feminine clandestinity recurring only to documental sources, it was chosen to collect narratives of the lives of women that experienced it, in order to work the concept of collective memory, understood as a social phenomenon built by a certain group or community. This was followed by the oral history path and resorted to a bibliography originated from the most miscellaneous fields of knowledge: history, sociology, anthropology, education sciences and psychology, aiming to rescue from deep silence those women's voices who, with a huge personal sacrifice, have abandoned their land, their homes, their family, even their name, to go underground, allowing the survival of the clandestine structure of Portuguese Communist Party during the years of the *Estado Novo* dictatorship.

## Índice

<b>Introdução: o tema, os problemas e os caminhos .....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 1 – O Partido Comunista Português e a questão feminina .....</b>	<b>19</b>
1.1. O Partido rumo à clandestinidade .....	34
1.2. As mulheres e a passagem à clandestinidade .....	47
<b>Capítulo 2 – “Eu não sou eu nem sou o outro, sou qualquer coisa de intermédio”</b>	<b>64</b>
2.1. <i>Eu passei por muitas casas, isto é uma história muito grande</i> .....	83
2.1.1. As tipografias .....	97
2.1.2. As casas de apoio .....	101
<b>Capítulo 3 - Resistências na clandestinidade .....</b>	<b>105</b>
3.1. «Por teu livre pensamento foram-te longe encerrar» .....	116
3.1.1. Honra e vergonha, ou alegria do dever cumprido .....	127
<b>Conclusão: o direito à memória e ao reconhecimento .....</b>	<b>133</b>
Fontes e Bibliografia .....	137
Anexo - Biografia das entrevistadas .....	148



## Introdução: o tema, os problemas e os caminhos

*Pela glória quem não faria grandes coisas?  
Mas quem as faz pelo olvido?*

(Bertolt Brecht, Elogio do Trabalho Clandestino)

*Se vives nas sombras, frequentas porões  
Se tramas assaltos ou revoluções  
A lei te procura amanhã de manhã  
Com o seu faro de dobermann*

(Chico Buarque, *Hino de Duran*)

Na contracapa do livro *Ensaio sobre a Cegueira*, José Saramago recorre a uma epígrafe de um livro inventado, o *Livro dos Conselhos*: «Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara». Em Outubro de 1998, na sede nacional do Partido Comunista Português (PCP), Eduardo Gageiro, através da sua lente, fixa para a posterioridade aqueles que são considerados como alguns dos principais dirigentes históricos do partido. Nas mesas redondas existentes no r/c, daquela que é comumente designada por «Soeiro», são oito os que nos olham. De pé, Jaime Serra, Sérgio Vilarigues e Blanqui Teixeira e, sentados, António Dias Lourenço, Álvaro Cunhal, José Vitoriano, Joaquim Gomes e Octávio Pato. Na fotografia – também ela histórica – a «alma» do partido é personificada por homens. As mulheres estão ausentes.

Margarida Tengarrinha, funcionária do PCP desde 1954, assinala essa ausência no seu livro de memórias:

*«Quando leio relatos de vários camaradas, que já foram publicados, constato que falam de factos políticos importantes, momentos altos e heróicos da luta, mas nunca*

*abordam estas questões do quotidiano que nós, mulheres, vivemos pacientemente. Será que foi menos heróico aquele nosso dia-a-dia desgastante e obscuro?»<sup>1</sup>.*

Foi uma inquietação semelhante, num tempo recuado (2006), tão diferente do tempo presente em que vivemos, onde as palavras crise e austeridade passaram a fazer parte do nosso quotidiano, que nos levou a interrogar as vivências femininas na clandestinidade comunista portuguesa e encetar um caminho de reflexão, na tentativa de compreender de que modo a divisão socialmente construída entre os géneros vai reflectir-se na militância política e nos quotidianos da clandestinidade<sup>2</sup>.

*«Perguntei-me se esses relatos se ajustariam à realidade dos factos ou se, de uma forma talvez inevitável, estariam cobertos por aquela patine de meias verdades e de mentiras que prestigia sempre um episódio remoto e, para seus protagonistas, talvez lendário, de forma que o que talvez me dissessem ter acontecido não seria o que de facto acontecera e nem sequer o que recordavam ter acontecido, mas apenas o que recordavam ter contado outras vezes»<sup>3</sup>.*

Definido o tema, sabíamos que a metodologia a aplicar não poderia ser feita no modelo clássico da observação participante celebrizado por Malinowsky, uma vez que se tratava de pôr em prática, tal como Sónia Vespeira de Almeida definiu no seu estudo sobre as campanhas de dinamização cultural levadas a cabo pelo MFA<sup>4</sup>, de uma etnografia retrospectiva, a qual, para além de trabalhar sobre um tempo pretérito com base em discursos construídos no tempo presente, não tinha um *espaço* delimitado, porque a natureza do objecto não o pressupunha. A nossa abordagem tinha por isso de ser inevitavelmente distinta, e percorrer outros caminhos que não os tradicionais, tomando a decisão de conciliar a recolha de narrativas de vida com o recurso à produção do próprio partido, aos materiais existentes no GES (Gabinete de Estudos Sociais – arquivo histórico do PCP) e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e às memórias de antifascistas, entretanto dadas à estampa.

---

<sup>1</sup> TENGARRINHA, Margarida, *Quadros da Memória*, Lisboa, Edições «Avante!», 2004, p. 63.

<sup>2</sup> BOURDIEU, Pierre, *A Dominação Masculina*, Lisboa, Relógio d'Água, 2013 [1998], p. 23.

<sup>3</sup> CERCAS, Javier, *Soldados de Salamina*, Porto, Edições ASA, 2006, p. 53.

<sup>4</sup> Cf. ALMEIDA, Sónia Vespeira, «Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA: uma etnografia retrospectiva», *Arquivos da Memória*, Lisboa, Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, Nova Série, nº 2, 2007.

Numa primeira fase, optámos por tentar compilar o máximo da produção memorialística produzida até à data, alguma da qual já nossa conhecida, mas que sentimos inevitavelmente necessidade de revisitar para uma leitura mais atenta, e outra que nos era até então totalmente desconhecida, ou que progressivamente tem vindo a ser publicada. A importância das informações recolhidas através deste tipo de literatura é evidente, atendendo às condições em que se verificava a actuação do PCP e dos seus militantes na clandestinidade. Como sublinhou o historiador António Ventura, «A clandestinidade e os cuidados conspirativos impunham a inexistência de documentos, ou a sua destruição, pelo que muitos eventos só podem recriados e explicados com o contributo dos seus protagonistas»<sup>5</sup>.

Um aspecto que convém ressaltar é o contexto histórico em que esta bibliografia foi sendo produzida. Após a revolução de 1974 verificou-se uma publicação intensa de memórias de militantes comunistas, a que se seguiu um período de estagnação, e um novo acréscimo a partir de meados da década de 90 do século XX<sup>6</sup>, que se tem mantido relativamente constante, acrescido de contributos de militantes de organizações comumente designadas de extrema-esquerda, que seria despidendo não considerarmos<sup>7</sup>.

A maior ou menor produção memorialística está, em nosso entender, directamente relacionada com o modo como foi sendo construída a memória colectiva nacional sobre a ditadura do Estado Novo, bem como do processo revolucionário

---

<sup>5</sup> VENTURA, António, *Memórias da Resistência*, Lisboa, CML/BMRR, 2001, p. 23.

<sup>6</sup> Cf. NOGUEIRA, Cristina Alexandra Marques, *De Militantes a Clandestinos: Práticas e Processos de Formação na Clandestinidade Comunista (1940/1974)*, Universidade do Porto, Tese de Doutoramento em Ciências da Educação apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação, 2009 (policopiado), p. 38.

<sup>7</sup> A título de exemplo: SÁ, Pinto de, *Conquistadores de Almas*, Lisboa, Guerra e Paz, 2006; RODRIGUES, Francisco Martins, *Os anos do silêncio*, Lisboa, Dinossauro edições/Abrente editora, 2008 (póstumo, a partir de textos inéditos); IDEM, *História de uma vida*, Dinossauro edições/Abrente editora, 2009 (póstumo, a partir de entrevistas); RODRIGUES, Aurora, *Gente Comum – Uma história na PIDE*, Castro Verde, 100 Luz, 2011 (recolha, introdução, contextualização e notas de António Monteiro e Paula Godinho); LINDIM, Isabel, *Mulheres de Armas. Histórias das Brigadas Revolucionárias. As acções armadas, os riscos, as motivações*, Lisboa, Editora Objectiva, 2012 (com base em entrevistas a mulheres que militaram nas BR, introdução de Isabel do Carmo, fundadora da organização); BASTOS, Joana Pereira, *Os Últimos Presos do Estado Novo. Tortura e Desespero em vésperas do 25 de Abril*, Lisboa, Oficina do livro, 2013 e, mais recentemente, de ADEMAR, Carlos e ARANHA, Ana, *No limite da dor. A tortura nas prisões da PIDE*, Parsifal, 2014, que reúne vários testemunhos de antigos presos políticos, alguns dos quais provenientes da designada Extrema-Esquerda.

português, a qual foi objecto de estudo de Manuel Loff<sup>8</sup> e também de Luciano Soutelo<sup>9</sup>, que identificaram momentos de charneira específicos na construção dessa memória. Segundo Manuel Loff:

«A história de como se expressou socialmente a memória da ditadura salazarista ao longo do percurso democrático dos últimos 40 anos confunde-se com a história dos portugueses, com as suas esperanças e as suas desilusões, com a conquista e a perda de direitos, com a adesão e rejeição do sistema político criado entre 1974 e 1976»<sup>10</sup>.

Para Luciana Soutelo, o primeiro momento de inflexão no sentido de desvalorizar a Revolução do 25 de Abril verificou-se em 1989, após a conquista da maioria absoluta da social-democracia em 1987 e a queda do muro de Berlim em 1989, «acontecimento internacional que provocou um ampliado impulso de *revisão* nas histórias nacionais». Um segundo momento, em 1992, de denúncia contra o revisionismo histórico em curso, após a concessão de pensões pelo Estado português a ex-agentes da polícia política, o que terá justificado uma «revolta da memória», tal como foi caracterizada pelo historiador Manuel Loff<sup>11</sup>. Em 1994, por ocasião do 20º aniversário do 25 de Abril, a SIC organiza um debate onde junta no mesmo espaço um historiador e antigo preso político (José Tengarrinha), um antigo membro do Conselho da Revolução (Sousa e Castro) e um ex-inspector da PIDE (Óscar Cardoso). Como refere Manuel Loff, o debate na SIC «era o clímax de um processo político de vinte anos que mostrava até onde havia que chegar na reconstrução da memória do passado»<sup>12</sup>. Para Soutelo observa-se uma confluência a acirrar as tendências anteriores, com o branqueamento da ditadura de Salazar/Caetano e o ataque ao 25 de Abril, por um lado e, em oposição, a fase da *anamnese*, uma ampla «revolta da memória», que leva a autora a considerar o «vigésimo aniversário do 25 de Abril um momento paradigmático

---

<sup>8</sup> Cf. LOFF, Manuel, «Estado, democracia e memória: políticas públicas e batalhas pela memória da ditadura portuguesa (1974-2014)», *Ditaduras e Revolução – democracia e políticas da memória*, (coord. Manuel Loff, Filipe Piedade, Luciana Castro Soutelo), Coimbra, Almedina, pp. 23-143.

<sup>9</sup> Cf. SOUTELO, Luciana de Castro, *A memória do 25 de Abril nos anos do cavaquismo: o desenvolvimento do revisionismo histórico através da imprensa (1985-1995)*, Porto, FLUP, dissertação de mestrado em História Contemporânea, 2009 (policopiado), pp. 15-16.

<sup>10</sup> LOFF, Manuel, *Ob. Cit.* p. 29.

<sup>11</sup> LOFF, Manuel, «Esquecimento, revisão da História e revolta da memória», DELGADO, Iva; LOFF, Manuel; CLUNY, António; PACHECO, Carlos; MONTEIRO, Ricardo (orgs), *De Pinochet a Timor Lorosae. Impunidade e direito à memória*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000, pp. 189-199; cit in SOUTELO, Luciana de Castro, *Ob. Cit.*, p 16.

<sup>12</sup> LOFF, Manuel, «Estado, democracia e memória: políticas públicas e batalhas pela memória da ditadura portuguesa (1974-2014)», p. 93.

do *combate pela memória* da revolução»<sup>13</sup>. Segundo Manuel Loff, a reemergência da memória da resistência assenta as suas raízes, não apenas no combate contra o avanço do revisionismo histórico então observado, mas também na superação de uma certa moral comunista que, tal como o historiador sublinha:

«cultiva a sobriedade pessoal ao evitar conceder importância especial às experiências individuais na clandestinidade de militantes, normalmente desvalorizadas para realçar o esforço colectivo, e que, de certa forma, significou a omissão e o silenciamento do discurso memorial de muitos daqueles que suportaram a repressão»<sup>14</sup>.

Alia-se a isto, o facto de muitos dos antigos clandestinos terem permanecido politicamente activos durante largos anos após a Revolução de Abril. O presente e, sobretudo, a noção da necessidade de agir para construir um futuro, justificou um silenciar do passado. Não era o momento. Nos anos 90 a situação alterara-se radicalmente, quer devido às investidas revisionistas, quer pelo ciclo de vida alcançado, justificando que muitos dos antigos clandestinos passassem a escrito as suas memórias da resistência. Enzo Traverso distingue as seguintes fases na memória: (1) um acontecimento marcante, que, pela sua importância, pode resvalar para o trauma; (2) uma fase de recalçamento; (3) uma inevitável *anamnese*, ou seja, o regresso do recalcado, o qual se converte muitas das vezes em obsessão memorial<sup>15</sup>. É este historiador italiano quem avança com a distinção entre «memórias fortes», ou seja, as memórias oficiais, alimentadas pelas instituições, e as «fracas», ou seja, as memórias que permanecessem subterradas e interditas. Como o próprio conclui, «A ‘visibilidade’ e o reconhecimento de uma memória dependem também da força de quem a possui»<sup>16</sup>.

O contexto internacional, a queda do muro de Berlim, a implosão da ex-URSS, assim como a identificação do ideal comunista com os regimes totalitários do século XX, remeteu a memória do comunismo para a clandestinidade, estigmatizando-a, como se o capitalismo e o liberalismo fossem o *fim da história*. O comunismo tornou-se

---

<sup>13</sup> SOUTELO, Luciana de Castro, *Idem*.

<sup>14</sup> LOFF, Manuel, «Estado, democracia e memória: políticas públicas e batalhas pela memória da ditadura portuguesa (1974-2014), *Ditaduras e Revolução – democracia e políticas da memória*, (coord. Manuel Loff, Filipe Piedade, Luciana Castro Soutelo), Coimbra, Almedina, pp. 114-115.

<sup>15</sup> Cf. TRAVERSO, Enzo, *O passado, modos de usar*, s.l., UNIPOP, 2012, pp. 57-59.

<sup>16</sup> *Idem*, pp. 71-72.

invisível do horizonte de esperança<sup>17</sup>, e com ele as memórias daqueles que em nome desse ideal deram o melhor de si.

«Durante os momentos mais sombrios da ‘era dos extremos’ (...), o comunismo aparecia, aos olhos de milhões de homens e mulheres, como uma alternativa pela qual valia a pena lutar. (...). Comunismo era uma palavra portadora de múltiplos significados. Queria dizer tomar em mãos o seu próprio destino, emancipar-se, bater-se contra o fascismo, contra a opressão, construir uma sociedade de iguais»<sup>18</sup>.

Numa época onde o humanitarismo (ou pseudo-humanitarismo) atingiu o apogeu, e em que se privilegia essencialmente a memória de *vítimas*, a memória de revolucionários, de resistentes, como aqueles que combateram o fascismo, mesmo que *vencidos* no contexto hegemónico em que vivemos, é remetida ao ostracismo. Assim se verifica também em Portugal, relativamente aos oposicionistas, militantes ou funcionários clandestinos que combateram a ditadura do Estado Novo e, muito particularmente, a memória das mulheres que se empenharam – também elas por inteiro – nessa luta, derrubando barreiras tão mais difíceis de combater quando se tratava de lutar, não apenas contra o regime mas também contra o código de género vigente à época.

No que se refere à memorialística no feminino, Aida Paulo publica um pequeno opúsculo de memórias<sup>19</sup> em 1974, inserido na colecção *Episódios da Resistência Antifascista contados por quantos a viveram*, relevante para este estudo por reflectir sobre o período anterior à reorganização do PCP de 1940/41, e sobre o qual não foi possível recolher testemunhos directos. Em 1975, duas importantes edições compilaram testemunhos de várias mulheres, oposicionistas, militantes ou funcionárias do PCP na clandestinidade, testemunhos que foram recolhidos por Gina de Freitas<sup>20</sup> e Rose Nery Nobre de Melo<sup>21</sup>. Interessante assinalar que situação idêntica é verificada na actualidade no que concerne a mulheres que militaram em organizações de extrema-esquerda, ou seja, as publicações até ao momento dadas à estampa são fruto do despoletar da

---

<sup>17</sup> *Idem*, p. 126.

<sup>18</sup> *Idem*, pp. 121-122.

<sup>19</sup> PAULA, Aida, *Com a certeza de quem quer vencer*, s.l., Edições Sociais, s.d. [1975].

<sup>20</sup> FREITAS, Gina de, *A Força Ignorada das Companheiras*, s. l., Plátano Editora, s.d. [1975].

<sup>21</sup> MELO, Rosa Nery Nobre de, *Mulheres portuguesas na resistência*, Lisboa, Seara Nova, 1975.

memória por outrem e não produção autobiográfica ou memorialística propriamente dita.

Os anos 80 foram parcos em produção memorialística feminina, sendo de ressaltar a obra de Maria Luísa Costa Dias que, de cariz ficcional, revela uma forte componente autobiográfica<sup>22</sup> e, em 1984, a de Cândida Ventura que, para além do seu percurso dentro do PCP, abarca ainda os acontecimentos da «Primavera de Praga»<sup>23</sup>. Esta é uma obra a todos os títulos diferente, visto tratar-se de memórias de uma ex-militante comunista, sendo possível estabelecer-se uma analogia com a publicação mais recente das memórias de Zita Seabra<sup>24</sup>. São obras que têm, inerente a si, outros interesses que não o exaltar ou narrar o percurso individual (e colectivo) do partido, antes justificar as motivações que conduziram ao corte com a organização, fornecendo por isso um outro olhar sobre a mesma, mas que pelas intenções subjacentes devem ser devidamente enquadradas. Como alerta António Ventura, «Sentir a necessidade de escrever memórias em tais circunstâncias pode ter motivações várias: explicar uma mudança de rumo que é legítima, como todas as mudanças conscientemente assumidas, saldar contas que ficaram pendentes, pagar um favor...»<sup>25</sup>.

Os anos 90 e a primeira década deste século foram dominados por um recrudescimento de memórias (tanto femininas como masculinas) de militantes e funcionários do PCP na clandestinidade, o que de certo modo traduz a já mencionada anamnese face às investidas neoliberais e revisionistas com que vinham sendo (são) diariamente confrontados, procurando deste modo contrariar a ideia hegemónica instalada. Todavia, e tratando-se de memórias que contrariam em larga medida a

---

<sup>22</sup> DIAS, Maria Luísa Costa, *Crianças emergem da sombra. Contos da clandestinidade*, Lisboa, Ed. «Avante!», 1982.

<sup>23</sup> VENTURA, Cândida, *O «Socialismo» que eu vivi*, Lisboa, Ed. O Jornal, 1984.

<sup>24</sup> SEABRA, Zita, *Foi Assim*, Lisboa, Alêtheia Editores, 2007.

<sup>25</sup> VENTURA, António, *Ob. Cit.*, p. 28. A título de exemplo, veja-se o que Raimundo Narciso – também ele antigo militante e dirigente do PCP que veio a aderir posteriormente ao PS – escreveu, a propósito do livro de memórias de Zita Seabra: «Zita Seabra deu uma entrevista à Visão (2007-08-30) onde tinha a oportunidade de desmentir a minha presença numa "visita do PCP" a sua casa em 1988 e não desmentiu. Prefere, por orgulho, julgo eu, (o orgulho apesar de venial é um pecado) continuar a mentir.

Nesta entrevista repete passagens do seu livro como esta: "as camaradas ganhavam menos que os homens e as «amigas da casa do partido» não tinham sequer o direito de ser chamadas de camaradas." Eu estive na clandestinidade (1964 a 1974) no mesmo período que ela (1967-1974) e em todo esse período conheci para além da minha, várias casas de outros militantes clandestinos dos PCP e em todas elas as mulheres com ou sem trabalho de organização ganhavam rigorosamente o mesmo. E não passava pela cabeça de ninguém que não fossem tratadas em pé de estrita igualdade com os homens. No tratamento como "camaradas" ou qualquer outro aspecto relacionado com a sua pessoa. Concluo que frequentámos a clandestinidade em partidos diferentes».

<http://agrandediissidencia.blogspot.pt/2007/08/sou-assim.html>, acedido em 19/6/2012.

memória institucional vigente, o seu alcance é limitado, essencialmente circunscrito à rede de sociabilidade afectiva e política<sup>26</sup>. Como sublinhou Paula Godinho:

«As revoluções e os revolucionários passaram a ser apresentados como gente fora do tempo, destemperada, pouco *cool*. Mais, falar e escrever acerca de revoluções e revolucionários não está na moda. Cobre-se de ridículo quantos deram o melhor de si, generosamente, em processos de invenção da democracia num país que a desconhecia, ou deprecia-se os seus feitos, conectando-os com a instabilidade social. Os processos revolucionários são negativizados, remetidos para a anormalização, a patologização e a psiquiatrização»<sup>27</sup>.

O Partido Comunista Português (PCP), tem vindo de uns anos a esta parte a desenvolver um importante trabalho na recuperação da sua memória histórica, através da publicação das *Obras Escolhidas* de Álvaro Cunhal<sup>28</sup>, da disponibilização integral em linha de imprensa clandestina, como seja o *Avante!*, *O Camponês*, *A Terra*, *O Militante*, *O Comunista*, *O Têxtil*, o *Marinheiro Vermelho*, dos jornais da prisão, a par de dossiers temáticos dedicados a momentos chave da história da resistência ou a militantes emblemáticos do partido<sup>29</sup>, situação que culminou nas Comemorações do Centenário de Álvaro Cunhal, em 2013. Como referiu José Pacheco Pereira, tudo isto «significa uma viragem na atitude tradicional do PCP de fechar a sua história à investigação independente, publicando inclusive alguns textos e documentos até então incómodos para a história ‘oficial’ do partido»<sup>30</sup>.

Apesar da clandestinidade comunista portuguesa, pela sua duração ser, de *per se*, um terreno extraordinário para compreender uma cultura política fundamental para a história do século XX (seja a nível internacional, seja a nível nacional), a verdade é que

---

<sup>26</sup> POLLAK, Michael, «Memória, Esquecimento, Silêncio», *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 9.

<sup>27</sup> GODINHO, Paula, «História de um testemunho, com Caxias em fundo», in RODRIGUES, Aurora, *Ob. Cit*, p. 16.

<sup>28</sup> 5 volumes até ao momento, através da Editorial «Avante!», 2007-2014.

<sup>29</sup> Dossiers temáticos sobre a Revolução Republicana, o 18 de Janeiro, a Revolta dos Marinheiros, o Tarrafal, as greves de 1944, a Rádio Portugal Livre, o dia do Estudante e a Crise Académica, a fuga de Caxias, o 3º Congresso da Oposição Democrática, a par de dossiers biográficos (muitas das vezes resultantes de exposições comemorativas ou do centenário do nascimento ou do assassinato pelas forças repressivas do Estado Novo) dedicados a figuras como seja o Pedro Soares, Sérgio Vilarigues, Soeiro Pereira Gomes, Alfredo Lima, Militão Ribeiro, Manuel Guedes, José Gregório, José Dias Coelho, Bento Gonçalves, Alfredo Dinis e a Catarina Eufémia. Cf. <http://www.pcp.pt/dossiers> (acedido em Julho de 2015).

<sup>30</sup> Cit in LOFF, Manuel, *Ob. Cit*, p. 125.



continuam a ser poucos em Portugal os estudos que se debruçaram sobre a temática. Começamos por destacar aqui o trabalho pioneiro de José Pacheco Pereira, *A Sombra. Estudo sobre a clandestinidade comunista* (1993), bem como os três volumes até agora publicados referentes à biografia política de Álvaro Cunhal (1999-2005). Na sua tese de doutoramento em Antropologia *Memórias da Resistência no Sul – Couço (1958-1962)* (1998), Paula Godinho abordou a questão da clandestinidade, bem como o papel do género numa localidade reconhecida pelo seu papel de resistente ao Estado Novo. Mais recentemente, a tese de doutoramento em Ciências de Educação de Cristina Nogueira, *De Militantes a Clandestinos: Práticas e Processos de Formação na clandestinidade Comunista (1940/74)* (2009), na qual a autora analisa a diferenciação de papéis conforme o género no desempenho das tarefas por parte dos clandestinos, assim como a tese de doutoramento em História Institucional e Política Contemporânea de João Madeira, *O Partido Comunista Português e a Guerra Fria: «sectarismo», «desvio de direita», «Rumo à vitória» (1949-1965)* (2011). Alia-se a isto quase total ausência de estudos no panorama nacional relativos à oposição protagonizada pelas mulheres à ditadura do Estado Novo. Ressalvam-se, como exceções, o trabalho de Antónia Balsinha no âmbito dos Estudos sobre Mulheres, sob o tema *As Mulheres de Alhandra na Resistência* (2005), a tese de mestrado de Vanda Gorjão, *Mulheres em Tempos Sombrios – Oposição feminina ao Estado Novo* (2002), a tese de doutoramento em Antropologia da autoria de Sónia Ferreira, *A Fábrica e a Rua – resistência operária em Almada* (2010) e, mais recentemente, de Cecília Honório, *Mulheres contra a Ditadura* (2014), referente à participação de mulheres no MUD Juvenil (1946-1957). Sobre as clandestinas propriamente ditas, para além das referências nas obras acima mencionadas, destaca-se pelo seu carácter único a monografia de Ana Barradas, *As Clandestinas* (2004). Na bibliografia produzida em Espanha, bem como nos países da América Latina, onde a experiência e a memória dos regimes ditatoriais permitiu uma extensa produção sob diferentes abordagens, salientamos a obra de Maria Auxiliadora Arantes, antiga militante da Acção Popular brasileira que, na área da psicanálise, escreveu *Pacto Re-velado. Psicanálise e clandestinidade política* (1999) a partir de testemunhos de antigos militantes da AP. Ainda do Brasil, destacamos a tese de Elizabeth Ferreira, *Mulheres, Militância e Memória* (1996), baseada em 13 histórias de vida, de mulheres que em diferentes organizações encetaram uma resistência à ditadura

militar brasileira. Sobre a experiência da clandestinidade comunista chilena o trabalho de Rolando Álvarez, *Desde las sombras. Una historia de la clandestinidad comunista (1973-1980)* (2003), emprestou-nos conceitos de análise fundamentais, sendo ainda de destacar o trabalho de Jocelyn Viterna, *Pulled, Pushed and persuaded: Explaining women's mobilization into the Salvadoran guerrilla army* (2006), onde a autora avança com uma tipologia atendendo às motivações que estiveram subjacentes à adesão à guerrilha. A ditadura franquista motivou e continua a motivar uma série de trabalhos fundamentais, não só relativos à clandestinidade do PCE, mas também sobre o papel desempenhado pelas mulheres na resistência ao Nuevo Estado. A lista seria demasiado exaustiva, por isso optamos por destacar a obra colectiva *Nosotros los Comunistas. Memoria, identidad e historia social* (eds. Manuel Bueno Lluch e Sergio Gálvez Biesca) (2009), que reúne as comunicações apresentadas no II Congresso da história do PCE, organizado pela Fundación de Investigaciones Marxistas, criada em 1978. De distinguir também o nº 4 da *História del Presente* (2004) que, sob o título «Mujer, represión, antifranquismo», reuniu uma paleta de artigos relevantes, dos quais destacamos o de Mercedes Yusta, «Rebeldia individual, compromiso familiar, acción colectiva. Las mujeres en la resistencia al franquismo durante los años cuarenta» e o de Claudia Cabrero Blanco, «Espacios femininos de lucha. Rebeldias cotidianas y otras formas de resistencia de las mujeres durante el primer franquismo», distinguindo ainda, da mesma autora, a obra *Mujeres contra el franquismo (Asturias 1937-52). Vida cotidiana, represión y resistencia* (2006). Recolhemos também os contributos do trabalho colectivo, cuja edição foi da responsabilidade de Donatella Della Porta, intitulado *Social Movements and violence: participation in underground organizations* (1992), do qual destacamos as contribuições de Della Porta, «On individual motivations in underground political organizations», de Maria Jose Moyano, «Going underground in Argentina: a look at the founders of a guerrilla movement» e de Luisa Passerini, «Lacerations in the memory: women in the italian underground organizations». Outro trabalho igualmente importante de Donatella Della Porta, *Clandestine Political Violence* (2013), mereceu a nossa atenção no que concerne às redes que justificam a adesão a uma organização clandestina.

A presente investigação, tratando-se de uma etnografia sobre um tempo pretérito, justificou o recurso a fontes documentais, o que remete para a relação da

antropologia com os arquivos, relação que não se apresenta inócua nem livre de contestação, apesar da mudança de paradigma que tem vindo progressivamente a verificar-se. Todavia, e tal como Mary Des Chenes referiu, «Entre os lugares que os antropólogos têm ido quando vão para o campo, está o arquivo»<sup>31</sup>, tendo-se em consideração que, e tal como a memória, toda a documentação escrita é produzida num contexto concreto com intenções deliberadas, devendo os arquivos ser considerados, eles próprios, como artefactos do presente, como a «instituição que canoniza, cristaliza e classifica o conhecimento de que o Estado necessita, tornando-o acessível às gerações futuras sob a forma forma cultural de um repositório do passado neutro»<sup>32</sup>.

Por ser fundamental debruçarmo-nos sobre a produção da organização partidária, pedimos autorização ao PCP para consultar documentação depositada no GES, e assim procedemos ao levantamento dos dois jornais especialmente dedicados às funcionárias do PCP na clandestinidade: *3 Páginas para as Camaradas das Casas do Partido* (1946-1956), substituído pelo *A Voz das Camaradas das Casas do Partido* (1956-1970), bem como ao levantamento sistemático de artigos publicados no *Avante!* e no *Militante* que abordassem a temática da questão feminina.

O Arquivo Nacional da Torre do Tombo foi outro dos locais que justificou visitas demoradas na nossa parte, com vista à consulta de dois fundos específicos: o arquivo do Tribunal da Boa-Hora, cujo interesse é amplamente justificado tendo em consideração que muita da documentação apreendida pela polícia política em instalações clandestinas era anexada aos processos para funcionar como prova e, como tal, repositório de informações, relatórios vários aos quais de outro modo não seria possível aceder, e que muitas das vezes dão informações relevantes sobre o quotidiano das casas clandestinas. Por último, o arquivo da PIDE/DGS. A abertura deste arquivo ao público, nos anos 90 do século XX, expôs a sua importância para o estudo da história da resistência e repressão durante o Estado Novo. Todavia, e tal como Fátima Patriarca teve oportunidade de concluir aquando da investigação por si realizada sobre a revolta do 18 de Janeiro de 1934<sup>33</sup>, o arquivo da PIDE/DGS, muito principalmente os autos de interrogatório, através da sua linguagem burocrática e estereotipada, não espelham de todo o que na realidade se passou. O interrogatório ocorre numa situação assimétrica de

---

<sup>31</sup> Cit. in CUNHA, Olívia, «Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo», *Mana*, 10 (2), 2004, p. 294.

<sup>32</sup> DIRKS, cit in CUNHA, *Ob. Cit.*, p. 292.

<sup>33</sup> PATRIARCA, Fátima Patriarca, «Sobre a leitura das fontes policiais», *Análise Social*, nº 143/144, 1997, pp. 925-35.

poder, onde inevitavelmente o preso se encontra numa posição de maior fragilidade, entregue a si mesmo, e muitas vezes vítima de tortura. Ainda assim, muitas das vezes desenvolve estratégias de defesa diversas, recusa responder, nega as acusações e fornece informações falsas. O interrogatório era muitas vezes um choque de vontades ideológico<sup>34</sup>, tal como Manuel dos Santos viria a descrever num soneto<sup>35</sup>. Como conclui Fátima Patriarca:

« (...) à semelhança do que Ginzburg afirma a propósito dos interrogatórios da fase instrutória no processo de Adriano Sofri, também sobre estes autos poderíamos dizer que, com a passagem da oralidade ao registo escrito, se perdem ‘entoações, hesitações, silêncios, gestos’ e que ‘a transcrição é já interpretação’, ou até distorção, condicionando as interpretações que deles venhamos a fazer»<sup>36</sup>.

Foi uma situação em tudo semelhante que se verificou com Aurora Rodrigues, antiga militante do MRPP, que ao consultar os seus processos depositados no arquivo da PIDE/DGS, constatou a existência de erros, omissões e imprecisões, nunca sujeitos a crítica em trabalhos de investigação, antes considerados como «fonte determinante e inteiramente credível»<sup>37</sup>. Repetidos à exaustão, conduziam a «uma bola de neve de asneira, falseando elementos que considerou decisivos para a compreensão do ocorrido e da sua actuação»<sup>38</sup>, o que veio a justificar o trabalho em parceria com Paula Godinho e António Cardoso, onde o testemunho na primeira voz adquire importância central.

Paula Godinho experienciara algo semelhante, quando desenvolveu trabalho de campo na região de Chaves nos finais dos anos 80. Nos discursos dos informantes, quer de um ou do outro lado da fronteira, surgiam breves referências ao que se designava por «a guerra do Cambedo», ocorrida em Cambedo da Raia, em 1946. Todavia, a antropóloga constatou que tanto a imprensa da época como a PIDE esvaziara de

---

<sup>34</sup> Cf. PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal – Uma biografia política*, vol. 1, Lisboa, Temas e Debates, 1999, p. 92.

<sup>35</sup> «Se queres ver um caso vil e repelente./ Mas belo ao mesmo tempo, segue-me leitor./ Vem à Informação. Primeiro vês, horror!./ Formando roda, em torno de um valente./ /Muitos polícias a bater furiosamente/ Em corpo musculoso de trabalhador./ Vomitam palavrões, insultos sem pudor./ Cospem-lhe na face erguida nobremente./ /Festins de canibais! A rir e a praguejar./ E um num requinte de ferocidade, Aponta-lhe a pistola...(A cena vai mudar./ Tira o chapéu, amigo, a tanta dignidade!)7 Faz pontaria e manda: “Viva Salazar!”/ O preso, altivo, brada: “Viva a Liberdade!”», *Avante!*, nº 48, 1937.

<sup>36</sup> PATRIARCA, Fátima, *Ob. Cit.*, p. 927.

<sup>37</sup> GODINHO, Paula, «História de um testemunho, com Caxias em fundo», in RODRIGUES, Aurora, *Gente Comum – uma história na PIDE*, Castro Verde, 100 Luz, 2011, p. 18.

<sup>38</sup> *Idem*.

conteúdo político os factos ocorridos, transformando-os em «actos de bandoleirismo levados a cabo por um ‘bando de malfeitores’»<sup>39</sup>, reescrevendo deste modo a História pelo lado dos vencedores e segregando a memória colectiva dos acontecimentos por parte dos vencidos.

Ao considerarmos a impossibilidade de captar a essência do que foi a vivência feminina da clandestinidade comunista, apenas mediante o recurso a fontes documentais, decidimos cruzar diferentes disciplinas, já que porosas são as fronteiras entre as diferentes ciências sociais, apelando a diversas metodologias. Assim, optámos por proceder à recolha de narrativas de vida de mulheres que passaram por tal experiência, num total de 12 testemunhos<sup>40</sup>, com vista a trabalharmos a noção de memória colectiva do grupo, para alcançar um conhecimento mais profícuo e uma saturação da informação. As diferentes vozes serão consideradas na perspectiva apontada por Daniel Bertaux, ou seja, com vista a compreender a realidade histórico-social da clandestinidade, e, como refere Alfred Schütz, «Cualquier experiencia de vida encierra en sí una dimensión social»<sup>41</sup>. Apoiamo-nos igualmente na tese de Maurice Halbwachs, que defendeu a dimensão colectiva da memória, ou seja, a memória entendida como fenómeno socialmente construído por um determinado grupo ou comunidade<sup>42</sup>, que é continuamente reconstruída no seio do grupo de origem. Nesta perspectiva, falamos de memória colectiva «quando evocamos um acontecimento que teve lugar na vida do nosso grupo e que considerámos; e que consideramos ainda agora, no momento em que lembramos, do ponto de vista desse grupo.»<sup>43</sup>, identificando diferenças cruciais no acto de rememorar quando deixaram de existir laços afectivos com o Partido, como aliás tivemos oportunidade de verificar aquando da recolha das entrevistas. Portanto, interessa-nos a memória colectiva (feminina) da clandestinidade, já que as memórias individuais são sempre enquadradas pelos quadros sociais onde se inscrevem.

---

<sup>39</sup> GODINHO, Paula, «“Maquisards” ou “atracadores”? A propósito das revisões da História no caso de Cambado da Raia, 1946», *O Cambado da Raia 1946*, Ourense, Asociación Amigos da República, s.d., p. 160.

<sup>40</sup> Onze da nossa responsabilidade e um a Cisaltina Maria Santos, realizado por Maria Miguel Cardoso que integra o Centro de Memórias do Museu do Trabalho Michel Giacometti, que gentilmente nos cedeu.

<sup>41</sup> SCHÜTZ, Alfred, cit. in BERTAUX, Daniel, *Los relatos de vida*, Barcelona, Ediciones Bellaterra, 2005 [1997], p. 48.

<sup>42</sup> HALBWACHS, Maurice, *A Memória Colectiva*, S. Paulo, Centauro Editora, 2004 [1968].

<sup>43</sup> *Idem*, p. 41.

Neste sentido seguimos os caminhos da História Oral, que entendemos como um método de investigação comum às diferentes ciências sociais, que assenta no recurso à recolha de memórias, posteriormente trabalhadas. Mas, se o recurso à História Oral nunca levantou objecções no campo da sociologia e da antropologia, o mesmo não se verificou com a História apesar de, e tal como Paul Thompson refere, esta ser a mais antiga e a mais recente forma de fazer história, à qual recorreram Hérodoto e Tucídides, assim como Michelet<sup>44</sup>. Todavia, com o advento do positivismo, o documento escrito impôs-se como única fonte para a construção de um conhecimento histórico credível e isento, ignorando-se que, todo e qualquer documento, tem subjacente em si intenções deliberadas aquando da sua elaboração<sup>45</sup>.

Em 1948, a História Oral conheceu um novo fôlego, com a criação do Columbia Oral History Office, na Universidade de Columbia. Como concluiu Paul Thompson, «(...) a história oral tem um poder único de nos dar acesso às experiências daqueles que vivem às margens do poder e cujas vozes estão ocultas porque suas vidas são muito menos prováveis de serem documentadas nos arquivos»<sup>46</sup>. Aliás, é este resgatar de vozes ocultas dos grupos subordinados – e nos quais as mulheres se inscrevem - que justifica o caminho paralelo entre a história oral e os estudos feministas, caminho que tende a entrelaçar-se a partir de meados da década de 70, e a acentuar-se na década de 90. Como referem Leydesdorf, Passerini e Thompson:

«Both came very quickly to recognize personal feeling as an important focus of investigation, and to emphasize the significance of everyday patterns of behavior and experience. Both moved on from discovering the value of qualitative research to challenging the traditional ‘objectivity’ of social science, emphasizing not only the usefulness but the ethical imperatives of empathy»<sup>47</sup>.

As narrativas recolhidas foram realizadas nos anos de 2007/2009, nos locais que as entrevistadas escolheram, em casas particulares, duas em ambiente exterior, e também nos centros de trabalho do PCP («Soeiro», Centro de Trabalho Vitória, Centro

---

<sup>44</sup> THOMPSON, Paul, *The Voice of the Past*, New York, Oxford University Press, 2000 [1978], p. 25 e seguintes.

<sup>45</sup> Cf. CARDINA, MIGUEL, «História Oral – Caminhos, Problemas e Potencialidades», *Usos da Memória e Práticas do Património* (coord. Paula Godinho), Lisboa, Ed. Colibri/IELT, 2012, p. 31.

<sup>46</sup> THOMPSON, Paul, «História oral e contemporaneidade», *História Oral*, nº 5, 2002, pp. 16-17.

<sup>47</sup> LEYDESDORFF, Selma, PASSERINI, Luisa, THOMPSON, Paul, «Introduction», *Gender & Memory*, New Brunswick/London, Transaction Publishers, 2007 [2005], p. 5.

de Trabalho de Almada) sempre que assim o propuseram. Na esteira do que é proposto por Daniel Bertaux, consideramos mais apropriado o uso da expressão «narrativa de vida», em detrimento do «história de vida», visto tratar-se de uma construção elaborada em determinado momento, e onde factores como sejam o contexto em que a mesma ocorre e a relação estabelecida com quem faz a entrevista influí decisivamente para o resultado final obtido<sup>48</sup>. A memória é sempre construída a partir do tempo presente reportando-se, não aos factos propriamente ditos, mas aos juízos que no presente se constroem sobre os mesmos. Como alerta Portelli:

«Acresce o facto de o narrador que hoje relata ser diferente daquele que tomou parte nos acontecimentos de que fala. Frequentemente houve uma evolução na sua consciência subjectiva e na sua condição social, o que o leva a modificar, se não os factos, pelo menos o juízo que faz sobre eles e, consequentemente, a forma como os narra»<sup>49</sup>.

A História Oral permite o acesso a versões do passado, ou seja, franqueia o acesso à memória, à imagem que a testemunha construiu sobre determinados acontecimentos, imagem essa que vai sendo construída ao longo do tempo. Como escreveu Walter Benjamin, «Um acontecimento vivido pode considerar-se terminado, ou pelo menos confinado à esfera da experiência vivida, enquanto um acontecimento recordado não tem limites, dado que é, em si próprio, apenas a chave para tudo o que veio antes e depois dele»<sup>50</sup>. De facto, como referiu Enzo Traverso, a memória é como um estaleiro, em constante construção, onde conhecimentos adquiridos *a posteriori*, e novas experiências entretanto vividas, vão concorrer para a reflexão que se faz sobre determinado acontecimento<sup>51</sup>. O historiador italiano dá-nos como exemplo o caso de um antigo deportado dos campos de concentração nazis, judeu e comunista, cujo relato irá modificar-se consoante o seu posicionamento face ao partido. Assim, se numa primeira fase valorizara a sua condição de resistente comunista, após a queda do muro de Berlim passa a identificar-se enquanto judeu, e como tal, enquanto vítima. Se a memória é

---

<sup>48</sup> Cf. BERTAUX, Daniel, *Los relatos de vida*, Barcelona, Ediciones Bellaterra, 2005 [1997], p. 9.

<sup>49</sup> PORTELLI, Alessandro, *A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios* (org. Miguel Cardina e Bruno Cordovil), ed. UNIPOP, 2013, p. 32.

<sup>50</sup> BENJAMIN, Walter, cit in. PORTELLI, Alessandro, *Ob. Cit.*, p. 101.

<sup>51</sup> TRAVERSO, Enzo, *O passado, modos de usar*, s.l., UNIPOP, 2012, p. 22.

sempre uma visão do passado, filtrada pelas condições do presente<sup>52</sup>, é indiscutível a subjectividade das fontes orais, que conhece grande valorização por parte da escola italiana, com nomes como Passerinni, Portelli e Traverso a darem contributos fundamentais. Como concluiu Alessandro Portelli:

«A credibilidade das fontes orais é uma credibilidade *diferente*. O interesse do testemunho não reside apenas na sua concordância com os factos mas também na sua *divergência*, porque é precisamente nesse desvio que se insinua o desejo, a imaginação, o simbólico. É por isso que não existem fontes orais ‘falsas’. Até aquelas fontes que se mostram ‘erradas’ colocam sérios problemas (e oferecem sérias oportunidades) de interpretação histórica. Os ‘erros’ numa fonte oral podem ser psicologicamente ‘verdadeiros’ e essa verdade pode ser mais reveladora do que o registo factual»<sup>53</sup>.

Neste estudo, optámos por realizar entrevistas semi-directivas, dando total liberdade de palavra, apesar de nos termos centrado no percurso de vida que justificou a passagem à clandestinidade, e a vivência da clandestinidade propriamente dita, com vista a evitar uma dispersão fase ao tema de estudo, com a noção de que, e fazendo uso das palavras de Paula Godinho, «Uma vida contada não tem princípio obrigatório nem um final conhecido (...)»<sup>54</sup>.

Na sociologia dos movimentos sociais, o recurso às narrativas de vida como método para estudar organizações políticas clandestinas remonta a meados da década de 80 do séc. XX, privilegiando os seguintes vectores: 1) influência das primeiras fases de socialização nas opções políticas; 2) o papel das redes sociais no recrutamento; 3) os incentivos que justificam o envolvimento político; e, por último 4) a percepção da realidade que a adesão a um movimento *underground* comporta<sup>55</sup>. Donatella Della Porta sublinha que, se os participantes nos acontecimentos são os piores narradores dos mesmos, porque parte interessada, a situação tende a agudizar-se no que concerne aos activistas de movimentos sociais, não apenas por uma capacidade oratória incomum mas também porque, « (...) they are characterized by a very strong tendency to look for

---

<sup>52</sup> *Idem*.

<sup>53</sup> PORTELLI, Alessandro, *Ob. Cit*, pp. 29-30.

<sup>54</sup> GODINHO, Paula, *Ob. Cit*, p. 18.

<sup>55</sup> DELLA PORTA, Donatella, «Life Histories in the analysis of social movements activists», *Studing Collective Action* (Mario Diani and Ron Eyerman eds.), Newbury Park/London, 1992, p. 173.



justifications for their behavior which are in line with their political and ideological beliefs, and to link their own individual choices to an historical – class or generational – destiny»<sup>56</sup>. Daí que tendam a desvalorizar a parte da vida privada e a concentrar a sua atenção na parte política da biografia.

Relativamente às ligações da História Oral com os estudos feministas, e a evolução paralela verificada, Sherna Gluck diz-nos que o interesse pelo estudo das mulheres e o recurso a fontes orais com esse intuito, permitiu dilatar os temas de investigação, como seja o quotidiano, as actividades domésticas e a esfera do privado<sup>57</sup>. Passerini por sua vez considera que a subjectividade foi o impacto maior que a história das mulheres deu à História Oral.

Por outro lado, consideramos que a clandestinidade comunista emana de uma cultura política particular, na linha de Serge Bernstein:

« (...) es un sistema de representaciones fundado sobre una cierta visión del mundo, una lectura significativa del pasado histórico, la elección de un sistema institucional y una sociedad ideal, y que se expresa por un discurso codificado, símbolos o ritos que lo evocan. Se trata de un fenómeno no cristalizado e inmóvil, sino en evolución, generador de tradiciones y memoria colectiva, que opera a través de una serie de canales de socialización, motiva la acción y los comportamientos, y actúa como factor de identificación de grupo»<sup>58</sup>.

Lenine, em *Que Fazer?*, definiu os princípios organizativos da sua teoria de partido:

«Eu afirmo: (1) que não pode haver um movimento revolucionário sólido sem uma organização de dirigentes estável e que assegure a continuidade; (...); (3) que a referida organização deve ser formada, na essência, por homens devotados profissionalmente às actividades revolucionárias; (4) que, no país da autocracia, quanto mais restringirmos os quadros dos efectivos de uma organização deste tipo,

---

<sup>56</sup> *Idem*, p. 182.

<sup>57</sup> SALVACITI, Silvia, «Memórias de género: reflexões sobre a história oral de mulheres», *História Oral*, vol. 8, nº 1, 2005, p. 31.

<sup>58</sup> Cit. in ERICE SEBARES, Francisco, «El “orgullo de ser comunista”. Imagen, autopercepción, memoria e identidad colectiva de los comunistas españoles», *Nosotros los Comunistas. Memoria, identidad e historia social* (eds. Manuel Bueno Lluich e Sergio Gálvez Biesca), Sevilla, FIM/Atrapaseños, 2009, 142.

apenas aceitando revolucionários de profissão e adestrados na arte de defrontar a polícia política, tanto mais difícil será ‘caçar’ esta organização»<sup>59</sup>.

O modelo de partido proposto por Lenine foi transposto da experiência russa para os partidos comunistas de todo o mundo através da Internacional Comunista e moldou a clandestinidade. Aceitar militar num partido comunista na clandestinidade significava a assimilação da ideologia marxista-leninista, aceitar a disciplina partidária, quase de perfil militar, praticar a vigilância revolucionária face a um mundo exterior hostil à organização e aos seus membros e ter uma disponibilidade total para desenvolver uma intensa actividade política. A clandestinidade e o consequente isolamento, assim como o risco partilhado entre os seus membros vai fomentar o sentimento de compromisso e dedicação para com o grupo, que em parte acaba por substituir os laços familiares, daí que não seja rara a referência ao partido como uma «grande família».

A organização clandestina, ao ser dotada de uma metalinguagem e ritos próprios, que configuram uma identidade colectiva baseada numa visão do mundo partilhada pelos seus membros, leva-nos a considerar a clandestinidade comunista como uma contra-cultura face à cultura hegemónica da ditadura. Neste sentido, se nas memórias masculinas acedemos a informações sobre a história do partido e do trabalho de organização, é pela voz das mulheres que conhecemos a filigrana que foi o viver no *exílio interior*, que foi a clandestinidade comunista. É através delas que conhecemos a dimensão quotidiana e afectiva da vida partidária: as tensões e os receios, o *stress* constante, o convívio com a vizinhança, a dor que implicava a separação dos filhos, a frustração perante um trabalho, tantas vezes rotineiro, por detrás da janela, mas, fundamental, para a sobrevivência do Partido. São as vozes destas mulheres que encaminham e configuram o sentido do nosso trabalho, sobre as quais nos propomos reflectir nos capítulos seguintes.

---

<sup>59</sup> Cit. in PEREIRA, José Pacheco, *A Sombra*, p. 27.

## Capítulo 1 - O Partido Comunista Português e a questão feminina

«Pesa sobre o nosso povo uma tradição e educação tendentes a afastar a mulher da vida social e política a condená-la aos tachos, aos filhos e à Igreja. Toda a vida na sociedade presente está organizada de forma a fazer da mulher uma escrava»<sup>60</sup>.

O Partido Comunista Português (PCP) sempre se debruçou sobre a questão feminina, particularmente sobre a condição da mulher trabalhadora. Na esteira dos autores clássicos marxistas, considerava que a exploração da mulher estava directamente dependente das relações de produção: «Como se sabe, a mulher, nos países capitalistas – e particularmente nos países fascistas – é uma autêntica escrava»<sup>61</sup>. No programa de acção aprovado no I Congresso legal realizado em 1923, reivindica-se a necessidade do apoio às mulheres trabalhadoras grávidas, quer sob a forma de subsídio, quer na forma de tempo nos períodos pré e pós natal<sup>62</sup>. Todavia, nos anos em que o PCP teve uma existência legal, a participação das mulheres na estrutura partidária era praticamente inexistente, situação aliás semelhante ao verificado no movimento operário, maioritariamente masculino. No levantamento realizado sobre os militantes comunistas durante a I República, José Pacheco Pereira irá considerar a participação feminina na organização partidária praticamente nula e directamente dependente dos laços familiares<sup>63</sup>.

Na pesquisa da imprensa partidária foi possível encontrar inúmeros artigos tendo como público privilegiado as mulheres, sobretudo das classes trabalhadoras. Chegou mesmo a publicar-se, nos períodos compreendidos entre Novembro de 1936 e Fevereiro de 1937 e, posteriormente, de Dezembro de 1941 e Maio de 1942, uma rubrica quinzenal intitulada *Tribuna Feminina*. A questão salarial e, mais concretamente, a

---

<sup>60</sup> Álvaro Cunhal (Duarte), «Organização», *Obras Escolhidas (1935-1947)*, I Tomo, Lisboa, Ed. «Avante!», 2007 [1946?], p. 598.

<sup>61</sup> «Os comunistas e a questão da mulher e da família (1)», *Avante!*, II Série, 3ª semana de Dezembro de 1937, nº 65, p. 3.

<sup>62</sup> Cf. FEIJÃO, J. M. Costa, «Tribuna Feminina», *Avante!*, nº 1529, 20 de Março de 2003. (Consultável em: <http://www.pcp.pt/avante/20030320/529t1.html>, acedido em 5/5/2009).

<sup>63</sup> PEREIRA, José Pacheco, «Contribuição para a história do Partido Comunista Português na I República (1921-26)», *Análise Social*, vol. XVII, 1981, p. 69.

desigualdade salarial entre homens e mulheres, será um dos temas fundamentais que permanecerá constante na imprensa comunista, mobilizando-se as mulheres para a acção em torno da consigna «a trabalho igual, salário igual». Em Junho de 1931, num artigo assinado pela Secção Feminina do PCP, afirma-se a necessidade de uma maior participação das mulheres na organização partidária, nos seguintes termos:

«Dizem os nossos maridos que as mulheres nada têm de se preocupar com a política. Contudo, nós sabemos que embora produzindo o mesmo trabalho nunca recebemos o mesmo salário que um homem, porque somos um objecto de exploração por parte dos capitalistas, não temos experiência e entre nós não existe organização»<sup>64</sup>.

A prática de salários diferenciados, para além de significar uma maior exploração das mulheres, vai repercutir-se também nos salários auferidos pelos homens, conduzindo à sua desvalorização. Alerta-se para a progressiva substituição de mão-de-obra masculina pela feminina: «...o patrão prefere a mulher ao homem porque a explora mais facilmente e melhor. Explora-a mais facilmente porque ela se tem resignado sempre a um mal que julga sem remédio e explora-a mais porque lhe dá um salário que, em média, não chega a metade do salário dum homem»<sup>65</sup>. Nas palavras de Álvaro Cunhal: «A máquina traz o emprego das mulheres e das crianças e isto significa o desemprego dos homens»<sup>66</sup>. A exploração de que eram objecto, por parte do sistema capitalista nas relações de produção, só poderia ser combatida mediante um processo de consciencialização política, apelando-se para o ingresso das mulheres na União Feminina Anti-Fascista.

Nos anos de consolidação do Estado Novo<sup>67</sup> é publicado um conjunto de artigos na II Série do jornal *Avante!*, concernentes ao posicionamento do partido relativamente à questão feminina.

---

<sup>64</sup> Secção Feminina do Partido Comunista Português, «Mulheres Portuguesas», *Avante!*, I Série, nº 5, 6 de Junho de 1931, p. 5.

<sup>65</sup> «Tribuna Feminina», *Avante!*, II Série, nº 27, 2ª Quinzena de Janeiro de 1937, p. 2.

<sup>66</sup> CUNHAL, Álvaro, «O Aborto. Causas e Soluções», *Obras Escolhidas (1935-1947)*, I Tomo, Lisboa, Ed. «Avante!», 2007 [1940], p. 99.

<sup>67</sup> Consolidação conseguida com a promulgação da Constituição de 1933 e criação de organismos diversos. A título de exemplo: Subsecretariado do Estado das Corporações e Previdência Social (1933), Direcção-Geral dos Serviços de Censura (1933), PVDE (1933), organização corporativa do trabalho (1933), Secretariado da Propaganda Nacional (1933), Mocidade Portuguesa (1936), Obra das Mães para a Educação Nacional (1936), Legião Portuguesa (1936), Mocidade Portuguesa Feminina (1937).

«A questão da mulher e da família é um dos problemas que mais directamente diz respeito a todos os trabalhadores e a que eles são mais sensíveis. (...). O fascismo diz que os comunistas querem ‘masculinizar a mulher’, afastá-la da nobre missão de mãe, romper os laços sagrados da família, transformá-la em objecto de prazer comum, etc.»<sup>68</sup>.

Refutando tais acusações, contrapõe-se que é a ideologia burguesa que coloca entraves à constituição da família, a maior parte das vezes fundada com base em razões de ordem económica e não sentimental: «A mulher não procura o homem de melhores qualidades, mas o de melhor emprego ou que ‘melhor arranjo tem’. A mulher procura ‘arranjar-se’. E vice-versa»<sup>69</sup>. Sujeita a uma situação de maior exploração no mundo do trabalho, auferindo um salário sempre inferior ao do homem, mesmo que desempenhando as mesmas funções, também no seio da família a mulher vê-se coagida a uma posição de inferioridade, já que «perante a lei e a educação burguesa o homem pode fazer tudo quanto queira; a mulher é o ser submisso; quase sem mais direitos do que aqueles que o marido lhe concede»<sup>70</sup>. Como Álvaro Cunhal viria a escrever anos depois num artigo publicado no *Sol Nascente*, «a esposa é a costureira e a cozinheira do marido. Na generalidade, o casamento é mais arrumação que amor»<sup>71</sup>. Havia pois que criar as condições económicas, sociais e morais favoráveis que permitissem libertar as mulheres dos três *KKK* (Kirche, Kuche, kinder<sup>72</sup>) embrutecedores<sup>73</sup>.

Temas como a prostituição e o aborto merecerão também a reflexão dos comunistas. Entendida como uma «chaga dolorosa» e uma «vergonha da humanidade», a prostituição mais não seria do que o último expediente a que muitas mulheres das classes trabalhadoras tinham de recorrer, de modo a garantirem a sobrevivência. Uma vez mais, era a sociedade burguesa que as compelia à prática da prostituição e, como tal, era a sociedade a principal responsável por esse flagelo social. A questão do aborto será

---

<sup>68</sup> «Os comunistas e a questão da mulher e da família (1)», *Avante!*, 3ª sem de Dezembro de 1937, nº 65, p. 3.

<sup>69</sup> «Os comunistas e a família», *Avante!*, 4ª semana de Junho de 1937, nº 40, p. 3.

<sup>70</sup> *Idem*.

<sup>71</sup> Cf. CUNHAL, Álvaro, «E serão dois numa só carne», *Obras Escolhidas (1935-1947)*, I Tomo, Lisboa, Ed. «Avante!», 2007 [1939], p. 69.

<sup>72</sup> Igreja, cozinha, filhos.

<sup>73</sup> Cf. CUNHAL, Álvaro, *Ob. Cit.*, p. 69.

objecto de reflexão de Álvaro Cunhal, na tese *O Aborto, Causas e Soluções*<sup>74</sup>, que à época constituía uma prática punida pelo Código Civil com pena de prisão. Na sua biografia do dirigente comunista, José Pacheco Pereira refere o interesse que Álvaro Cunhal vinha a demonstrar por essas temáticas, ressaltando:

«São temas do seu tempo, em que a «*política do corpo*» irrompe no discurso. A «*saúde*» da raça, a eugenia, o naturismo, a sexualidade, a natalidade e as preocupações com o seu reverso – as doenças sociais, a tuberculose, a prostituição, a falta de condições sanitárias – são discutidas, à direita e à esquerda»<sup>75</sup>.

Álvaro Cunhal fará a distinção entre as motivações que conduziam à prática do aborto por parte das mulheres das classes trabalhadoras e as das mulheres oriundas da classe burguesa, considerando um ser feito por necessidade e outro por luxo<sup>76</sup>. Questiona como era possível a sociedade condenar as mulheres trabalhadoras, já que era a própria sociedade que as coagia à prática do aborto clandestino, afirmando que «razão estrutural é a impossibilidade que a sociedade tem de banir as causas do aborto...»<sup>77</sup>. Defende a necessidade de legalizar o aborto (à semelhança do praticado na URSS), já que o aborto legal comportava inevitavelmente menos riscos para a saúde da mulher do que o aborto clandestino e conclui:

«Só o desaparecimento da miséria e do desemprego; e a criação de boas condições de trabalho para as mulheres; e a existência de férias de gestação com salários pagos; e a solução da crise da habitação; e a criação de condições indispensáveis à vida das crianças; e a concessão às mulheres de mais amplos direitos na sociedade; e a criação de uma nova moral sexual; e a divulgação das práticas anticoncepcionais – só todo este conjunto de novas realidades permitiria atingir uma época em que o aborto deixasse de ser uma necessidade e fosse definitivamente banido»<sup>78</sup>.

---

<sup>74</sup> Apresentada à Faculdade de Direito de Lisboa em Julho de 1940. Tendo sido preso a 30 de Maio de 1940, Álvaro Cunhal teve de solicitar autorização à PVDE para realizar o exame, a qual lhe foi concedida, beneficiando para o efeito de um amplo movimento de solidariedade exterior.

PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal – Uma Biografia Política*. «Daniel», *O Jovem Revolucionário (1913-1941)*, Lisboa, Temas e Debates, 1999, pp. 445-446.

<sup>75</sup> PEREIRA, José Pacheco, *Idem*, pp. 445-446.

<sup>76</sup> CUNHAL, Álvaro, «O Aborto. Causas e Soluções», *Obras Escolhidas (1935-1947)*, I Tomo, Lisboa, Ed. «Avante!», 2007 [1940], pp. 128-129.

<sup>77</sup> *Idem*, p. 129.

<sup>78</sup> *Idem*, p. 139.

No contexto da II Guerra Mundial a questão feminina ganha maior acuidade na imprensa comunista. A despeito da proclamada neutralidade do regime face ao conflito bélico que assolava a Europa que, na realidade, se traduziu numa primeira fase numa neutralidade equidistante e, posteriormente, numa neutralidade colaborante, a prática de uma economia de guerra vai fomentar amplas convulsões sociais. Como Franco Nogueira viria a recordar:

«Por virtude do bloqueio inglês, agrava-se a crise das subsistências; o abastecimento da indústria em energia e combustíveis é afectado; sofrem os transportes; sobem os preços; e o aumento da capacidade de consumo, sem embargo da contenção de salários e da forte tributação de lucros de guerra, suscita tendências inflacionistas. (...). Dos embaraços económicos emergem na comunidade portuguesa as tensões sociais»<sup>79</sup>.

Nas palavras de Fernando Rosas, «a questão das subsistências vai ser o principal detonador da vaga de agitação que abala o Estado Novo e varre o País, sacudindo-o do torpor social de quase uma década»<sup>80</sup>. Desde o segundo semestre de 1941 que a questão dos géneros vinha a agravar-se, piorando substancialmente nos anos de 1942-1943, espelhada na sua escassez e no aumento geral dos preços, bem como na acção dos açambarcadores e especuladores, situação que não tende a melhorar com a criação da Intendência-Geral de Abastecimentos no Verão de 1943. Em simultâneo, a questão salarial, que agravada pelos níveis da inflação e pela falta de matérias-primas, reflecte-se na redução dos horários de trabalho e, conseqüentemente, no salário auferido. É um círculo vicioso que justifica o reaparecimento do operariado e dos assalariados do sul no palco social, do qual permaneciam praticamente ausentes desde 1934. Como refere Sónia Ferreira, são anos em que a *fome sai à rua*<sup>81</sup>, num clima de agitação social que ameaça colocar em causa a própria sobrevivência do regime<sup>82</sup>.

---

<sup>79</sup> Franco Nogueira, *Salazar – As grandes crises (1936-1945)*, III vol., Coimbra, Atlântida Editora, SARL, s.d. [1978], pp.414-415.

<sup>80</sup> ROSAS, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra. 1939-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1990, p. 274.

<sup>81</sup> FERREIRA, Sónia, «A fome saiu à rua: as greves de 1943 vividas pelas operárias de Almada», *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, nº 18, Lisboa, Edições Colibri, 2006, pp. 249-272.

<sup>82</sup> «O movimento de agitação social que marcou o período da guerra (e com especial intensidade e impacte o triénio 1942/44) estendeu-se geográfica e socialmente a praticamente todo o País, e revestiu expressões variadas e, por vezes, bastante radicalizadas. Sob a forma de greve operária ou de trabalhadores rurais em alguns dos principais centros industriais e no Ribatejo, Alentejo e arredores de Lisboa; do motim camponês nas regiões de pequena propriedade do Norte e Centro; da “marcha da fome”

Nas páginas do clandestino *Avante!*, são inúmeros os artigos directamente dirigidos às mulheres, muitas vezes sob a designação de «Tribuna Feminina», apresentando como principais reivindicações a luta pelos géneros e por melhores salários. Como é repetido em mais de um artigo: «Hoje todas as mulheres parecem ser más donas de casa, pois para nada lhes chega a jorna dos companheiros»<sup>83</sup>. Caberia às mulheres «tratar do governo da casa» sendo elas por isso as mais duramente atingidas pelos preços praticados. Como tal, «É às mulheres que compete organizar a luta contra a carestia da vida, protestando contra os aumentos dos preços e incitando os companheiros a lutarem pelo aumento dos salários»<sup>84</sup>. Por outro lado, às mulheres «mais conscientes» caberia a função de explicar às demais as causas para a inexistência dos géneros, incitando-as também para a luta, que devia decorrer nas fábricas, «contra a exploração brutal do patrão»<sup>85</sup>. Mas também nas ruas, nas filas de racionamento, denunciando o envio de géneros para as forças do Eixo e protestando contra a acção dos açambarcadores, concluindo-se que «às mulheres cabe papel decisivo nesta luta»<sup>86</sup>.

Nos anos da fome, as mulheres participariam de forma massiva nas greves, marchas da fome, acções de protesto que varrem o País. São elas que muitas vezes lideram os movimentos e incitam os homens à revolta, enfrentando as próprias forças da repressão. A título de exemplo, num relatório sobre a greve ocorrida no Barreiro em Julho de 1943, pode ler-se que as mulheres andam pelas ruas «completamente desorientadas; dirigem-se aos guardas da Polícia e dizem-lhes: - Então vocês seus desgraçados, não têm filhos em casa com fome? (...). As mulheres, às centenas, pelas ruas, são as que mais prejudicam a ordem. São capazes de tudo»<sup>87</sup>. Capazes até de se deitar sobre as carris dos eléctricos, quando os operários da Carris não aderiram à greve, ocorrida em Lisboa, em 1942, manifestando-se assim contra os operários apelidados de «amarelos», capazes de se dirigirem às instâncias de poder, às portas das prisões à

---

ou da concentração, nas aldeias, nas vilas ou nas cidades para reclamar contra a falta de géneros ou de trabalho – o protesto social assumiu um âmbito nacional e mobilizou grandes sectores do conjunto das classes mais pobres e mais atingidas pelos efeitos económicos da guerra: o operariado industrial e os assalariados agrícolas, o pequeno campesinato e o campesinato pobre.» ROSAS, Fernando, *Ob. Cit.*, p. 413.

<sup>83</sup> Cf. Maria Rosa, «Tribuna Feminina – A mulher operária e a carestia de vida», *Avante!*, VI Série, nº 5, Dezembro de 1941, p. 6; Maria Rosa, «Tribuna Feminina», *Avante!*, VI Série, nº 10, Maio de 1942, p. 7.

<sup>84</sup> Maria Rosa, «Tribuna Feminina – A mulher operária e a carestia de vida», *Avante!*, VI Série, nº 5, Dezembro de 1941, p. 6.

<sup>85</sup> «A situação da mulher operária», *Avante!*, VI Série, nº 24, 1ª Quinzena de Janeiro de 1943, p. 2.

<sup>86</sup> «Contra os privilégios nas “bichas” e no racionamento», *Avante!*, VI Série, nº 26, 1ª quinzena de Fevereiro de 1943, p. 3.

<sup>87</sup> ANTT, Arq. PIDE/DGS, Proc. nº 5811, “Q.”, *Informação*, 28/7/1943.



procura dos familiares, presos na ordem das centenas pelas forças da repressão. Como recordava Belmira Cabrita: «*Eu andei dias e dias e dias que não sabia dele [marido], porque havia homens presos em todo o lado, em todas as cadeias. Só se viam montes das mulheres*»<sup>88</sup>. Ou seja, é a situação de penúria económica extrema, verificada nos anos da Guerra, que justifica a rebelião das mulheres portuguesas contra o regime, o qual, ao mesmo tempo que as prende a um papel de garantes da sobrevivência familiar, não lhes dá as condições necessárias fundamentais ao exercício da função que lhes atribui. Na esteira do conceito desenvolvido por Temma Kaplan, estamos perante formas de resistência específicas que espelham o que a autora define como «consciência feminina»: «...all classes of women understand what their society's division of labor by sex requires from them: the bedrock of women's consciousness is the need to preserve life»<sup>89</sup>. Apesar dessa consciência feminina se alicerçar em motivos de natureza conservadora (já que, no fundo, se traduz na defesa do papel tradicional de mãe e esposa) a mesma vai assumir formas de rebeldia perante as autoridades e possibilitar, muitas vezes, a formação de uma consciência política.

A participação massiva das mulheres portuguesas nos vários movimentos colectivos põe em causa a divisão entre público e privado, que tradicionalmente se aplica no estudo da história das mulheres. É nas ruas que as mulheres vão expressar os seus anseios, encabeçando greves e marchas de fome, protestando e tentando fazer valer os seus direitos nas filas de racionamento, manifestando o seu descontentamento nos locais de exercício de poder, espaços que habitualmente lhe estariam vedados<sup>90</sup>. Como Álvaro Cunhal viria a concluir durante o I Congresso Ilegal, em 1943:

«A mulher trabalhadora portuguesa – a mulher operária e camponesa – deixou decididamente a vida de escrava dos tachos e vassouras e de beata de igreja, para

---

<sup>88</sup> Entrevista a Belmira Cabrita. CMB, Fundo de História Oral. Cit in ALMEIDA, Vanessa de, “*Era só bandos de mulheres pelas ruas*” - A greve de 1943 e a emergência das mulheres no espaço público, comunicação apresentada ao Congresso Trabalho e Movimento Operário, Barreiro, Dezembro de 2013 (inédita).

<sup>89</sup> KAPLAN, Temma, «Female Consciousness and Collective Action: the case of Barcelona, 1910-1918», *Signs*, vol. 7, n° 3, Spring 1982, p. 546.

<sup>90</sup> Cf. CABRERO BLANCO, Claudia, «Espacios femeninos de lucha: “rebeldías cotidianas” y otras formas de resistencia de las mujeres durante el primer franquismo (Asturias, 1937-1952)”, *Historia del Presente*, n° 4, 2004, pp. 31-45.

descer à rua, para se lançar à luta social e política, para participar no movimento nacional antifascista»<sup>91</sup>.

Neste Congresso, realizado em Novembro de 1943, reconhece-se a «crescente participação activa das mulheres trabalhadoras portuguesas» nos vários movimentos reivindicativos até então verificados, sem que isso implicasse «um correspondente progresso na organização das mulheres trabalhadoras»<sup>92</sup>. Nas quatro Resoluções então aprovadas, afirma-se a necessidade de organizar as mulheres «em formas maleáveis de organização»; de criar organização em fábricas onde a maioria dos trabalhadores fossem mulheres e ainda a necessidade de criar «organizações femininas legais à escala nacional, assim como o desenvolvimento da actividade dentro das já existentes»<sup>93</sup>.

Na realidade, pouco seria feito nesse sentido, como seria reconhecido três anos depois, no II Congresso Ilegal, durante o qual se constata que «a organização das mulheres está ainda em estado embrionário»<sup>94</sup>. As razões para o atraso ao nível da organização das mulheres residiam «nos preconceitos burgueses de superioridade do sexo forte que penetram nas próprias classes trabalhadoras e nas próprias fileiras do Partido»<sup>95</sup>. Esta afirmação contraria a tese avançada por Teresa Almeida, quando afirmou:

«O Estado Novo gerou a sua própria oposição e por muito que uma oposição queira fugir à ideologia dominante, de alguma forma acaba por ser socializada. Na oposição, procurou-se ocultar a discriminação das mulheres em nome de uma utopia política que poderia um dia mais tarde resolver todos os problemas»<sup>96</sup>.

Reconhecendo-se a discrepância entre o que era avançado em termos teóricos e a prática quotidiana ao nível da organização, defendemos que desde cedo se ouviram vozes no PCP a denunciar a discriminação a que as militantes eram sujeitas. No

---

<sup>91</sup> CUNHAL, Álvaro, «Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência – Informe ao I Congresso Ilegal do PCP», *Obras Escolhidas (1935-1947)*, I Tomo, Lisboa, Edições «Avante!», 2007 [1944], p. 193.

<sup>92</sup> Arq. GES/PCP, *I Congresso do Partido Comunista Português. Resoluções*, 1943.

<sup>93</sup> Idem.

<sup>94</sup> Arq. GES/PCP, *II Congresso Ilegal do Partido Comunista Português. Resoluções*, Editorial Avante, 1946.

<sup>95</sup> Idem.

<sup>96</sup> Em entrevista concedida a Maria Manuela Tavares. Cit in TAVARES, Maria Manuela, *Feminismos em Portugal (1947-2007)*, Tese de Doutoramento em Estudos sobre as mulheres, Lisboa, Universidade Aberta, 2008, p. 153.

Congresso de 1946, Álvaro Cunhal fará uma extensa reflexão sobre as debilidades que enfermava o trabalho com mulheres, denunciando os preconceitos dominantes de que as mulheres seriam seres inferiores aos homens:

«É duro dizer-se que esta concepção existe na cabeça dos comunistas, nas fileiras do nosso Partido. Mas assim é, camaradas, e isto não nos deve surpreender nem chocar em demasia. Pesa sobre o nosso povo uma tradição e educação tendentes a afastar a mulher da vida social e política e condená-la aos tachos, aos filhos e à Igreja. Toda a vida na sociedade está organizada de forma a fazer da mulher uma escrava. Daí o pesarem ainda essa educação e essa tradição nas nossas próprias fileiras, nos nossos próprios camaradas»<sup>97</sup>.

Mediante o recurso a diferentes mecanismos de controlo social, para o qual concorriam a família, a escola e a igreja, o Estado conseguia inculcar nas classes subalternizadas – e mesmo no que se podia considerar como sua vanguarda - a ideologia inerente à classe dominante. Álvaro Cunhal tem nítida consciência da dificuldade em combater essa situação, daí a necessidade «de varrer de todos os nossos camaradas e organizações a ideia de que a mulher é menos capaz que o homem». Obviamente que não bastava o acordo de princípio: «É necessário que, na prática do seu trabalho, todos os comunistas demonstrem compreender os direitos da mulher e os seus deveres para com ela»<sup>98</sup>.

Segundo a ideologia marxista, a luta pela emancipação da mulher insere-se na luta geral dos demais trabalhadores, e só no quadro da sociedade sem classes a mulher verá finalmente a sua condição alterada e os seus problemas específicos resolvidos. Por outras palavras, só com a alteração das relações de produção a mulher alcançará a emancipação total e completa. Como se conclui: «Seria, pois, um erro ver o problema da mulher trabalhadora desligado da luta geral dos trabalhadores, ou querer solucioná-lo, desligado da solução geral dos problemas da sua classe»<sup>99</sup>. É com base nesta concepção que Álvaro Cunhal vai rejeitar a ideia que tivera alguma expressão na década anterior, de que as mulheres deveriam ser organizadas em organismos distintos, já que «Isto equivalia à ideia de se formar todo um esquema partidário feminino ao lado do

---

<sup>97</sup> CUNHAL, Álvaro, «Organização», *Ob. Cit.*, pp. 597-598.

<sup>98</sup> *Idem.*

<sup>99</sup> «A participação das mulheres nas Comissões de Unidade», *O Militante*, nº 36, Fevereiro de 1945, p. 5.

esquema masculino, ou seja, sob o ponto de vista orgânico, a formação dum Partido Comunista de mulheres ao lado do Partido Comunista dos homens...»<sup>100</sup>.

As mulheres deveriam ser organizadas sectorialmente, sendo dada como orientação geral a criação de células mistas, constituídas tanto por homens como por mulheres. Contudo, sempre que fosse justificado, deviam ser formadas células exclusivamente femininas, em fábricas ou secções de empresa onde a maioria dos trabalhadores fosse mulher. Sublinha-se ainda a necessidade de «um intenso auxílio político às camaradas no sentido de as promover audaciosamente a participar em todos os organismos de direcção do Partido (secretariado de célula, comités locais, comités regionais, etc.)»<sup>101</sup>. As mulheres deveriam também organizar-se em organismos de unidade, já que os mesmos possibilitavam «o desenvolvimento da consciência política e revolucionária das mulheres trabalhadoras» mas, acima de tudo, a importância das Comissões de Unidade residia no facto de permitir a selecção e recrutamento para o partido<sup>102</sup>. Como Álvaro Cunhal justificara: «nas Comissões de Unidade as mulheres destacam-se, revelam as suas qualidades e capacidades, a sua dedicação à causa das classes trabalhadoras e da democracia»<sup>103</sup>. Tal como se verificava ao nível das células de empresa, as Comissões de Unidade podiam ser mistas ou formadas exclusivamente por mulheres, para a defesa de interesses especificamente femininos, o que todavia não deveria conduzir «a uma separação dos sexos na luta económica ou política»<sup>104</sup>.

Nas Resoluções do Congresso salienta-se ainda «as dificuldades criadas às mulheres pela sociedade capitalista e pela sua moral»<sup>105</sup>, dificuldades que, como Álvaro Cunhal irá mencionar, se verificavam sobretudo nos meios pequenos, onde os pais, maridos ou namorados colocavam sérios obstáculos à participação das mulheres nas tarefas do partido. Como Francisca Caeiro virá recordar:

*Fui a primeira mulher a pertencer ao Comité Local [de Pias], depois veio essa irmã do António Pica (ela é mais velha do que eu), só que depois começou a namorar e o*

---

<sup>100</sup> Idem, p. 598.

<sup>101</sup> Arq. GES/PCP, *II Congresso Ilegal do Partido Comunista Português. Resoluções*, Editorial Avante, 1946.

<sup>102</sup> Idem.

<sup>103</sup> CUNHAL, Álvaro, «Organização», *Ob. Cit.*, p. 600.

<sup>104</sup> Idem, p. 601.

<sup>105</sup> Arq. GES/PCP, *II Congresso Ilegal do Partido Comunista Português. Resoluções*, Editorial Avante, 1946.

*namorado já não achava jeito que ela continuasse na organização, nessa tarefa....Então veio mais para a retaguarda, que ela deixar, nunca deixou a organização, mas [foi] mais para a retaguarda.*

Defende-se então formas maleáveis de organização e chama-se a atenção para aspectos variados de ordem prática, que deveriam ter em conta os hábitos sociais do Portugal de então.

«As horas das reuniões, os encontros com quadros masculinos, a duração das reuniões são factores importantes que é preciso ter em conta no trabalho feminino. As reuniões à tarde de preferência à noite e, em muitos casos, a constituição de células femininas são medidas a encarar capazes de estimular a organização das mulheres»<sup>106</sup>.

No decorrer do II Congresso Ilegal, Álvaro Cunhal também vai pronunciar-se sobre a iniciativa levada a cabo pela Comissão de Mulheres do Movimento de Unidade Democrática<sup>107</sup>, para que fosse concedido o direito de voto às mulheres. De facto, no *Boletim* nº 2 da Comissão Distrital Feminina do Porto afirmava-se que «o dever de colaboração política no seu país também pertence à mulher». Exortava-se ao recenseamento feminino «para que, em futuras eleições, escolham um governo capaz de apreciar a sua colaboração e de mostrar desassombradamente, que as não teme no domínio político»<sup>108</sup>. Considerando o direito a voto «uma justa aspiração da mulher», o dirigente comunista vai afirmar que tal iniciativa não correspondia aos reais interesses das mulheres portuguesas, uma vez que a lei eleitoral não concedia o voto aos analfabetos, sendo exactamente no seio da população feminina que a taxa de analfabetismo era mais elevada, sobretudo ao nível das classes subalternas, e nestas condições, «o voto concedido às mulheres não é concedido às mulheres trabalhadoras, mas a uma minoria de mulheres das classes dominantes, na sua maioria sob a influência ideológica do fascismo e da igreja reaccionária»<sup>109</sup>. A justa aspiração das mulheres

---

<sup>106</sup> «A mobilização das mulheres e a luta pela paz», *O Militante*, nº 67, Abril de 1952, p. 8.

<sup>107</sup> Criado em Outubro de 1945, movimento legal de oposição ao regime, tinha como objectivo concorrer às eleições para a Assembleia Nacional marcadas para Novembro desse mesmo ano, vindo todavia a optar pela desistência.

<sup>108</sup> Cit in GORJÃO, Vanda, *Mulheres em Tempos Sombrios. Oposição Feminina ao Estado Novo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/Instituto de Ciências Sociais, 2002, pp. 191-192.

<sup>109</sup> CUNHAL, Álvaro, «Organização», *Ob. Cit.*, p. 601.

deveria portanto ser enquadrada na reivindicação por uma nova lei eleitoral que permitisse o sufrágio universal.

A importância que o II Congresso Ilegal teve ao nível da organização das mulheres vai ser alvo de discussão nas casas clandestinas do PCP. «Joaquina», num artigo de opinião publicado no *3 Páginas*<sup>110</sup> vai sublinhar a diferença qualitativa das resoluções saídas dos Congressos (1943, 1946) embora reconheça que tal fora consequência directa da participação massiva das mulheres nos movimentos reivindicativos verificados nesses anos. Segundo a opinião desta funcionária, contrariamente ao verificado em 1943, no qual o Congresso havia constatado o aparecimento de uma nova força de luta, em 1946, já familiarizado com essa mesma força, o PCP havia dado orientações justas e adequadas ao nível da organização, enquadrando as mulheres nos organismos do respectivo sector. Ou seja, contrariamente às Resoluções do I Congresso que, no entender da própria, favoreciam «o sectarismo feminista e impediam a colaboração tão necessária na luta entre os homens e as mulheres», no II Congresso reconheceu-se finalmente que «as mulheres valem porque lutam e portanto têm direitos iguais aos dos seus companheiros»<sup>111</sup>. Como acaba por desabafar, «...só agora com esta Resolução, o Partido abriu de facto as suas portas a estas pobres de Cristo que estavam cansadas de bater»<sup>112</sup>. Todavia, e apesar da melhoria qualitativa das Resoluções de 1946, e tal como «Rosária» irá sublinhar, o Partido tinha de estar «vigilante contra a reacção de alguns camaradas que não ligavam importância ao papel que a mulher tem e pode desempenhar em todas as revoluções ao lado do homem»<sup>113</sup>.

Os anos seguintes irão demonstrar que não eram infundadas as preocupações da funcionária «Rosária», como bem demonstravam os inúmeros artigos publicados na imprensa comunista, a apelar à mobilização feminina e à necessidade de corrigir as debilidades que o trabalho partidário enfermava. Repetidas vezes se afirma que tais deficiências assentam «na pouca importância que os nossos camaradas, mesmo os mais responsáveis, dão a este sector do trabalho partidário»<sup>114</sup>. Ou seja, a raiz dos problemas

---

<sup>110</sup> Jornal destinado às funcionárias clandestinas. Será posteriormente substituído pelo *A Voz das Camaradas*.

<sup>111</sup> Cf. «O 2º Congresso e a Organização das Mulheres», *3 Páginas*, nº 9, Janeiro de 1947, pp. 1-2.

<sup>112</sup> Idem.

<sup>113</sup> Idem.

<sup>114</sup> «Intensifiquemos o trabalho feminino», *O Militante*, nº 61, Setembro de 1950, p. 3.

assentava nos preconceitos masculinos que demonstravam assim o seu baixo nível ideológico. No sentido de superar os «preconceitos masculinos» um artigo do jornal *O Militante* traçava como objectivos:

«conseguir que os nossos militantes se eduquem na verdadeira escola do marxismo-leninismo e estripem da sua mentalidade as influências pequeno-burguesas no que respeita à mulher, a principiar pela sua própria companheira, de quem alguns escondem a sua qualidade de membros do Partido, fazendo tudo para a manter afastada de toda a vida partidária. (...). Não é justo nem próprio dum comunista não ajudar politicamente a sua companheira e não se esforçar por a trazer à luta pelas suas reivindicações mais queridas»<sup>115</sup>.

Na tentativa de combater o baixo nível ideológico e político, são frequentes citações dos chamados «mestres»: Lenine e Estaline, mas também Dimitrov e Maurice Thorez, curiosamente nunca Alexandra Kollontai. Mais de uma vez se repete a afirmação de Lenine: «Esquecendo as mulheres é impossível interessar as massas pela política», ou as palavras de Estaline, que definira as mulheres como «a grande reserva da classe operária»<sup>116</sup>, ou ainda Maurice Thorez que no X Congresso do PCF salientara: «a falta de confiança na juventude e nas mulheres, nas novas forças populares que nasceu [sic] para a vida social e política, o medo das massas só podem conduzir a graves erros, a irremediáveis erros»<sup>117</sup>.

Na IV Reunião Ampliada do Comité Central ocorrida em 1952, «Gomes» dera inúmeros exemplos da importância da participação das mulheres nos movimentos reivindicativos. Como pode ler-se: «Na recente greve da fábrica têxtil dos Ingleses no Porto, na luta das conserveiras de Setúbal, das têxteis da fábrica das Varandas, das corticeiras etc., as operárias demonstram decisão, valentia e um invulgar espírito combativo. Na solidariedade aos presos e na luta contra a repressão e pela amnistia, as mulheres marcham na vanguarda»<sup>118</sup>. Mas, e como é mencionado n' *O Militante*, era a fraca mobilização das operárias na indústria corticeira (onde constituíam a maioria da

---

<sup>115</sup> «A mobilização das mulheres e a luta pela paz», *O Militante*, nº 67, Abril de 1952, p. 8.

<sup>116</sup> Cf. *Mobilizemos e Organizemos as Mulheres para a Luta pela Paz e pela Independência Nacional*, Setembro de 1953, p. 1.

<sup>117</sup> Idem, p. 2.

<sup>118</sup> Idem, pp. 3-4.

mão-de-obra) que justificava a debilidade da luta travada por essa classe<sup>119</sup>, o mesmo se verificando nas lutas dos assalariados agrícolas de Pias, Montemor, Vale de Vargo, Aldeia Nova e S. Cristovão<sup>120</sup>.

Apesar das constantes chamadas de atenção para as debilidades que o trabalho partidário com as mulheres enfermava, a repetição monótona no decorrer dos anos de artigos sob a mesma temática ilustra bem as dificuldades sentidas no terreno e dos entraves colocados à participação feminina por parte dos militantes masculinos, sobretudo quando estavam simultaneamente em causa laços familiares. Ou seja, a subestimação começava no seio do próprio agregado familiar, justificando a afirmação de «Lemos»:

«Deve considerar-se como uma tarefa de honra para todos os comunistas realizar um trabalho de esclarecimento político junto das suas companheiras no sentido de as ganharem para o Partido e para a luta activa contra o fascismo e por uma vida melhor»<sup>121</sup>.

Todavia, e apesar das recomendações constantes, no V Congresso realizado em 1957 alertara-se para o reduzido número de militantes femininos, apenas 7,6% do total<sup>122</sup>, havendo necessidade de promover uma campanha de recrutamento «das melhores mulheres, das mais combativas e lutadoras, entre as operárias, as camponesas, as intelectuais e as jovens, que venham a engrossar activamente as nossas fileiras»<sup>123</sup>.

Com o deflagrar da Guerra Colonial, as mulheres são uma vez mais chamadas a manifestar-se contra a guerra, na sua condição de «noivas, esposas e mães extremosas»<sup>124</sup>, dos milhares de soldados mobilizados. Como nas décadas anteriores, a luta pela Paz será uma das consignas sobre a qual as mulheres continuam a ser chamadas a participar, a par da luta por melhores salários, e solidariedade para com os presos políticos. Ou seja, a mobilização feminina é feita em torno de consignas que se

---

<sup>119</sup> Cf. «Mobilizar e organizar as mulheres trabalhadoras é uma tarefa fundamental», *O Militante*, nº 69, Agosto de 1952, p. 10.

<sup>120</sup> Cf. *Mobilizemos e Organizemos as Mulheres para a Luta pela Paz e pela Independência Nacional*, Setembro de 1953, p. 4.

<sup>121</sup> «Lemos», «Por uma ajuda política às nossas companheiras», *O Militante*, nº 91, Fevereiro de 1957, p. 12.

<sup>122</sup> Cf. «Virgílio», «Sobre a movimentação das massas femininas», *O Militante*, nº 98, Dezembro de 1958, p. 2.

<sup>123</sup> Idem.

<sup>124</sup> «Tribuna do leitor: as mulheres não querem a carnificina», *Avante!*, nº 299, Abril de 1961, p.3.



prendem directamente com questões de género, apelando-se para a sua condição de garantes de sobrevivência familiar. Em 1968, sob a égide do PCP, é fundado o Movimento Democrático das Mulheres e a participação activa das mulheres, que nunca estivera ausente, vai conhecer um novo fôlego. Num artigo publicado no jornal *República* em Outubro de 1969, a activista Helena Pato irá justificar a importância do movimento:

«Defendemos o movimento de mulheres como meio de dinamização desse sector da população menos politizado, que carece de métodos específicos de mobilização. Defendemos o movimento de mulheres como meio de levar as mulheres a partirem dos problemas que mais directamente vivem e de que têm maior consciência para, integrando-os num contexto geral, sentirem, discutirem, tomarem consciência de todos os problemas inseridos nesse contexto. Defendemos o movimento de mulheres como método pedagógico para atingir mais rapidamente e eficazmente os fins que nos propomos a atingir»<sup>125</sup>.

Na esteira do preconizado pelo PCP, o MDM proclama assim que a actuação feminina deveria ser integrada na luta geral dos trabalhadores portugueses a par da luta por direitos específicos fundamentais, como era, por exemplo, o apoio à maternidade. Como podemos ler no jornal *Avante!* de Junho de 1969:

«As numerosas acções ligadas à jornada Internacional da Mulher, assim como a participação enérgica e corajosa de largos milhares de trabalhadores nas lutas reivindicativas demonstram que as mulheres portuguesas estão decididas a prosseguir e intensificar a luta pelos seus direitos específicos contra a exploração capitalista, a par da luta contra a repressão e pela Amnistia, pelo fim das guerras coloniais, pela Paz, pela Democracia, condições indispensáveis para tornar possível a verdadeira emancipação da mulher»<sup>126</sup>.

Apesar da subestimação de que foram alvo por parte dos militantes masculinos no seio da organização partidária, subestimação que muitas das vezes dependia directamente das relações familiares previamente estabelecidas, as mulheres nunca estiveram ausentes do palco social, nem sequer omissas, quer do Partido propriamente

---

<sup>125</sup> Cit. in TAVARES, Maria Manuela, *Ob. Cit.*, pp. 168-169.

<sup>126</sup> «As mulheres no combate pelos seus direitos», *Avante!*, nº 403, Junho de 1969, p. 3.

dito, quer em organizações unitárias com um elevado número de militantes comunistas, como foi o caso do MDM ou, posteriormente, a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos.

### 1.1. O Partido rumo à clandestinidade

No dia 6 de Março de 1921, na sede da Associação dos Empregados de Escritório de Lisboa, sita no 1º andar do número 225 da Rua da Madalena, foram aprovados em assembleia os primeiros órgãos dirigentes do Partido Comunista Português, sendo esta considerada como a data oficial para a sua fundação<sup>127</sup>. Tendo como membros fundadores anarquistas e sindicalistas, o PCP dos anos da legalidade foi, nas palavras de José Pacheco Pereira, «uma espécie de partido radical republicano anti-anarquista», que não descurou em participar na «conspirativite endémica da I República»<sup>128</sup>. Segundo o autor, nos primeiros anos da sua existência, o PCP em pouco ou nada se aproximou do modelo organizativo leninista dos partidos comunistas, desenvolvido a partir da obra *Que Fazer?*<sup>129</sup>, o que justifica que a normalização das relações com a Internacional Comunista (Comintern)<sup>130</sup> ocorra apenas na década de 30, em plena clandestinidade, após a adesão do partido às revoltas reviralhistas de Fevereiro de 1927<sup>131</sup>. Nos anos da legalidade, e apesar da realização dos congressos de 1923 e 1926, tal como Bento Gonçalves refere, «a actividade comunista não era notada

---

<sup>127</sup> Sobre a fundação e o PCP nos anos da I República cf. Bento Gonçalves, *Palavras Necessárias*, 2ª ed., Porto, Edição de Virgínia Moura, 1973; Álvaro Cunhal, *60 anos de luta ao serviço do Povo e da Pátria. Intervenção de Álvaro Cunhal na sessão comemorativa do 60º aniversário do PCP no Campo Pequeno*, 7 de Março de 1981; José Pacheco Pereira, «O primeiro ano de vida do Partido Comunista Português», *História*, nº 47, Setembro de 1982, pp. 2-34; Idem, «O PCP na I República: Membros e Direcção», *Estudos sobre o Comunismo*, nº 1, Set/Dezembro de 1983, pp.2-21; Idem, *Álvaro Cunhal, uma biografia política. «Daniel», o Jovem Revolucionário*, Lisboa, Temas e Debates, 1999.

<sup>128</sup> PEREIRA, José Pacheco, Álvaro Cunhal, uma biografia política. «Daniel», o Jovem Revolucionário, Lisboa, Temas e Debates, 1999, p. 63.

<sup>129</sup> Lenine escreveu *Que Fazer? Problemas candentes do nosso movimento* em fins de 1901 e começos de 1902, sendo publicado no *Iskra*, em 1 de Abril de 1902. O *Iskra* foi o primeiro jornal marxista da Rússia, criado por Lenine em 1900. O *Que Fazer* revelou-se uma obra fundamental, não apenas para a criação de um partido revolucionário da Rússia, mas fonte de inspiração para os demais partidos comunistas nacionais.

<sup>130</sup> Fundada por Lenine após a revolução russa, os partidos comunistas nacionais eram considerados como secções de um partido comunista mundial – a Internacional Comunista. No cabeçalho do Avante! pode ler-se S.P. da I.C. (ou seja, Secção Portuguesa da Internacional Comunista.) Cf. <http://www.ges.pcp.pt/bibliopac/imgs/AVT1001.pdf>

<sup>131</sup> Cf. QUINTELA, João G. P., *Para a história do movimento comunista em Portugal: I. A construção do Partido*, Porto, Ed. Afrontamento, 1976, p. 71 e seguintes.

porque, na realidade, não existia»<sup>132</sup>. A situação irá alterar-se com a realização do «Pleno» de 21 de Abril de 1929, que contou com a participação dos militantes de Lisboa, tendo como objectivo reflectir sobre a inactividade partidária e, face a isso, implementar a mudança de direcção<sup>133</sup>. A reorganização de 1929 é um marco fundamental na história do PCP, a partir da qual se estrutura «um partido de novo tipo, segundo a concepção leninista»<sup>134</sup>, que se reflecte numa viragem na acção partidária a favor da acção de massas, e na aplicação de métodos clandestinos de actuação<sup>135</sup>. A implantação de métodos de organização clandestina deve-se a Júlio César Leitão que, a par de Bento Gonçalves, é um dos elementos fundamentais da Reorganização de 1929<sup>136</sup>. É ele quem delinea o aparelho de organização de Lisboa, caracterizado por uma forte compartimentação e hierarquização<sup>137</sup>, e institui a regra do «minuto conspirativo» que irá manter-se nas décadas seguintes<sup>138</sup>. Segundo o inspector da polícia política Fernando Gouveia<sup>139</sup>, os militantes comunistas gozaram, no período compreendido entre 1929 e 1931, de uma «certa ignorância» da Polícia de Informação pois esta, embora identificando a presença de «perigosos agitadores», desconhecia a «existência de uma organização clandestina subordinada a uma disciplina férrea»<sup>140</sup>. Gouveia começa a estudar o esquema da organização clandestina, que dava então os

---

<sup>132</sup> Cf. GONÇALVES, Bento, *Palavras Necessárias*, 2ª ed., Porto, Edição de Virgínia Moura, 1973, p. 127.

<sup>133</sup> Sobre a temática da Reorganização de 1929 cf. PEREIRA, José Pacheco, «Acta da Conferência do PCP de Abril de 1929» (introdução e notas), *Estudos sobre o Comunismo*, nº 2, Agosto de 1984, pp. 21-35.

<sup>134</sup> ABRANTES, Domingos, «A Conferência de Abril de 1929 - Sua importância na história do PCP», *O Militante*, nº 300, Maio/Junho de 2009. <http://www.omilitante.pcp.pt/pt/300/PCP/322/A-Confer%C3%A2ncia-de-Abril-de-1929---Sua-import%C3%A2ncia-na-hist%C3%B3ria-do-PCP.htm#1> (acedido em 12/06/2014).

<sup>135</sup> Começa a ser publicado o jornal *O Proletário* no Porto, e a 15 de Fevereiro de 1931 é publicado o primeiro número do *Avante!*.

<sup>136</sup> Militante do Partido Comunista Brasileiro desde a sua fundação (1922), seria expulso do Brasil em 1928, trazendo uma credencial que apresenta na célula do Arsenal do Alfeite, passando a partir de então a militar no PCP. A credencial era o método de ligação entre dois militantes que não se conhecem. O contacto fazia-se primeiro com recurso a uma senha e contra-senha (frases combinadas antecipadamente e apenas do conhecimento dos militantes) e, de seguida era apresentada uma credencial que consistia habitualmente numa parte de papel que devia encaixar noutra parte na posse do outro militante).

<sup>137</sup> GOUVEIA, Fernando, *Memórias de um inspector da PIDE*, Lisboa, Roger Delraux, 1979, pp. 19-20.

<sup>138</sup> A regra do «minuto conspirativo» consistia em combinar, no início da reunião de célula (sob o formato de encontro de rua) uma justificação plausível para o encontro no caso de detenção policial. Nos anos 40 verifica-se uma alteração, e a organização passa a assentar em células de empresa.

<sup>139</sup> Para além das memórias acima mencionadas vide Irene Flunser Pimentel, *Biografia de um Inspector da PIDE. Fernando Gouveia e o Partido Comunista Português*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2008.

<sup>140</sup> Idem, p. 27-28.

primeiros passos, utilizando documentação apreendida e que até ao momento havia sido ignorada. Como o próprio recorda nas suas memórias:

«Movidos por uma curiosidade natural, baixámo-nos para apanhar alguns desses papéis e examiná-los; grande foi a nossa surpresa ao verificar que uns eram respeitantes à organização clandestina do Partido Comunista e outros à organização similar denominada Federação das Juventudes Comunistas. (...) Até esse momento, por falta de pessoal, não tinha havido, da parte da Polícia, o cuidado de os estudar. Mas o seu conhecimento perfeito iria contribuir para o mais rápido desmantelamento dessas organizações, tanto mais fácil pelo pouco tempo da sua existência e o seu pequeno enraizamento nas massas trabalhadoras»<sup>141</sup>.

Iniciava-se então um jogo de interações desniveladas do PCP e da polícia política que só terminaria com o fim da ditadura portuguesa.<sup>142</sup> Ao longo de quatro décadas, cada um vai procurar conhecer as técnicas e modo de funcionamento do outro, num *continuum* de superação:

«Pensa-se que a polícia dos nossos dias é ainda a mesma polícia bronca dos primeiros anos do fascismo, que só actua de chofre e sem estratégia; quando a verdade é que a polícia nos últimos anos conseguiu ultrapassar muitas vezes o Partido em estratégia. Enquanto que o Partido se mantinha sectariamente amarrado a velhas concepções de trabalho conspirativo, a polícia industriada pelos dirigentes da ‘Gestapo’ que a Portugal vieram por várias vezes, sobretudo durante a guerra de Espanha, ultrapassou-o facilmente. (...) Devemos sempre encarar a nossa posição em relação à polícia como aquilo que de facto é: duas forças inimigas que estão em luta constante; aqui como na guerra, a que souber usar uma melhor estratégia, será aquela a quem pertencerá a vitória»<sup>143</sup>.

Cada prisão e cada queda de instalação, servem para o Partido Comunista analisar as causas e circunstâncias que as provocaram, alterando os métodos de actuação sempre que necessário. Apesar dos meios e das práticas repressivas adoptadas pela polícia política, o PCP foi-se adaptando em defesa do aparelho técnico e dos seus funcionários. Recorda-se a microfísica do poder, de Michel Foucault, quando afirma que este não está exclusivamente na posse de alguns, antes funciona em rede e perpassa pelos indivíduos, existindo relações de poder múltiplas que atravessam o tecido social.

---

<sup>141</sup> Idem, p. 39.

<sup>142</sup> PEREIRA, José Pacheco, *A Sombra – Estudo sobre a clandestinidade comunista*, Lisboa, Gradiva, 1993, p. 57.

<sup>143</sup> «Tarefas Partidárias», *O Militante*, III Série, nº 8, Fevereiro de 1942, pp. 1-2.

Assim, o seu exercício não pode ser encarado apenas do ponto de vista negativo, mas também como produtor de outras realidades<sup>144</sup>.

No seu trabalho dedicado ao estudo da clandestinidade do Partido Comunista Chileno, Rolando Álvarez perfilha da mesma noção:

«Es desde esta perspectiva que entenderemos el dispositivo clandestino como una producción del artefacto repressivo de la dictadura; en este caso, como un efecto que produjo la resistência a dicho régimen.»<sup>145</sup>, o que justifica a sua caracterização da clandestinidade como contrapoder, «el hijo putativo que desenmascaraba la supuesta normalización del país, la supuesta tranquilidad que los militares decían portar»<sup>146</sup>.

Todavia, as novas técnicas conspirativas implementadas por Júlio César Leitão eram ainda bastante rudimentares, conduzindo à prisão do Secretariado<sup>147</sup> em Novembro de 1935. Como recordava Pedro Rocha:

«Nos começos, a inexperiência dos métodos de trabalho ilegal consentia que cada organização mantivesse arquivos completos em que figuravam fichas individuais muito pormenorizadas com filiação, endereço, etc., actas das reuniões dos diversos órgãos em todos os escalões, onde constavam os militantes e simpatizantes presentes (...), os assuntos tratados e as resoluções tomadas, assim como eram guardados todos os documentos internos, jornais, manifestos, etc. Com o tempo, a acção da polícia e as consequências desastrosas de tais métodos de trabalho iam ensinando a melhorar os processos conspirativos mas, mesmo assim, com lentidão»<sup>148</sup>.

Joaquim Pires Jorge<sup>149</sup> refere que nos primeiros anos de clandestinidade, o número de funcionários clandestinos era muito reduzido<sup>150</sup> e os fundos eram praticamente inexistentes. O trabalho de organização<sup>151</sup> consistia essencialmente no controlo das células de Lisboa e na criação do Comité Local do Sado: «Todo o contacto

---

<sup>144</sup> Cf. FOUCAULT, Michel, *Microfísica do poder*, São Paulo, Editora Paz e Terra, 2004, p. 179 e 183.

<sup>145</sup> ÁLVAREZ, Rolando, *Desde las Sombras – Una historia de la clandestinidad comunista (1973-1980)*, Santiago, LOM Ediciones, 2003, p. 24.

<sup>146</sup> *Idem*.

<sup>147</sup> Constituído à época por Bento Gonçalves, José de Sousa e Júlio Fogaça.

<sup>148</sup> ROCHA, Pedro, *Escrito com Paixão*, Lisboa, Caminho, 1991, p. 25.

<sup>149</sup> Dirigente histórico do PCP, ao qual aderiu em 1934, encontrando-se então em Espanha. Será um dos impulsionadores da reorganização dos anos 40.

<sup>150</sup> Pacheco Pereira enuncia 5 funcionários clandestinos permanentes: Bento Gonçalves, José de Sousa, Pires Jorge, Júlio Fogaça e Manuel Rodrigues da Silva. PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal, uma biografia política. «Daniel», o Jovem Revolucionário*, Lisboa, Temas e Debates, 1999, p. 116.

<sup>151</sup> Trabalho político.

com o resto do País, por exemplo, era feito através de cartas pelo correio»<sup>152</sup>. Não havia separação entre o trabalho de organização e o aparelho técnico<sup>153</sup>: «Do ponto de vista conspirativo isto era um verdadeiro crime: à mínima coisa ia-se abaixo o trabalho de organização e ao mesmo tempo o trabalho das tipografias»<sup>154</sup>. Em 1942 foi preso pela PVDE, devido à falta de cuidados conspirativos<sup>155</sup>, concluindo «era uma clandestinidade que não era clandestinidade nenhuma»<sup>156</sup>. Também Aida Paula<sup>157</sup> dá conta da evolução das práticas clandestinas ocorridas após a reorganização dos anos 40, comparativamente à década de 30. Como a própria recordou:

«O meu primeiro período de clandestinidade, no decorrer dos anos 30, não foi tão difícil como viria a ser aquando da reorganização do Partido Comunista. É que então, a disciplina não era tão severa, já que se podia ter contactos com a família. Depois de 1941-1942, as coisas mudaram muito. Não só pelo corte total com o exterior a que nos obrigava, particularmente a nós mulheres, guardiãs das casas do Partido, a completo isolamento, como pelas dificuldades a que a guerra nos sujeitava. Como não tínhamos racionamento e não tínhamos posses para comprar géneros no mercado negro, muitas vezes passámos fome»<sup>158</sup>.

As prisões de Novembro de 1935 foram um dos mais duros golpes sofridos pelo PCP, do qual não irá recuperar nos anos seguintes. Segue-se uma onda de prisões que vai fomentar um clima de suspeição, e que culminará na reorganização dos anos 40. É com esta reorganização que é instituída uma clandestinidade «dura» em contraponto a uma clandestinidade «mole» vigente nos últimos anos da década de 30, onde a falta de fundos justificou muitas vezes a conciliação de um trabalho legal com a realização de tarefas clandestinas, tal como recordou Aida Paulo:

«Entretanto fez-se a montagem da nova tipografia, para onde eu fui, nessa altura já com a minha mãe. Como disse, o Partido estava numas condições muito difíceis e não tinha sequer a possibilidade de custear a manutenção dos camaradas

---

<sup>152</sup> JORGE, Joaquim Pires, *Com uma imensa alegria*, Lisboa, Ed. Avante!, 1984, p. 37.

<sup>153</sup> Constituído por casas ilegais que funcionavam como tipografias onde eram impressos a imprensa e demais materiais de propaganda e divulgação, assim como pelos funcionários responsáveis por essas tarefas.

<sup>154</sup> JORGE, Joaquim Pires, *Ob. Cit.*, p. 38.

<sup>155</sup> Por cuidados ou regras conspirativas entende-se as normas de conduta que deviam ser adoptadas.

<sup>156</sup> JORGE, Joaquim PIRES, *Ob. Cit.*, p. 40.

<sup>157</sup> Aida da Conceição Paula passa à clandestinidade com 19 anos, em 1939. Será presa por duas vezes. A mãe, Luísa Paula, acabaria por juntar-se-lhe na clandestinidade. Será na clandestinidade que Luísa Paula aprenderá a ler e a escrever.

<sup>158</sup> MELO, Rosa Nery Nobre de, *Mulheres Portuguesas na Resistência*, Lisboa, Seara Nova, 1975, p. 36.

componentes dessa mesma tipografia. E assim, nós estávamos numa tipografia clandestina, mas a fazer de certo modo uma vida semi-legal, na medida em que tínhamos que trabalhar para custear a nossa própria alimentação. (...). Portanto eu voltei à minha profissão e a minha mãe voltou à profissão dela, ou antes, manteve-se na profissão dela. Quando regressámos a casa, fazíamos todo o trabalho doméstico e também o trabalho de impressão da tipografia, o que era um bocadinho violento»<sup>159</sup>.

Não se trata aqui da «integração na produção» como a praticada por militantes da Acção Popular no Brasil, a «revolucionarização ideológica» que propunha a integração no trabalho e na luta dos operários e camponeses, com vista a promover a identificação com as classes oprimidas aos militantes oriundos da pequena burguesia. Para os militantes brasileiros, a clandestinidade vivia-se na rua, sob pseudónimo, mas por hábito não implicava o confinamento numa instalação clandestina, tal como se praticou no Portugal do Estado Novo<sup>160</sup>.

A situação descrita por Aida Paulo assentava em razões de ordem económica, devido à escassez de fundos do PCP e a uma prática clandestina incipiente, o que não invalida que situações de semi-clandestinidade venham a verificar-se nos anos futuros, tal como recordou Domicilia Costa:

*(...) a família deixou de saber onde nós estávamos, nós deixámos de os visitar, de os contactar de algum modo, de lhes escrever, tudo e mais alguma coisa (...) houve o rompimento com a família (...) foi quando saímos de Alverca e fomos viver para o Lumiar. Pronto, aí o meu pai continuou a chamar-se Antero, eu continuei a chamar-me Domicilia, continuei na escola (...) a única coisa que mudou mesmo foi o meu pai ter que sair da fábrica e a família deixar de saber onde nós estávamos.*

A vaga de prisões verificada após 1935 e a instabilidade da direcção, fomentaram a crença de que o PCP estaria a ser alvo de profundas infiltrações policiais, situação que virá a culminar no corte de relações por parte da Internacional Comunista. Num relatório apresentado ao III Congresso, Álvaro Cunhal refere que a reorganização do partido impôs-se a «todos os militantes como um passo imprescindível», concluindo:

---

<sup>159</sup> FREITAS, Gina de, *A Força Ignorada das Companheiras*, s.l., Plátano Editora, [1975], p. 63.

<sup>160</sup> Cf. ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha, *Pacto re-velado. Psicanálise e clandestinidade política*, São Paulo, Escuta, 1999, pp. 32-33.

«Os camaradas da Direcção do Partido condenados aos trabalhos forçados no Tarrafal, tendo à cabeça o nosso querido dirigente assassinado Bento Gonçalves, tiveram um papel predominante na reorganização do Partido, dando indicações de métodos a seguir e dos elementos que deviam ser excluídos»<sup>161</sup>.

Em 1940, com a chegada de um grupo de prisioneiros do Tarrafal e de Angra do Heroísmo, começam a ser desenvolvidos contactos no sentido de promover a total reorganização da organização partidária. Os protagonistas são, numa primeira fase, Júlio Fogaça, José Gregório, Militão Ribeiro, Manuel Guedes, Pires Jorge, Sérgio Vilarigues e Américo Gonçalves de Sousa. Álvaro Cunhal viria a aderir ao movimento num segundo momento. Na prática, esta situação resultou na existência de dois partidos comunistas e na edição de dois *Avantes!*, os quais se distinguem através da localização do símbolo da foice e martelo (à esquerda, na edição dos Reorganizadores, à direita na edição do «Grupelho Provocatório»<sup>162</sup>). Embora a edição deste último se tenha prolongado até meados de 1945, a verdade é que em 1943, sobretudo a partir do I Congresso Ilegal ocorrido em Novembro, a situação está claramente definida, e a direcção dos reorganizadores impõe-se no terreno<sup>163</sup>.

No decorrer do processo reorganizativo, assume-se que os «desastres» verificados se deviam, não apenas à «provocação organizada, mas sim também ao desrespeito das mais elementares regras conspirativas»<sup>164</sup>, considerando-se que o estudo e cumprimento das mesmas era parte fundamental «do labor revolucionário do Partido dentro da ilegalidade fascista»<sup>165</sup>. Nas páginas de *O Militante*, de Fevereiro de 1942 podemos ler:

«Sem um cumprimento rigoroso de todas as regras conspirativas estabelecidas pela prática revolucionária, não há Partido que vingue na ilegalidade. As regras conspirativas são a pedra de toque de todos os Partidos Comunistas, sobretudo se

---

<sup>161</sup> «Duarte» (Álvaro Cunhal), «A actividade do Grupelho Provocatório», *Obras Escolhidas*, Tomo I, Lisboa, Ed. Avante!, 2007, p. 242 [1943].

<sup>162</sup> Como era designada a direcção contra quem estava a ser desencadeada a reorganização.

<sup>163</sup> Como refere Pacheco Pereira, «Em 1943 só há um PCP, o PCP “reorganizado”, e o PCP “reorganizado” vai dar um enorme salto qualitativo como grande organização nacional, como a grande organização nacional da oposição. A partir de agora deixa de ter sentido fazer a distinção entre dois grupos comunistas que se apresentam como sendo ambos o PCP – o PCP dos “reorganizadores” é o PCP.» PEREIRA, José Pereira, *Álvaro Cunhal – Uma Biografia Política - «Duarte», o Dirigente Clandestino (1941-1949)*, vol. 2, Lisboa, Temas e Debates, 2001, p. 228.

<sup>164</sup> «Tarefas Partidárias», *O Militante*, III Série, nº 8, Fevereiro de 1942, p. 1.

<sup>165</sup> Idem.



esses Partidos vivem dentro da feroz ilegalidade que lhes cria o reaccionário Estado fascista»<sup>166</sup>.

As regras conspirativas cumpriam duas finalidades principais: «1º defender a acção revolucionária diária do Partido das investidas exteriores da polícia; 2º localizar e estancar em qualquer ponto, uma investida policial que tenha conseguido romper as suas fileiras»<sup>167</sup>. Ou seja, do primeiro ponto faziam parte todas as regras conspirativas com vista a defender militantes da perseguição da polícia política. A título de exemplo, regras sobre os encontros entre militantes; sobre o transporte de material; sobre agitação; sobre o recrutamento de novos militantes e ligações (contactos) com elementos considerados perigosos; sobre indiscrições (conversas sobre a vida interna da organização). Para conter a investida policial dentro das próprias fileiras havia que seguir regras no estabelecimento de ligações entre os quadros (ou seja, como deveriam ser feitos os contactos de escalão para escalão, ou seja, a compartimentação); o comportamento na cadeia, a concentração de tarefas num único elemento, entre outras. Como se conclui, «Para cada situação e para cada forma de actividade o Partido estabeleceu um número de regras mínimas de carácter conspirativo, cujo cumprimento é obrigatório para todos os filiados»<sup>168</sup>. Havia que estabelecer «uma disciplina de ferro em matéria conspirativa»<sup>169</sup>, não apenas para os militantes, mas muito principalmente para os funcionários, tendo em vista não apenas a sua defesa pessoal, como também a da instalação<sup>170</sup>, e dos sectores que lhes estavam atribuídos e, em última instância, da organização partidária.

*(...) só houve um camarada com quem eu vivi, que a gente dava-se um bocado mal, mas era porque ele era muito...como é que hei-de dizer...não tinha um certo cuidado como a gente tinha de ter nas nossas casas (...). Por exemplo, uma vez aconteceu o seguinte: eu fui às compras e ele ficou em casa com o meu filho e quando cheguei, olhei – era num primeiro andar – olhei, e estava ele a ler o jornal na varanda, sentadinho a ler o jornal na varanda. Ora isto não se podia fazer. Porque ele estava a ler o jornal, passava um fulano ou uma fulana que o conhecia, automaticamente a casa era*

---

<sup>166</sup> Idem.

<sup>167</sup> Idem, p. 3.

<sup>168</sup> Idem.

<sup>169</sup> «Contra o ofensiva policial fascista», *O Militante*, III Série, nº 45, Março de 1947, p. 1.

<sup>170</sup> Casa clandestina.

*invadida. Ora isto a gente não podia fazer. A gente quando vinha para a rua, tinha sempre de estar com muito cuidado.* (Teodósia Gregório)

A escassez de fundos (sobretudo nos anos da II Guerra Mundial e no período de tempo em que não existiram ligações com a Internacional Comunista) influía também decisivamente em matéria conspirativa:

«Devemos ainda salientar que vivendo permanentemente o nosso Partido num regime de compressão de despesas, devido ao facto das suas receitas não estarem em proporção com a importância das suas tarefas no plano nacional, esta magreza de recursos força por vezes os nossos quadros a praticarem certos erros conspirativos quanto a instalações, níveis de vida, deslocações, vestuário, etc., que prejudicam a segurança conspirativa no seu trabalho»<sup>171</sup>.

Apesar das alterações efectuadas, após a Reorganização as deficiências do trabalho conspirativo não foram eliminadas na totalidade. Como Álvaro Cunhal recordava:

«Ainda em 1942, num só e pequeno bairro de Lisboa, a distância não superior a 200 metros, estavam instaladas três casas de camaradas do trabalho central, entre os quais um do Secretariado, estando instalados no mesmo lado da cidade dois outros camaradas do Secretariado e, não muito longe destes, uma outra casa com três camaradas ilegais. Camaradas ilegais e conhecidos da polícia saíam de dia em Lisboa. Os encontros amontoavam-se numa mesma área, não muito distantes das casas. Nada temos que nos admirar de que todas essas casas tenham sido localizadas e três delas tenham sido assaltadas pela polícia»<sup>172</sup>.

A localização da casa do Luso e consequente prisão de Álvaro Cunhal, Militão Ribeiro e Sofia Ferreira a 25 de Março de 1949 alerta para as deficiências conspirativas se estenderem aos quadros dirigentes, neste caso, ao Secretariado, num golpe equivalente ao verificado em Novembro de 1935. As razões que conduziram à queda da instalação vão ser esmiuçadas e debatidas internamente, pois só assim era possível tirar ilações do que se revelaria um dos maiores revezes na história do Partido Comunista e

---

<sup>171</sup> «Melhorem os nosso trabalho conspirativo! Um desastre que deverá ser uma lição.», *O Militante*, III Série, nº 59, Agosto de 1949, p. 1.

<sup>172</sup> “Duarte” (Álvaro Cunhal), «O caminho para o derrubamento do fascismo», *Obras Escolhidas (1935-1947)*, Tomo I, Lisboa, Ed. Avante!, 2007 [1946] (informe político apresentado ao IV Congresso Ilegal), p. 552.

que culminaria na morte de Militão Ribeiro<sup>173</sup>, e na prisão de Álvaro Cunhal por mais de uma década, e só terminará com a fuga colectiva de Peniche em 1960. Alertando-se para a importância da cooperação da PIDE com as autoridades locais, GNR e PSP, não é escamoteada a conclusão de que «Estes desastres revelam, portanto, lentidão operativa na defesa conspirativa dos quadros da Direcção Central, certa estagnação quanto a métodos de defesa das casas do Partido e também certa subestimação dos recursos policiais»<sup>174</sup>.

A análise das circunstâncias em que ocorriam prisões e localização de instalações pelas forças policiais impunha-se, na medida em que as normas de conduta estabelecidas assentavam em experiências concretas, ou seja, eram um conhecimento alicerçado numa prática que vai ser construída ao longo de décadas, transmitido no seio da organização. É o que permite a Cristina Nogueira definir a clandestinidade comunista enquanto «contexto de formação», o qual permitiu aos militantes adquirirem uma nova identidade – a de serem clandestinos<sup>175</sup>. Era um conhecimento transmitido de boca em boca, em reuniões de militantes, mas também em conversas informais, artigos publicados no *Avante!* e n' *O Militante*, bem como em circulares emanadas do Secretariado. Como recorda Teodósia Gregório:

*(...) houve muitos camaradas que foram presos por falta de cuidado. (...). Porque haviam muitos camaradas que não cumpriam com aquilo que ficava estabelecido. Se a gente mais ou menos cumprisse com aquilo que ficava estabelecido, as coisas estavam de tal maneira que a gente não era assim com muita facilidade...por exemplo, eu tinha a sorte de eles não me conhecerem, e de eles não terem nenhuma fotografia minha (...) tinha essa vantagem. E depois quando eu ia para a rua, também não ia assim de qualquer maneira, arranjava-me sempre...é por isso que eu hoje tenho uma raiva à porcaria das pinturas (risos).*

---

<sup>173</sup> Na Cadeia Penitenciária de Lisboa, a 2 de Janeiro de 1950. Cf. *1950-2010. 60 anos do assassinato na Cadeia Penitenciária de Lisboa às ordens da PIDE do destacado dirigente do Partido Comunista Português Militão Ribeiro*, ed. PCP, Fevereiro de 2010.

<sup>174</sup> Cf. «Melhoremos o nosso trabalho conspirativo! Um desastre que deverá ser uma lição.», *O Militante*, III Série, nº 59, Agosto de 1949, p. 2.

<sup>175</sup> Cf. Nogueira, Cristina Alexandra Marques, *De Militantes a Clandestinos: Práticas e Processos de Formação na Clandestinidade Comunista (1940/1974)*, Universidade do Porto, Tese de Doutoramento em Ciências da Educação apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 2009.

Apesar de serem definidas regras, o trabalho conspirativo caracteriza-se sobretudo por uma grande maleabilidade e adaptação às circunstâncias, por uma «historicidade» nas palavras de Rolando Álvarez<sup>176</sup>.

«É natural que, com o tempo, alguns métodos de trabalho, algumas formas de resolver determinadas questões que se prendem particularmente com a vida na clandestinidade, percam a sua eficácia, tornam-se velhos e seja necessária a sua substituição. (...) Mas evidentemente que não há resoluções para tudo, para todas as situações e casos. Em muitas circunstâncias, na vida do dia a dia, é preciso constantemente definir a melhor conduta em relação a determinada situação»<sup>177</sup>.

Com a reorganização da década de 40, o PCP adquire um cunho marcadamente leninista, com uma direcção que, apesar de alterações pontuais, vai manter-se mais ou menos constante nas décadas seguintes, inclusivamente após o 25 de Abril. É também sob iniciativa deste pequeno grupo de militantes, recém-libertados das prisões do regime, que começa a ser erigido um corpo de funcionários políticos, de acordo com os princípios preconizados por Lenine, considerando-se como «debilidades infantis» e «amadorismo político» a situação vigente até então, onde apenas um número reduzido de militantes vivia na clandestinidade, verificando-se essencialmente a prática de actividades clandestinas.

«O Partido não procurou assegurar aos seus melhores militantes condições de vida que lhe permitissem viver unicamente para a luta revolucionária, desenvolvendo-se assim politicamente e ganhando uma experiência que só uma longa prática revolucionária pode garantir; mas, antes pelo contrário, deixou-os amarrados às suas condições de trabalho, esquecendo-se que «todo o agitador operário que tenha algum talento, que ‘prometa’, não deve trabalhar 8 horas na fábrica» (Lenine, Que Fazer?), motivo porque o rendimento que os nossos quadros davam ao Partido era diminuto, e porque se encontravam à mercê da polícia»<sup>178</sup>.

Havia portanto que criar as condições de vida – neste caso ilegal, clandestina – facultando um salário e habitação, àqueles militantes que se revelassem ser os «mais

---

<sup>176</sup> ÁLVAREZ, Rolando, *Ob. Cit.*, p. 93.

<sup>177</sup> *O Militante*, III Série, nº 118, Setembro de 1962, pp. 1-2.

<sup>178</sup> «Tarefas Partidárias», *O Militante*, III Série, nº 11, Maio de 1942, p. 4.

capacitados e experimentados» com vista a criar «futuro(s) dirigente(s) do Partido»<sup>179</sup>. Como Lenine escrevera:

«Devemos arranjar maneira de ele viver por conta do partido, de ele poder passar à clandestinidade no momento preciso, de mudar de localidade, porque doutro modo não adquirirá grande experiência, não alargará o seu horizonte, não se poderá manter sequer uns anos na luta contra os gendarmes. (...). Quando tivermos destacamentos de operários revolucionários (e, bem entendido, revolucionários de «todas as armas») especialmente preparados para uma longa aprendizagem, nenhuma polícia do mundo poderá acabar com eles, porque esses destacamentos de homens consagrados de corpo e alma à revolução gozarão igualmente de uma confiança ilimitada das mais vastas massas operárias»<sup>180</sup>.

A criação de um vasto quadro de funcionários (os *revolucionários profissionais*) e sua consequente descentralização e «pulverização» através do país<sup>181</sup> permitiria o contacto estreito com as diferentes organizações partidárias. Os funcionários são considerados como «agentes de ligação» que tinham como objectivo garantir «as ligações entre os comités locais e os comités regionais, e entre os regionais e o CC [Comité Central] do Partido. Será esta rede de agentes que garantirá o transporte regular da nossa imprensa»<sup>182</sup>. É esta reorganização que permite ao PCP a continuidade de acção nas mais duras condições de clandestinidade. Na correspondência trocada com a Organização Comunista Prisional do Tarrafal, Álvaro Cunhal dá conta dos progressos verificados, revelando que todos os elementos eleitos para o Comité Central no Congresso de 1943 estavam funcionalizados<sup>183</sup>. Em meados de 1944 escrevia que «além das tipografias, de quartos e pontos de apoio o Partido conta já com 8 casas ilegais cuja montagem e funcionamento obedece a um plano»<sup>184</sup>, e em Novembro o número de casas

---

<sup>179</sup> Idem.

<sup>180</sup> LENINE, V. I., «Que Fazer? Problemas candentes do nosso movimento», *Obras Escolhidas*, vol. 1, Moscovo/Lisboa, Ed. Progresso/ Ed. «Avante!», 1981, p. 173.

<sup>181</sup> «Tarefas Partidárias», *O Militante*, III Série, nº 11, Maio de 1942, p. 4.

<sup>182</sup> Idem.

<sup>183</sup> O CC eleito no I Congresso Ilegal ocorrido em Novembro de 1943 era constituído por 9, provavelmente 10 elementos: Álvaro Cunhal, José Gregório, Manuel Guedes, Pires Jorge, Sérgio vilarigues, Dias Lourenço, Fernando Piteira Santos, Alfredo Dinis, Luís Guedes da Silva e possivelmente José Martins. Cf. PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal – Uma Biografia Política - «Duarte», o Dirigente Clandestino (1941-1949)*, vol. 2, Lisboa, Temas e Debates, 2001, p. 875.

<sup>184</sup> «Duarte», «Carta para a Organização Comunista Prisional do Tarrafal», *Obras Completas (1935-1947)*, Tomo I, Lisboa, Ed. «Avante!», 2007 [1944], p. 317.

ilegais passara a 12<sup>185</sup>. No ano seguinte, as dimensões da hecatombe<sup>186</sup> verificada, permitem também deduzir o crescimento do aparelho. Para além do assassinato de militantes e funcionários<sup>187</sup>, vão ser presos 16 funcionários, localizadas 7 casas clandestinas, assim como a tipografia situada em Alvaiázere onde era impresso o *Avante!*. Aí a funcionária clandestina Maria dos Santos Machado, conhecida como a «Rubina» facilitou a fuga de dois funcionários, deixando-se ela própria prender. Como recordou José Magro:

«Em fins de 45 um sério problema se colocava ao Partido: o da substituição dos quadros temporários ou definitivamente perdidos na ofensiva policial e o da instalação de novas casas. Isso levantava com urgência o recrutamento de quadros técnicos femininos para assegurar a manutenção das próprias casas»<sup>188</sup>.

A funcionalização de quadros não deixou de reconhecer resistências mesmo após a Reorganização:

«Há camaradas que pensam haver no nosso Partido uma tendência errada para a ilegalização dos quadros, para a sua funcionalização. Ao contrário desses camaradas, continuamos pensando que ainda hoje se impõe o aumento dos quadros de funcionários, como condição indispensável para o aproveitamento de todas as condições objectivas e de organização existentes, mas devemos aumentar os cuidados na selecção de quadros de funcionários. Saber escolhê-los de entre os militantes mais qualificados e mais firmes»<sup>189</sup>.

A Reorganização da década de 1940-42 permitiu assegurar a continuidade da actividade do PCP ocorrendo num quadro de grande isolamento internacional que vai manter-se por cerca de uma década (1939 até 1948). É nesse contexto que o PCP vai progressivamente envolver-se nas grandes lutas e greves verificadas nos anos 40, assumindo um papel de dirigente a partir de 1943. Em 1943 e 1946, realizam-se os III e IV Congressos, onde é definida a linha política a adoptar, institucionalizando-se ainda

---

<sup>185</sup> “Duarte”, «Carta para a Organização Comunista Prisional do Tarrafal», *Obras Completas (1935-1947)*, Tomo I, Lisboa, Ed. «Avante!», 2007 [1944], p. 336.

<sup>186</sup> Cf. PIMENTEL, Irene Flunser, *A história da PIDE*, Lisboa, Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2007, pp. 135-140.

<sup>187</sup> Joaquim Henrique Fernandes, Germano Vidigal e Alfredo Dinis, este último membro do Comité Central, assassinado na estrada de Bucelas por uma força de agentes chefiada por José Gonçalves.

<sup>188</sup> MAGRO, José, *Cartas da Clandestinidade*, Lisboa, Ed. Avante!, 2007, p. 56 [Escrito no final de 1973, quando José Magro estava no hospital-prisão de Caxias].

<sup>189</sup> “Duarte” (Álvaro Cunhal), «O caminho para o derrubamento do fascismo», *Obras Escolhidas (1935-1947)*, Tomo I, Lisboa, Ed. Avante!, 2007 [1946] (informe político apresentado ao IV Congresso Ilegal), p. 620.

os princípios orgânicos de funcionamento. É também criado um aparelho ilegal, formado por um corpo de funcionários, instalações, tipografias, e posteriormente um aparelho de fronteiras e um aparelho de documentação, sendo que a compartimentação dos organismos era total<sup>190</sup>. É ainda nos anos de 1946-47 que o PCP atinge o ponto mais alto da sua organização, com cerca de 6000 militantes. São anos onde se promove a acção nos sindicatos fascistas, bem como a participação em movimentos unitários como o MUNAF, o MUD e o MUDJ, definindo-se ainda uma política financeira, com o apoio material de simpatizantes, militantes e trabalhadores, que permitiu suportar os encargos inerentes à manutenção do aparelho clandestino. O isolamento internacional, contrariado apenas com contactos com o Partido Comunista de Espanha, contribuiria para que o PCP adquirisse características únicas e uma identidade própria face ao demais movimento comunista internacional<sup>191</sup>.

## **1. 2. As mulheres e a passagem à clandestinidade**

No seu trabalho sobre ex-militantes da Acção Popular do Brasil, Maria Auxiliadora Arantes considera que após o golpe militar de 1964, restou aos militantes das organizações políticas declaradas ilegais duas opções: ou sair do país ou permanecer nele. A opção de permanecer no país e continuar a desenvolver actividade política organizada justificou a passagem à clandestinidade, tornada uma questão de sobrevivência, já que era a forma de escapar à repressão das forças militares e policiais. A mesma autora considera ainda que, decidir passar e permanecer na clandestinidade foi uma escolha, embora não-livre, já que totalmente desnecessária na vigência de um regime democrático. Nas suas próprias palavras:

« (...) não é uma escolha favorável em condições favoráveis de luta política. É feita exactamente em condições desfavoráveis, e por isso não é uma livre-escolha e nem uma escolha livre. É uma escolha, no sentido político, determinada pela situação de excepionalidade do país, e de perseguição declarada pelo poder militar. Aqui é que se 'instaura' a escolha»<sup>192</sup>.

---

<sup>190</sup> Cf. Nogueira, Cristina Alexandra Marques, *Ob. Cit.*, p. 255.

<sup>191</sup> Cf. CUNHAL, Álvaro, *O Partido com paredes de vidro*, Lisboa, Ed. «Avante!», 1985, pp. 255-257.

<sup>192</sup> ARANTES, Maria Auxiliadora, *Pacto Re-velado psicanalise e clandestinidade política*, São Paulo, Editora escuta, 1999, p. 69.

No mesmo sentido, as nossas entrevistadas justificam o fundamento das suas decisões perante realidades concretas:

*(...) nenhuma pessoa ia para a clandestinidade por gosto. Ia porque era forçada. Forçada, quer dizer, perante os seus ideais, a sua vontade de lutar, participar na luta por outra sociedade, [havia a necessidade de] tomar uma opção, não tenho outra que é ir para a clandestinidade (Sofia Ferreira).*

*(...) as pessoas às vezes não percebem. «- Ah, foste porque quiseste!». Não foi bem porque quis. Se fosse por eu querer, eu não queria de forma nenhuma que isso acontecesse. O que é que, se a gente vai voltar as costas às coisas, as coisas não vão para a frente. Nunca, se a gente pensasse só em nós e não pensar nas coisas, o 25 de Abril não se tinha dado (Teodósia Gregório).*

Referindo-se ao caso específico do Partido Comunista Francês, Georges Lavau discriminou várias tipologias de filiação ao comunismo: a adesão emocional, relacionada com um episódio concreto como seja uma greve ou manifestação; a adesão-regularização, de simpatizantes ou membros de organizações próximas ao partido; a adesão-impregnação, consequência directa da hegemonia comunista num ambiente concreto, como seja a família ou o local de trabalho, e a adesão de intelectuais, que considera um caso específico<sup>193</sup>. José Pacheco Pereira identifica duas situações típicas para a passagem à clandestinidade se verificar: ou porque a ameaça de prisão se apresentava como inevitável, ou após análise ponderada da direcção, por sua iniciativa, ou sugestão do próprio militante, que se oferecia para o efeito<sup>194</sup>.

*(...) o meu marido foi denunciado, e isso veio apressar a nossa funcionalização, já discutida e aceite na altura. (...) A 11 de Abril, parti também, para me juntar ao meu marido com a pequenita e, assim, também eu ingressei na clandestinidade (Aida Magro)<sup>195</sup>.*

---

<sup>193</sup> GINARD i FÉRON; «Sobre héroes, mártires, tumbas y hereges. Culturas militantes de los comunistas españoles (1939-1962)», *Nosotros los Comunistas. Memoria, identidad e historia social* (eds. Manuel Bueno Lluch e Sergio Gálvez Biesca), Sevilla, FIM/Atrapaseños, 2009, p. 50.

<sup>194</sup> PEREIRA, José Pacheco, *A Sombra*, p. 111.

<sup>195</sup> In MELO, Rose Nery Nobre de, *Ob. Cit.*, pp. 139-140.



Na esteira do que Maria José Moyano defende no seu trabalho sobre a guerrilha da Argentina, mais do que reflectir sobre as motivações para a passagem à clandestinidade propriamente dita, devemos debruçarmo-nos sobre os factores que contribuíram uma consciencialização e consequente aproximação ao PCP. Como sublinha a autora, «in an authoritarian context, joining any legal political group can be constructed as a decisive step. Becoming a guerrilla appeared like the natural follow-up»<sup>196</sup>. Da análise dos testemunhos recolhidos, identificámos diversos factores que contribuíram para essa aproximação, que devem ser considerados, não de forma isolada, mas antes interrelacionados entre si. Nas palavras de Jocelyn Viterna:

«the case of women's guerrilla mobilization illustrates the necessity of identifying the multiple paths people follow to mobilization. Conventional explanations of women's guerrilla activism do not take into account the different ways that social networks, biographical characteristics, and situational contexts may interact»<sup>197</sup>.

Os laços afectivos e de parentesco surgem como um dos factores determinantes no processo de tomada de consciência e ligação ao PCP, e o compromisso posteriormente assumido reflecte muitas das vezes uma continuidade com as tradições políticas familiares, como sugere Della Porta<sup>198</sup>.

*Como é que eu comecei, como é que foi a minha ligação ao Partido? Através das minhas irmãs que estavam em Vila Franca, a Georgette e a Mercedes. (...) São mais novas do que eu, elas são mais novas do que eu. Mas estavam em Vila Franca, e portanto, muito jovens, elas começaram a estar ligadas à organização do Partido, da Juventude, em Vila Franca de Xira. E, portanto, foi através delas, e através dos amigos de Vila Franca de Xira, quando eu ia lá, que eu comecei a ter contactos com o Partido e a ler a imprensa do Partido e portanto, ia tomando conhecimento de facto da situação*

---

<sup>196</sup> MOYANO, Maria Jose, «Going underground in Argentina – A look at the founders of a guerrilla movement», *Social Movement and Violence: participation in underground organizations* (eds. Bert Klandermans, Donatella della Porta), vol. 4, Greenwich/London, Jai Press inc., 1992, p. 113.

<sup>197</sup> VITERNA, Jocelyn, «Pulled, pushed and persuaded: Explaining women's mobilization into the Salvadoran guerrilla army», *American Journal of Sociology* 112, nº 1, 2006, p. 10.

<sup>198</sup> Cf. DELLA PORTA, Donatella, «Introduction: on individual motivations in underground organizations», *Social Movement and violence: participation in underground organizations* (eds. Bert Klandermans, Donatella della Porta), vol. 4, Greenwich/London, Jai Press Inc., 1992, p.6 e DELLA PORTA, *Clandestine political violence*, New York, Cambridge University Press, 2013, p. 113.

*política e a despertar, e a tomar consciência de facto da realidade das coisas (Sofia Ferreira).*

*Quem me influenciou foi o meu pai. O meu pai participou, colaborou, não é, no apoio à Guerra Civil de Espanha, a apoiar os republicanos, e o meu pai teve várias prisões. (...) Sem o meu pai... a memória do meu pai é, por exemplo, aos 5 anos, lembro-me perfeitamente, quando eu fiz 5 anos, de ir a Serpa, ainda o meu pai estava na cadeia em Serpa, e lembro-me disto perfeitamente ainda hoje porque me marcou, e tenho a impressão que foi isto que me marcou para depois despertar para o fascismo, e para aquilo que eu ouvia as pessoas falarem, não é? Eu adormecer e o meu pai protestar, de eu estar ali a dormir e eu estar a ver, lembro-me perfeitamente, as grades, e o meu pai por trás das grades, e lembro-me do meu pai a protestar, de eles agarrarem num balde de água e atirarem-lhe para cima. Isto marcou-me para o resto da minha vida. E eu pensei sempre, quando crescer, quero saber o que eu posso fazer para seguir as pegadas do meu pai (Francisca Galado Caeiro).*

É ainda no seio familiar, ou em redes de amizade e vizinhança que concorre um outro factor, a saber, as leituras, sobretudo da imprensa clandestina do PCP, destacando-se o *Avante!*, órgão central do PCP e *O Camponês*. Segundo Cristina Nogueira, «O *Avante!* assumia um papel de agregação dos militantes, um papel simbólico e afectivo da construção da identidade do grupo (...)»<sup>199</sup>. Teodósia Gregório refere que o pai foi a figura determinante na sua formação e posterior passagem à clandestinidade. Militante, é ele quem lhe começa por ler os materiais do partido, «para eu despertar um pouquinho». Situação semelhante verificou-se com Maria Lourença Cabecinha:

*Foi sempre, logo de pequenina, no partido comecei com 15 anos (...), logo, foi quando eu quis aprender a ler, com o meu pai, aos 12, depois comecei a ler o Avante!, os papelinhos todos que apareciam, O Camponês, adorávamos ler O Camponês, depois líamos as lutas que vinham no Camponês, do campo, a gente começava a lutar também, a pedir salários, aumento, foi logo assim.*

---

<sup>199</sup> NOGUEIRA, Cristina, «Literatura Sem Cordel. 3 Páginas e A Voz das Camaradas das Casas do Partido», *Vértice*, II Série, nº 171, Abril-Junho de 2014, p. 16.

A leitura da imprensa permitia ultrapassar os limites da localidade e perceber que as dificuldades quotidianas, a penúria e a exploração vividas eram comuns a outras regiões do país. Dava notícia de movimentos reivindicativos ocorridos, contribuindo deste modo para a formação de uma consciência de classe e da necessidade de secundar as lutas ocorridas noutras localidades. Como refere Paula Godinho, «a conjugação entre o nível local e o translocal detêm um papel de envergadura neste reconhecimento, plasmando-se a vida individual e os sofrimentos concomitantes nas realidades descritas para outros contextos, eventualmente distantes (...)»<sup>200</sup>. Francisca Galado Caeiro, a par da influência directa do pai, da observação da repressão exercida sobre vizinhos, destaca também a leitura da imprensa como passo decisivo no caminho em direcção à militância activa:

*E assim foi. O António Pica começou-me a dar propaganda para eu ler, primeiro começou pelo Camponês, a dar-me o Camponês para eu ler, depois quando viu que eu tinha actividade e que queria ir mais à frente, isto em 1953, começou-me a dar o Avante! E desenrola-se portanto aí já a minha fase política.*

Oriunda de uma família de tradições democráticas, com um pai que se considerava a si mesmo como anarquista, mas que a própria considera que «no fim, ele era comunista sem saber», e um irmão mais velho que se liga ao PCP na universidade, Maria Carvalho destaca também as discussões e leituras partilhadas no seio familiar:

*(...) eu era a última, não é verdade? Os outros mais crescidos, já estava tudo a funcionar, a fazer e a ligar-se a isto e àquilo e a trazerem livros para casa e discussões, discussões, discussões...não é? Depois tinha havido a Revolução Russa...1917. Aquilo tudo se discutia e eu ali a ouvir. Primeiro não me dizia nada, mas aquilo ia entrando e comecei a entusiasmar-me com aquelas conversas todas e aquilo tudo e tal...Foi a partir daí.*

As nossas entrevistadas são, na sua maioria, originárias de diferentes localidades do Alentejo (Montemor-o-Novo, Montoito, Pias), ou de locais de forte tradição operária

---

<sup>200</sup> GODINHO, Paula, *Memórias da Resistência Rural no Sul. Couço (1958-1962)*, Oeiras, Celta Editora, 2001, p. 229.

(Alhandra, Barreiro), ou seja, de zonas onde o PCP conhecia forte implantação. Segundo Pacheco Pereira, são terras desprovidas de relevância histórica e monumental, e onde a história política, em particular a tradição de resistência ao regime, se torna o principal factor, não só da fama da localidade, mas também da identidade dos seus habitantes. Terras como o Barreiro, Vila Franca de Xira, Pias, Couço, Vale do Vargo, Baleizão, «(...) de outro modo ignoradas e desconhecidas ‘valorizavam-se’ aos olhos dos autóctones e dos estranhos por serem ‘terras de resistência’ ou pelo facto de delas saírem militantes políticos considerados heróis»<sup>201</sup>, funcionando como verdadeiros alfobres de clandestinos, fomentando a criação de uma contracultura local de resistência<sup>202</sup>, e onde a aproximação ao PCP se fazia muitas das vezes por contágio<sup>203</sup>. Pacheco Pereira refere ainda que eram meios onde existia uma elevada legitimação para seguir uma *carreira* revolucionária, e que isso era particularmente decisivo para as mulheres, já «que aí encontravam menos reprovação e, nalguns casos, apoio familiar para tal escolha»<sup>204</sup>. Maioritariamente filhas de operários ou assalariados agrícolas, com pouco ou nulo acesso à instrução, as menções a uma infância de privações e de trabalho desde tenra idade são uma constante em grande parte dos testemunhos.

*Não, eu nunca fui à escola, não tive possibilidades. Os meus pais eram de origem camponesa, a minha mãe era operária têxtil, depois casou, foi viver com o meu pai para as Lezírias do Ribatejo, e o meu pai era trabalhador agrícola. E, portanto, os meus pais faziam a sua vida, e quando eu nasci, fui criada naquele ambiente do campo, como trabalhadora do campo. Eu própria, ainda muito nova, aos 10 anos já comecei a trabalhar no campo, no trabalho agrícola. Depois aos 12 anos é que eu vim para casa de uns tios em Lisboa (...) dando o meu apoio de trabalhos domésticos, até aos 24 anos, que foi quando eu ingressei no trabalho do partido clandestino (Sofia Ferreira).*

*A gente quando começava, começava com os trabalhos mais leves, apanhar a azeitona, mondar, aquelas coisas, mas eu depois... iam fazer aqueles dois trabalhos, descansavam um anito para ir ceifar, os trabalhos mais pesados, mas eu não, comecei e foi tudo*

---

<sup>201</sup> PEREIRA, José Pacheco, *A Sombra*, p. 76.

<sup>202</sup> PEREIRA, José Pacheco, *Idem*, p. 77.

<sup>203</sup> PEREIRA, José Pacheco, *Idem*, pp. 86-87.

<sup>204</sup> PEREIRA, José Pacheco, *Idem*, p. 77.

*seguido. Comecei na azeitona, da azeitona passei para a monda, da monda fui logo desmoitar e dali fui logo para a ceifa e não parei* (Maria Lourença Cabecinha).

Margarida Tengarrinha, com uma origem social distinta, «(...) *de uma família burguesa, sem dificuldades monetárias e com a vida mais ou menos facilitada* (...)», cedo toma contacto com as disparidades sociais, considerando-as como um momento fundamental no seu processo de consciencialização:

*E daí que havia assim um convívio com pessoas, digamos, da nossa condição social, e com muita miudagem que andava ali a brincar no largo, no cais, e que tinha outra condição social, vivia com outras dificuldades, que para nós eram aparentes. E isso, enfim, já começou a fazer-nos sentir que havia diferenças sociais e diferenças, vá lá... não digo de classe, mas diferenças de condições de vida, e depois eu digo que isto teve influência em mim.*

Não concordamos por isso com Pacheco Pereira quando afirma: «quando se vive uma vida apagada, sem perspectivas e satisfações, num meio desertificado e degradado, a escolha pela acção revolucionária é psicologicamente satisfatória»<sup>205</sup>. Antes são as condições objectivas da existência, com as quais se entrelaça a participação ou contacto com momentos de contestação frontal ao regime e a consequente repressão desencadeada pelas forças policiais, que influi decisivamente na biografia pessoal de algumas destas mulheres.

*Foi quando tinha para aí seis anos, pois, em nasci em 1928, em Maio, e isto passou-se no 18 de Janeiro de 1934...Houve no largo mesmo em frente a minha casa (que era o 1º andar sobre o Banco de Portugal – visto que o meu pai era o gerente do Banco de Portugal e nós vivíamos sobre), assisti a uma manifestação brutal de gente aos gritos...que eu não sabia porque era, mas que me impressionou, e depois ver entrar por uma das pontas do largo o comandante da GNR, com soldados a cavalo, bater com o pingalim naquela gente, entrar a cavalo por cima daquela gente, e aquilo*

---

<sup>205</sup> PEREIRA, José Pacheco, *Ob. Cit.*, pp. 76-77.

*impressionou-me imenso, e sei que anos depois tentei sempre saber o que era aquilo* (Margarida Tengarrinha).

*(...) toda a nossa vivência, não é, principalmente na minha terra, em Vale de Vargo, a gente desde pequeninos nos disseram que os polícias eram maus, não é, porque aquela gente tem uma grande tradição de luta como sabe, e de ligação ao Partido. E portanto, crescemos naquele ambiente em que o regime é mau, os polícias são maus, querem fazer mal aos pais* (Maria Machado).

*(...) eu suponho que a ligação do meu pai ao Partido se terá feito na época das greves de 1944. (...). Eu ouvia lá em casa falar das greves, ouvia os meus pais contarem que tinha havido operários a fugir pelos campos, à guarda e não sei quantos, aqueles que conseguiram escapar muito bem, aqueles que não, foram parar à praça de toiros de Vila Franca. O meu pai conseguiu escapar* (Domicilia Correia da Costa).

*(...) houve uma manifestação [em] que cercaram o Parque, com o pessoal [a correr], e eu por acaso fui uma das pessoas a correr, com sapatos de saltos altos, a correr. Metemo-nos, muita gente, enchemos os correios, porque apareceu a GNR a cavalo (...), cercaram o Parque, fizeram prisões e tudo isso. (...) O ambiente do Barreiro ajuda muito! Porque aquilo era, como eu digo, porta sim porta sim, nem era porta sim porta não, era porta sim porta sim* (Conceição Matos).

O contexto político e cultural da época seja a nível nacional ou mesmo internacional revela-se portanto fundamental, sendo possíveis de identificar acontecimentos específicos marcantes que funcionam como marco ou mesmo ruptura. A memória resistente, como refere Paula Godinho a propósito do Couço, integra um conjunto de elementos e de acontecimentos que contribuem para agregar o grupo em torno da memória histórica de outras lutas ou acontecimentos, como seja o 1º de Maio, o assassinato de Catarina Eufémia ou as manifestações comemorativas da vitória dos Aliados no fim da II Guerra Mundial. A memória colectiva constrói uma cultura política que, «sob a forma de uma memória transmitida que visa a continuidade material e simbólica de uma sociedade, institui os códigos que permitem aos grupos que a

compõem decifrar o significado dos símbolos e confere sentido às vidas dos indivíduos»<sup>206</sup>. As datas comemorativas eram por isso temidas pelo regime, já que permitiriam rememorar a possibilidade da vitória e a justeza da luta de classes.

*Depois a manifestação do fim da guerra, que foi muito importante para a juventude. Nós, portanto, já tínhamos uma consciência e, claro que naquela altura houve uma explosão não só de alegria, mas de antifascismo, e depois, quando vimos, poucos meses depois, em Agosto, as bombas de Hiroxima e Nagasaki. Isto é um daqueles contrastes violentos para uma juventude que já estava influenciada superficialmente, digamos, perifericamente, mas porque foi a guerra, pelo fim da guerra, pelo apoio do fascismo ao Hitler, portanto, nós repudiávamos o Hitler e o fascismo e também o fascismo em Portugal (Margarida Tengarrinha).*

*(...) foi um momento extraordinário. Porque havia essa guerra da Abissínia, depois a guerra de Espanha e depois, a seguir, a Grande Guerra, a Segunda Grande Guerra. Tudo aquilo...nessa altura discutia-se muito a Revolução Russa, já era a Rússia, depois a União Soviética, aquilo era um entusiasmo danado (Maria Carvalho).*

As redes de sociabilidade contribuem para a adesão a organizações legais como foi o caso do MUD Juvenil, que funciona como «trampolim» para a militância no PCP. Foi o que se verificou com Conceição Matos, que entrou por intermédio do irmão, ou com Fernanda Alves, através da irmã, situação que lhe custou inclusivamente a primeira experiência de prisão, em Setembro de 1953.

*Estive um mês e depois puseram-me em liberdade. Pronto, é claro, vim com o sangue na guelra, não é? Já tinha ido para a cadeia, caramba! – não me sentia heroína mas pronto, tinha já uma experiência que até muita gente cá fora não tinha.»*

Maria Carvalho também passa pelo MUD Juvenil, já numa situação de semi-clandestinidade, numa casa da organização:

---

<sup>206</sup> GODINHO, Paula, *Ob. Cit.*, p. 129.

*Só depois de estar na clandestinidade é que um camarada [Octávio Pato] me disse assim: «- Tu é que foste inaugurar as casas mais ou menos clandestinas do MUD Juvenil. (...). A primeira casa do MUD Juvenil era aquela onde tu estiveste». Eu nem me tinha apercebido bem que aquilo era uma casa do MUD Juvenil (...) não levávamos para lá pessoas (...) mantínhamos aquilo semi-secreto. (...). Tomávamos alguns cuidados, não levávamos para lá gente que não fosse do MUD Juvenil e, mesmo assim reuniões eram com os quadros, mais... era assim.*

Margarida Tengarrinha contacta com a organização do MUDJ após a entrada na escola de Belas-Artes:

*E aí nós começámos a ter informação das lutas dos jovens, e entro nas Belas-Artes, e imediatamente deparo com a organização MUD Juvenil, de que o José Dias Coelho era o principal responsável. E aí, facilmente, entramos na compreensão política dos movimentos da juventude, pronto, e aí começa. (...) Portanto, o facto de eu ter começado a estar interessada pelo José Dias Coelho e por o que ele representava – não era só por ele, era por todo aquele grupo de jovens que tinha uma determinada postura. (...) Portanto, isto para qualquer pessoa que esteja com interesse em observar o mundo que a rodeia, já dá algumas indicações e obriga a algumas opções. E estas opções são opções anti-imperialistas, antifascistas, e daí facilmente se entra numa linha em que se entende que por trás disto, desta luta, há um Partido Comunista, e começo eu como tantos outros a insistir, a gente não precisa só de ser do MUD Juvenil, a gente quer entrar no Partido Comunista. E dizerem «- Aguarda aí, espera aí, não entres». Porque havia uma orientação nesse sentido. Fiquei no Movimento Unitário Juvenil, e eu que desconfiava que o José Dias Coelho era do Partido Comunista – que era, de facto -, andava a chateá-lo e a tentar, desde esses anos, mas só entrei no Partido em 1952.*

São portanto possíveis de identificar motivações comuns às mulheres que passaram à clandestinidade que podem, ainda assim, conhecer diferentes combinações. Consideramos, tal como Maria Auxiliadora Arantes que a opção pela clandestinidade pressupõe antes do mais uma interpretação da realidade feita por determinados



indivíduos<sup>207</sup>. Jocelyn S. Viterna, no seu trabalho sobre a participação feminina na guerrilha de São Salvador distingue três tipos de guerrilheiras, atendendo às motivações subjacentes, a saber, as politizadas, as relutantes e as recrutadas<sup>208</sup>. Segundo a socióloga, o maior erro dos que se dedicam ao estudo das motivações subjacentes à adesão a uma organização clandestina é considerarem os activistas políticos como um grupo homogéneo, com um ou mais factores comuns. Pelo contrário, a autora considera os activistas como um grupo heterogéneo, no qual diferentes caminhos podem conduzir ao mesmo resultado de mobilização, «I argue that there are multiple, conjunctural causes of mobilization, even among individuals embedded within similar identity-producing networks and within similar structural contexts. These multiple paths to participation arise from the patterned interaction of individual-level biography, networks, and situational context»<sup>209</sup>. Margarida Tengarrinha, que foi responsável pelo jornal *A Voz das Camaradas*, identifica três tipos de clandestinas, caracterizando-as do seguinte modo:

*E quando eu te digo que havia três era: as mulheres que vinham acompanhando os maridos ou o companheiro mas em geral maridos, em termos genéricos. As que tinham vindo e que tinham encontrado o seu companheiro. Portanto (...) já mais conscientes, porque tinham vindo por elas próprias – é o caso da Teodósia [Gregório]. Veio por ela própria mas depois encontrou o companheiro. E havia ainda a outra categoria, das que vieram logo para ter logo trabalho político. (...). Isto é, as mulheres que estavam numa casa do Partido porque vieram para acompanhar o marido, digo marido, para facilitar. As que vieram porque havia necessidade de montar uma casa, como se vê no Até amanhã, camaradas, aquela Maria, não é? Pronto, veio pela necessidade de montar uma casa, com consciência política e depois ficou a defender uma casa, a garantir a existência daquela casa. O que já mostra um grau diferente de consciência política. E as que vieram porque na via das suas lutas de classe, foram chamadas para continuar o trabalho de organização e tinham outro nível de consciência política, muitas vezes semelhante à que veio para [a clandestinidade] e que depois foi destinada a uma casa.*

---

<sup>207</sup> ARANTES, Maria Auxiliadora, *Ob. Cit.*, p. 129.

<sup>208</sup> VITERNA, Jocelyn, *Ob. Cit.*, p. 1.

<sup>209</sup> Idem, p. 2.

Para algumas das nossas entrevistadas, a militância e posterior passagem à clandestinidade surge como o culminar de um percurso<sup>210</sup>. No contexto da Guerra Fria, é Margarida Tengarrinha quem toma a iniciativa, pedindo a adesão ao PCP na condição de militante. No caso de Francisca Galado Caeiro a adesão ao Partido Comunista foi sem passagem por outro qualquer tipo de organização:

*(...) depois já deixa de ser o António Pica a contactar comigo, continua a dar-me a imprensa, mas depois começo a ser solicitada para ir participar em reuniões, já reuniões políticas, já reuniões do Partido, portanto, já com funcionários do Partido. Isto é, aos 15 anos sou chamada pelo Partido para integrar o Comité Local, Comité Local esse que era o organismo que era controlado pelo funcionário clandestino.*

Maria Carvalho e Conceição Matos fazem também a transição do MUDJ para o PCP sem rupturas. Conceição Matos viria a concluir:

*Sabes uma coisa? É que nunca se sabe (...) qual é a passagem de uma coisa para outra. Mas quando eu me senti mais, foi quando o meu irmão saiu [da cadeia]. (...) comecei a fazer coisas para o partido naturalmente (...).*

A passagem à clandestinidade, pelo menos no que concerne aos militantes homens, é muitas das vezes o culminar de um percurso no seio do PCP. Como partido ilegalizado, a maioria dos seus militantes levava uma existência legal, e só a sua actividade partidária é que era clandestina. Tal como a entrada para o partido propriamente dito o fora, a passagem à clandestinidade é um momento importante, e que embora estivesse no horizonte dos militantes, não implicava necessariamente que viesse a ocorrer. É o próprio PCP quem o esclarece:

«A disposição de passar à clandestinidade nunca foi nem é condição para ser membro do partido. Ser militante do PCP já é por si uma prova de coragem e dedicação. (...). O partido não exige a nenhum dos seus membros que passe a ser

---

<sup>210</sup> Cf. DELLA PORTA, Donatella, «Political Socialization in left-wing underground organizations: biographies of Italian and German militants, *Social Movement and Violence: participation in underground organizations* (eds. Bert Klandermans, Donatella della Porta), vol. 4, Greenwich/London, Jai Press Inc, 1992, p. 260.

um revolucionário profissional, um funcionário do partido. Para isso são necessárias condições que não se verificam em todos os militantes. Há militantes que, fazendo uma vida legal, cumprem magnificamente as suas tarefas revolucionárias e que, entretanto, não se adaptariam com sucesso à vida clandestina. (...). O partido não força nenhum dos seus membros à vida clandestina. No recrutamento para funcionários do partido intervêm, pois, dois elementos: a opinião dos organismos competentes de que o militante tem condições para ser funcionário do partido e a vontade do militante em passar a sê-lo. Os funcionários do partido são seleccionados nesta base de voluntariado»<sup>211</sup>.

Se não considerarmos as que passaram à clandestinidade ainda crianças, para acompanhar os pais (Domicilia Correia da Costa e Maria Machado), a situação de ruptura declarada com a situação anterior verifica-se apenas com as mulheres que mergulharam para acompanhar o marido na sua funcionalização.

*Os meus pais não eram do Partido. Porque é que eu hei-de estar a dizer? Eles não compreendiam nada disso, como eu também...pronto, acompanhei o meu marido e pronto, fui para o lado dele porque era para ir, não é verdade? (Elídia Rosa Caeiro).*

*Quando fomos convidados – foi ele convidado – para ir para a clandestinidade (...) a proposta foi que nós casássemos, depois seguíamos para a ilegalidade (...). O Chico [Francisco Martins Rodrigues] era um entusiasta terrível (...) o Partido estava acima de toda a gente e mais alguma e eu fui, porque estava muito apaixonada, porque ia casar (Fernanda Alves Rodrigues).*

*Depois quando ele saiu já mais tarde para a clandestinidade, ele pôs-se o problema de eu ir com ele, mas eu não sabia que ele ia para a clandestinidade. Ele ia para outra terra, com um nome diferente onde não fosse conhecido, ele estava a ser conhecido e estava sujeito, porque a PIDE andava ali à volta, porque tinham essas indicações e portanto ele ia para outra terra trabalhar na sua profissão. Então pôs-me o problema. Eu pus o problema na minha família, ao meu pai, o meu pai era uma pessoa muito honesta, para ele a honradez tinha muito valor, e era isso que ele queria que os filhos*

---

<sup>211</sup> «Perguntas e respostas», *O Militante*, III Série, Janeiro de 1972, p. 175, cit. in PEREIRA, José Pacheco, *A Sombra*, pp. 110-111.

*fossem e quando eu pus o problema ao meu pai ele disse: «- Vai com o teu marido fazer o teu dever que é acompanhar o marido». Ele ia para outra terra trabalhar e eu ia com ele (Cisaltina Maria Santos).*

De qualquer modo, a decisão de passar ou não à clandestinidade pressupõe a sujeição a uma grande tensão psicológica, motivado pelo confronto do que se deixa para trás, face ao futuro que se apresentava desconhecido.

*Portanto, fizeram a proposta de eu passar para a clandestinidade, para uma casa, e eu reflecti. Naquela altura foi um bocado difícil, porque os meus pais eram idosos, as minhas irmãs já não estavam lá, não podiam dar assistência, e eu também ia e sabia que o problema da clandestinidade implicava uma ausência total, não é, não só de assistência material, mas também era moral. Reflecti e não foi fácil (Sofia Ferreira).*

Teodósia Gregório, que foi abordada pelo pai para passar à clandestinidade, reflecte sobre as dúvidas sentidas:

*Fiquei um bocado sem saber o que havia de fazer. Porque, perante ir, sem conhecer, e estar com os meus pais, eu prefiro estar com os meus pais. Ao mesmo tempo, o que eu pensava era isto: «- Eu não quero, de forma nenhuma, que os meus filhos amanhã, a nossa juventude amanhã, tenha a mesma vida que eu tenho» (...) não posso conceber uma vida destas para os meus filhos, para os meus netos, para a nossa juventude. Isso não pode ser.*

A passagem à clandestinidade das nossas entrevistadas deveu-se essencialmente às carências inerentes à própria organização partidária, à necessidade de aumentar o número de funcionários e, consequentemente, à necessidade de garantir a defesa das instalações para a qual era fundamental o contributo das mulheres.

*(...) Naquela altura, após a Reorganização do Partido, em 42, 41, o Partido começou a alargar, começou a procurar casas clandestinas para se apoiar, defender, trabalhar. Tinha necessidade de mulheres, não é, e naquela altura, de Vila Franca, de mulheres*

*foram as minhas irmãs, foi outra camarada que é a Gertrudes Paulina, pelo menos estas foram para a clandestinidade, mas haviam outras que estavam organizadas e pronto, nessa altura depois eu fui abordada, já as minhas irmãs estavam na clandestinidade, em 46, devia ser, nos princípios de 46, porque foi em Julho que eu passei à clandestinidade, fui abordada pelo camarada Dias Lourenço e a minha irmã, a Georgette (Sofia Ferreira).*

*(...) nessa altura tínhamos o receio que todos tinham, o receio de sermos presos de um momento para o outro, mas isso vivíamos assim, era mesmo porque era necessário vir, eram necessários quadros para o Partido, era necessário funcionários para o Partido, e foi por essa razão mesmo que nos puseram o problema e a gente esteve de acordo (Maria Lourença Cabecinha).*

Essa passagem pressupõe uma avaliação cuidada por parte do PCP do futuro quadro durante um período de *acompanhamento*. Tivessem ou não militado anteriormente, as mulheres que são abordadas para mergulhar a título individual, são-no porque provaram no seu percurso de vida, uma osmose com os objectivos e ideais partidários. É possível verificar que o recrutamento ocorre sobretudo entre mulheres muito jovens, sem laços familiares ou experiência de maternidade que pudessem por em risco a tomada de decisão. Nas palavras de Jocelyn Viterna: «young women with no children and a missing parent at home are expected to have the fewest barriers to participation. Children are barriers because their needs limit the work a woman may perform outside the home»<sup>212</sup>. Como recordou Maria Carvalho:

*(...) foi muito rápido, já tinham percebido, porque o Partido queria organizar várias coisas e estava ali uma fulana que eles pensaram logo «Ela deve estar disposta, mais que disposta».. Isto porque a gente conversava muito, eles viam que eu estava mais que disposta, estava disposta a tudo. Aperceberam-se disso porque eu andava ali, não estava ligada a coisa nenhuma, do ponto de vista familiar (...) estava disponível, nem sequer tinha emprego.*

---

<sup>212</sup> VITERNA, Jocelyn, *Ob. Cit.*, p. 17.

Outras mulheres, quando abordadas, foram tendo em vista uma tarefa específica. Francisca Caeiro integrara a Comissão Distrital da candidatura de Arlindo Vicente. A possibilidade de estar identificada pelas forças repressivas justifica que fique na situação de semi-clandestinidade numa casa de apoio, sendo depois destacada para Portimão, onde assume tarefas de organização junto dos pescadores e conserveiros:

*Fui no dia 5 de Agosto de 1958, já tinha a tarefa decidida (...). Ia para Portimão já com a tarefa de chegar lá...era o funcionário que estava lá nessa altura, que era este mesmo, era o Zé Carlos, era o Zé Carlos que depois se encontrava comigo, no dia seguinte ou no outro, para me dar os contactos das pessoas com quem eu ia ficar a trabalhar, que era pescadores e conserveiros. Portanto, e ele ia-me passar a tarefa dele, e passou para mim. (...) Então aí em Portimão fiquei, em casa de um casal, no campo, mas eram conserveiros e...e ainda tive duas ou três reuniões para eles me explicarem como era o mecanismo, portanto, e o que eles precisavam, o que é que eles precisavam de reivindicar, quais eram as reivindicações, o tipo de trabalho, as perguntas como é que as coisas se faziam, porque eu não sabia, não é, vinha do campo.*

Margarida Tengarrinha, após a passagem pelo MUDJ e depois de, já na condição de militante do PCP, ter desempenhado tarefas numa organização de apoio aos presos políticos, é convidada, juntamente com José Dias Coelho, a passar à clandestinidade. É por isso o culminar de um percurso individual, onde o *mergulhar* se apresenta como o passo seguinte evidente, atendendo à sua própria formação em Belas-Artes, que justifica o interesse da organização política, ficando ambos responsáveis pela montagem do aparelho de documentação, onde se procedia à falsificação de todo o tipo de documentos.

*Quando entrei, quando fomos convidados para funcionários do Partido, foi já quase uma entrada natural. Pois. Quer dizer, foi uma sequência natural, não é? Eu não acho, não senti que fosse propriamente uma...como para algumas mulheres foi, uma situação de grande alteração ideológica nem nada. Foi um percurso natural. (...)*

*E daí até a necessidade da nossa participação, por um lado, para as relações internacionais que eram necessárias, por outro lado, para defender os camaradas, fazendo passaportes mas não só: bilhetes de identidade, cartas...aquelas coisas de bicicleta, cartas de condução (...) nós fomos contactados para realizar uma tarefa naquelas condições, certamente [porque] éramos um casal que reconhecidamente era capaz de fazer aquela tarefa. E talvez não houvessem muitos naquela altura com disponibilidade para entrar na clandestinidade, para já, e com capacidade para fazer aquilo. Porque deu muito trabalho até a gente conseguir montar aquela oficina.*

A passagem à clandestinidade pode ser interpretada como um ritual de passagem, já que pressupõe a mudança de lugar, estado ou condição social. Segundo Van Gennep<sup>213</sup> os rituais de passagem caracterizam-se por três fases: a separação, que consiste no afastamento do indivíduo de um determinado grupo; a margem ou *limen*, período intermédio que podemos identificar como a fase da *semi-clandestinidade* verificada em alguns dos percursos individuais e, por fim, a fase da agregação, onde o mergulho à clandestinidade se consuma de facto, e que consiste na *morte civil*<sup>214</sup> do indivíduo, ou seja, o desaparecimento do mundo legal e a adopção de uma nova identidade, que raras vezes toca a anterior.

---

<sup>213</sup> Cf. TURNER, Victor, *O Processo Ritual*, Petrópolis, Editora Vozes, 1974, pp. 116-117.

<sup>214</sup> Cf. FERREIRA, Elizabeth F. Xavier, *Mulheres, Militância e Memória*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 60.

## Capítulo 2 – «Eu não sou eu nem sou o outro, sou qualquer coisa de intermédio»

«A decisão da clandestinidade envolveu a escolha de um destino»

(Maria Auxiliadora Arantes)

*Mergulhar* é o termo usado pelos comunistas para descrever a sua passagem à clandestinidade, o que remete de imediato para a ideia de imersão, afundamento. O que era a clandestinidade? Segundo Aida Magro, «a clandestinidade não era mais do que a passagem ao anonimato, com o objectivo de nos furtarmos às perseguições da PIDE e podermos com mais facilidade lutar contra o fascismo, contra Salazar e a sua camarilha»<sup>215</sup>. Face aos mecanismos de controlo social da ditadura, o PCP, através do seu aparelho clandestino, foi capaz de sobrepor-se ao terror e à produção do medo inerente ao regime político. Como refere Rolando Álvarez:

« (...) la clandestinidad fue capaz de generar una mística especial, inolvidable y tremendamente querida por aquellos milles que la experimentaron; fue capaz allí donde primaba el miedo, el terror, la indiferencia, el acomodo, de poner en movimiento un dispositivo de resistência que hacía ver el mundo que se les presentaba, de outra forma, posible de hacerle frente, posible de cambiarlo, en fin, que los hacía sentirse como agentes creadores de futuro»<sup>216</sup>.

A clandestinidade comunista implicou uma *morte civil*, viver no *exílio* dentro do próprio país<sup>217</sup>, e era antecedida, depois de uma avaliação pela direcção do futuro *quadro*, de uma conversa onde um funcionário explicava, não somente as tarefas a desempenhar, mas os riscos que a decisão de *mergulhar* comportava.

*O Partido dava toda essa explicação e sabia-se. Olhe, não sei como se sabia, mas sabia-se que a clandestinidade era isso, a pessoa ficava clandestina – não via a família, não contactava com a terra, e a partir dali estava ao serviço do Partido, a fazer aquilo*

---

<sup>215</sup> MELO, Rose Nery Nobre de, *Ob. Cit.*, p. 140.

<sup>216</sup> ÁLVAREZ, Rolando, *Desde las Sombras – Una historia de la clandestinidad comunista (1973-1980)*, Santiago, LOM Ediciones, 2003, p. 15.

<sup>217</sup> Cf. TENGARRINHA, Margarida, *Ob. Cit.*, p. 11.



*que fosse necessário e urgente fazer. Portanto, a partir dali, havia as casas, havia as tipografias, havia variadíssimas tarefas, e ia-se fazer aquilo onde o Partido entendesse que aquele quadro era o quadro indicado para o fazer* (Francisca Galado Caeiro).

*Passei à clandestinidade conscientemente. (...). Mais ou menos sabia. Sabia que podia ser presa, [sabia que] tinha de romper com a família, ficar privada da família, ficar privada dos amigos. [Sabia] que podia ser presa de um momento para o outro, podia ser torturada, podia ser morta, eu isso sabia, não estava assim cega. (...). Mas, claro, na clandestinidade tomei mais consciência, porque fui lendo documentos, coisas (...)* (Conceição Matos).

O «mergulho» poderia ser imediato ou podia ser antecedido por uma situação de semi-clandestinidade, de *margem*, na linha de Van Gennep, durante a qual o futuro quadro cortava progressivamente os laços com o meio exterior. Como Maria Carvalho recordou:

*E depois disseram para eu ir...nessa parte em que estava à espera, disseram: «- Olha, deixa de ir ao coro (eu andava no coro Lopes-Graça), fuge de estares [a] encontrar-te com malta que tu conheces, afasta-te um bocadinho para deixares de ser muito vista». E depois a certa altura disseram-me – isto foi a parte final -, que fosse a casa dizer à família, porque já tinha havido casos de moças que tinham desaparecido e a família tinha posto um anúncio no jornal (...).*

A clandestinidade implica antes de tudo o mais construção de uma fachada para o exterior, de modo a que o funcionário/a pudesse proteger-se das investidas policiais e assim desenvolver livremente (não o sendo), a acção política que lhe era proibida pelo regime. A construção de uma fachada, na esteira do que Erving Goffman preconizou, exige o desempenho de um papel determinado. Nas palavras do sociólogo:

«É pedido aos outros que acreditem que a personagem que estão a ver possui os atributos que parece possuir, que a acção que desempenha tem as consequências que implicitamente afirma, e que, de um modo geral, as coisas são o que mostram ser»<sup>218</sup>.

---

<sup>218</sup> GOFFMAN, Erving, *A apresentação do eu na vida de todos os dias*, Lisboa, Relógio d'Água, 1993 [1959], p. 29.

Para a construção da fachada concorrem dois elementos, a saber «o quadro», ou seja, o «espaço cénico», neste caso em concreto, as instalações clandestinas (que iremos abordar posteriormente) e a «fachada pessoal». Segundo o mesmo autor:

«Como partes da fachada pessoal podemos incluir: os distintivos que indicam a profissão ou a categoria profissional; o vestuário; o sexo, a idade e as características raciais; as dimensões físicas e a apresentação; a atitude; a maneira de falar; as expressões faciais; os movimentos do corpo, etc.»<sup>219</sup>.

Na clandestinidade comunista a construção da fachada começava com a adopção de uma nova identidade que, na realidade, se desdobrava em duas que coexistiam em simultâneo: a adopção de nome falso (para o aluguer de casa, para as relações de vizinhança, ou seja, para o mundo exterior, e que era legitimada com o recurso a documentação falsa) e o pseudónimo usado exclusivamente no interior da organização. O verdadeiro nome clandestino é o pseudónimo. A sua adopção pressupõe um ritual de passagem para as futuras clandestinas, já que o nome é por si só o meio para a atribuição de uma nova identidade social. Tal como Pierre Bourdieu refere,

«Através desta forma muito singular de *nomeação* constituída pelo nome próprio encontra-se instituída uma identidade social constante e duradoura que garante a existência do indivíduo biológico em todos os campos possíveis onde ele intervém enquanto *agente*, quer dizer, em todas as suas histórias de vida possíveis. (...) Assim, o nome próprio é o suporte (sentimo-nos tentados a dizer: a substância) daquilo a que se chama o *registo civil*, quer dizer, desse conjunto das propriedades (nacionalidade, sexo, idade, etc.) ligado a uma pessoa e às quais a lei civil associa efeitos jurídicos que *são instituídos*, enquanto aparentemente verificados, pelos actos do registo civil»<sup>220</sup>.

O pseudónimo comunista tinha como única função identificar, sem revelar a verdadeira identidade e, de *per se*, não significava nada<sup>221</sup>, e foi adoptado após a reorganização de 1929. No início era composto por dois nomes, posteriormente esse hábito caiu em desuso e recorreu-se a um único nome próprio ou apelido. Os nomes adoptados eram os mais comuns.

---

<sup>219</sup> Idem, p. 36.

<sup>220</sup> BOURDIEU, Pierre, «A ilusão biográfica», *Razões Práticas*, Oeiras, Celta, 2001, p. 56.

<sup>221</sup> PEREIRA, Pacheco, *A Sombra*, Lisboa, 1993, p. 94.

*Estava numa casa, estávamos ali naquela casa, tínhamos um nome que dava para nós e para as vizinhas. E depois íamos para outra casa, tínhamos de arranjar outro nome, já não era o mesmo. Em cada casa, por norma, tínhamos um nome (Teodósia Gregório).*

*Eu durante anos fui Leonor, o nome foi-se mantendo. O nome que tínhamos nas casas era outro, para alugar...mas o nome político que tinha cá dentro, como nunca fui presa, manteve-se muito tempo, praticamente foi sempre [o mesmo] (Margarida Tengarrinha).*

A adopção de pseudónimos masculinos por parte das funcionárias clandestinas verificava-se quando as mesmas desempenhavam funções de organização, manipulando-se assim os códigos de género vigentes à época. Como justificou Sofia Ferreira:

*Eu tinha pseudónimos no Partido, tinha pseudónimos de homem, era sempre de homem, não havia de mulher. Tive Soares, o pseudónimo era Soares, tive outro pseudónimo que era Rafael, destes lembro-me eu. (...) era tudo pseudónimos masculinos, não havia femininos. (...) Porque não eram os quadros femininos que andavam [habitualmente] na organização, no contacto com as empresas, com os sectores, serviços, portanto, o [de] homem era mais difícil, se era mulher – como eram poucas – eram mais fáceis de controlar, de identificar.*

A situação inversa já não se verificava, ou seja, a adopção de nomes femininos por parte dos funcionários. Como refere Pacheco Pereira, «a cultura masculina dominante nos meios comunistas, em geral, e nos países da Europa do Sul, em particular, tornaria inconfortável para um homem ter pseudónimo feminino»<sup>222</sup>. A nova identidade adquirida raras vezes tocava a anterior. A passagem à clandestinidade pressupõe muitas das vezes uma desterritorialização, o abandono da localidade de origem. Todavia, e tal como Paula Godinho sublinha, «o sotaque e o acento de classe dos indivíduos que passem à clandestinidade aconselha a que se lhes incumbam papéis que satisfatoriamente consigam cumprir»<sup>223</sup>. A ilegalidade pressupõe portanto um disfarce, uma representação contínua e constante. Nas palavras de Maria Auxiliadora

---

<sup>222</sup> Idem, p. 95.

<sup>223</sup> GODINHO, Paula, *Memórias da Resistência Rural no Sul (Couço, 1958-1962)*, Dissertação de Doutoramento em Antropologia, Lisboa, UNL-FCSH, 1998, p. 1998.

Arantes, «O disfarce é uma forma de astúcia para os que dele fazem uso, frente a uma situação adversa e de perigo»<sup>224</sup>. Como algumas das nossas entrevistadas recordaram:

*(...) eu depois também me disfarçava, mesmo apesar dos sinais que esses que traíam e que me conheciam e que depois diziam na PIDE, davam os sinais todos e eu disfarçava-me, pintava-me, que ainda hoje não gosto de pinturas, se calhar é por isso. (...). Felizmente nunca fui identificada (Teodósia Gregório).*

*(...) eu comecei a aprender a ser atriz. Acho que as pessoas na ilegalidade são muito atrizes. Eu digo-lhe, eu tive tantos nomes, tantos nomes falsos, que quando fui presa grávida do meu filho, eles levaram-me para a Maternidade Alfredo da Costa (...) eu cheguei ao guichet para fazer a inscrição com o meu nome legal [e] fiquei a perguntar durante uma fracção de segundos «- Como é que eu me chamo?». Não me lembrava, é que sinceramente... eu não me lembrava do meu nome próprio, do meu nome verdadeiro (Fernanda Rodrigues).*

A presença das mulheres na clandestinidade reflecte em muito o papel do género ao nível do conteúdo funcional das tarefas atribuídas. A elas cabia antes do mais a responsabilidade da defesa e de vigilância das instalações clandestinas<sup>225</sup>, o que as confinava a um isolamento extremo. De facto, é pela voz das clandestinas que contactamos com esse universo dominado por uma tensão psicológica constante, exacerbada pela persistente alerta dos sentidos.

*(...) a nossa vida clandestina era assim, numa casa clandestina. Em relação às mulheres, podemos dizer que era uma tarefa difícil porque era muito isolada, porque as nossas casas não eram visitadas, se não só pelo camarada ou camaradas que conheciam a casa, [que] por razões de trabalho iam lá a casa, mais ninguém ia (Sofia Ferreira).*

*Qualquer coisa que a gente visse à volta assim mais estranho, vamos lá ver o que se passa... enquanto não descobríssemos o que se passava, nós não descansávamos. Por exemplo, os camaradas iam-se embora, e nós é que ficávamos, [as] mulheres. Pelo menos comigo foi sempre assim, para vermos o que é que se passava, para ver... se era*

---

<sup>224</sup> ARANTES, Maria Auxiliadora, *Ob. Cit.*, p. 77

<sup>225</sup> Este assunto será desenvolvido mais à frente.

*só uma impressão, os camaradas regressavam e nós continuávamos* (Teodósia Gregório).

Às mulheres cabia ainda o desempenho das tarefas domésticas, a ida às compras e a gestão do salário, que era igual para ambos os sexos, caracterizando-se pelo seu reduzido valor. O salário era destinado à alimentação e para pagar as contas inerentes à ocupação da casa. O valor da renda, independentemente do seu valor, era assumido pelo Partido, como recordaram as nossas entrevistadas.

*Havia um salário estipulado pelo Partido consoante várias coisas, consoante o dinheiro que o Partido tinha mas o Partido, quanto eu sei, tanto quanto eu ouvi falar muitos anos mais tarde, creio que o Partido fazia uma média do salário médio dum trabalhador, de um operário. Portanto, naturalmente, como os operários ganhavam pouco, os funcionários também ganhavam pouco, não é? (risos). (...) era igual para todos, fossem homens, fossem mulheres, todos ganhavam o mesmo, a partir do momento em que fossem considerados adultos. Porque as crianças recebiam uma quantia, que eu não faço a menor ideia quanto era, mas sei que era menos. Era uma espécie de abono* (Domicília Costa).

*Ele tem o salário dele, eu tenho o meu (...). Nós na casa (eu pelo menos foi sempre assim, os outros eu não sei), estava ali o salário dos dois, temos tanto para o mês todo. A primeira coisa que eu fazia era: água, luz, aquilo era certo, ficava ali. Ali não se mexia. E o restante (...) é para alguma coisa que eu quisesse comprar, tirávamos »x para ti, x para mim«, para alguma coisa que a gente quisesse comprar. E depois o que restava era para a casa, para comer. Portanto, aí sobrava x, agora temos tantos dias, temos tanto por dia, não podemos gastar mais, se gastamos um dia mais, os outros dias temos de gastar menos. Era assim que a gente... eu, comigo, foi sempre assim* (Teodósia Gregório).

A gestão do salário revela-se problemática para quase todas as clandestinas, devido à sua natureza diminuta:

*(...) chegar ao fim do mês e não ter dinheiro nenhum. Mas tínhamos algum dinheiro para o mês seguinte. Como é que se fazia? Era engraçadíssimo! Havia uma posta de bacalhau (...), havia batatas, havia cebolas, geralmente tem-se sempre uma maior*

*quantidade – vale tanto, vale tanto. Feitas as contas às existências, permitia que nós fossemos buscar, por exemplo, 50\$00 ao mês seguinte. Isto era quando [se] chegava ao fim do mês já à rasca, não é?* (Margarida Tengarrinha).

Muitas desempenhavam ainda tarefas de carácter técnico, de apoio ao trabalho desenvolvido pelo funcionário, como seja o escrever à máquina, trabalhar com o copiógrafo, organizar os arquivos, proceder aos recortes dos jornais, cuja leitura diária era obrigatória.

«(...) recebem por assinatura, os jornais *O Século* ou *O 1º de Janeiro*, conforme a localidade fica situada no Sul, Centro ou Norte do País. Os que não recebem por assinatura recebem diariamente aqueles jornais, pois a sua leitura é obrigatória. Subtende-se que os que estão instalados no Norte adquirem o *O Primeiro de Janeiro* e os do Centro e Sul, o *O Século*»<sup>226</sup>.

Como descreveu Domicilia Costa:

*Diariamente comprava-se o jornal, não é? Era norma também do Partido comprar-se o jornal diário. Cada um lia o que queria, o funcionário que vivia connosco (na altura era a Fernanda [Paiva Tomás]) assinalava, quando havia qualquer coisa que lhe interessava, fosse de que cariz fosse, político, económico, não interessa o quê, assinalava de alguma maneira e eu depois, no dia seguinte suponhamos, recortava aquilo, o resto do jornal ia para o lixo, e aquilo ficava lá para eles depois arquivarem como eles entendiam, para o trabalho deles, sei lá.*

Algumas clandestinas asseguravam o transporte da imprensa clandestina e de outros materiais de propaganda entre as diferentes instalações ou até mesmo localidades. Como Margarida Tengarrinha descreveu no seu livro de memórias,

«Não consegui até hoje que me explicasse como e quando surgiu esta designação e prática conspirativa das ‘pombas’. (...) tratava-se de desempenharmos o papel de pombos-correios. (...) foi uma tarefa essencialmente executada pelas mulheres das casas clandestinas, que todas nós apreciávamos muito pois nos permitia ter contactos

---

<sup>226</sup> «Cópia de uma circular confidencial da PIDE a diferentes entidades policiais acerca do comportamento mais usual da vida em clandestinidade de forma à detenção dos evadidos», 4 de Janeiro de 1960m fl. 9. Arq. PIDE/DGS, SC, SR 1098/60, NT 3004.

com outras camaradas de desconstracção e convívio, embora cuidadosas e atentas à sempre possível vigilância policial»<sup>227</sup>.

É o que Francisca Caeiro designa como *tarefas de rua*:

*(...) Eu tive sempre tarefas, não de organização, mas de rua também (...). Por exemplo em 64-65, eu é que trazia do Porto a maquete d' O Militante cá para baixo para o Sul, para ser feito nas tipografias do Sul. E muitas vezes depois levava coisas de cá para lá, para o Norte, conforme (...) Tive muitos encontros clandestinos com a Úrsula Machado, que a Úrsula era da tipografia do Avante! e eu tive muitos encontros com ela, e dar-lhe as maquetas das coisas que trazia lá de cima do norte. (...) Era muito giro, era muito giro. Eram duas mulheres que vinham das compras, muitas vezes com uma alcofa, porque nessa altura usavam-se as alcofas não é, uma alcofa com uma couve por cima, com uma treta qualquer assim. (...). Encontrávamo-nos na rua, próximo de um mercado, encontrei-me tanta vez com a Úrsula Machado ao pé do mercado de Queluz...as alcofas cheias de imprensa, vínhamos a conversar um bocadinho, uma agarrava numa, outra agarrava noutra. Trocávamos as alcofas, não é? Umas bananas assim por cima, a tapar o pacote, uma couve, a couve era aquilo que geralmente (...) dava mais resultado (risos) (Francisca Caeiro).*

As tarefas de rua implicavam a saída do espaço seguro que representava a casa clandestina. É a saída para o mundo hostil, perigoso, que representava o exterior. Os cuidados são redobrados, uma vez mais os sentidos alerta. Faz parte da imagética comunista a figura do clandestino a percorrer longos caminhos numa bicicleta, é essa a imagem cristalizada até ao tempo presente. Todavia, o recurso a esse meio de transporte seria pouco usual numa mulher. Também o recurso a transportes públicos se apresentava como problemático, já que poderiam favorecer encontros com pessoas conhecidas do tempo de vida legal optando-se, sempre que possível e pelo menos no interior das cidades, a táxis, já que permitia uma defesa mais eficaz. Todavia, tanto no que concerne aos transportes colectivos como aos táxis, estava estabelecido a prática de cortes, ou seja, a clandestina não se deslocava de modo directo do local de origem para

---

<sup>227</sup> TENGARRINHA, Margarida, *Ob. Cit.*, p. 165.

o local de partida, saltando de um meio de transporte para outro de modo a inviabilizar a sua localização pela política. Como Teodósia Gregório explicita,

*Entras num autocarro ou numa coisas dessas, não sabes quem é que lá vai dentro do autocarro ou dentro do eléctrico, ou dentro duma coisa qualquer, não sabes. Podes entrar – que isso aconteceu – e estar lá uma pessoa conhecida. (...). Enquanto que no táxi a gente via. Também estava com atenção ao olhar do taxista. A gente olhava para o taxista, ele podia-nos ver pelo visor, mas nós também o víamos, e víamos a atenção dele. (...). Se a gente via que ele estava com atenção na pessoa, deixávamo-lo aqui e íamos um bocadinho e depois apanhávamos aqui outro e seguíamos um caminho completamente diferente.*

O número reduzido de mulheres que desempenharam tarefas de organização é justificado atendendo aos códigos de género vigentes à época, onde ter encontros com homens em horário nocturno, ou deslocar-se sozinha de bicicleta de uma localidade para a outra seriam considerados anormais. Quebrá-los, seria pôr em perigo a própria organização, já que a clandestinidade pressupunha exactamente passar despercebido no meio exterior. É também esta tentativa de passar despercebida que leva à manutenção de muitos estereótipos de género:

*(...) isso [reuniões à noite] foram sempre problemas que limitaram muito o trabalho de organização das mulheres. Não é por acaso que não havia assim muitas mulheres no trabalho de organização, justamente por essas dificuldades de contactos, das saídas à noite, encontros na rua à noite com homens eram sempre suspeitos, tínhamos de encontrar outras maneiras, ou domingos, sábados [a] meio da tarde, tínhamos de encontrar essas condições chamadas conspirativas que defendessem – neste caso a mim -, como mulher, clandestina, funcionária do Partido [e] os próprios camaradas legais (Sofia Ferreira).*

*Como é que, pelo menos em determinadas zonas do país, como é que trabalhavam as mulheres na organização do Partido, como é que era possível trabalharem mulheres na organização do Partido nalguns sítios? Também isso há que ter em conta, não é? (...). Não andava uma mulher sozinha, não aparecia aí...bem vestida, era mal considerada, mal vestida, era uma mulher do campo, quer dizer, não era fácil. Eu não digo que não tenha havido alguma subestimação. (...) Eu penso que em parte, pelo menos daquilo*



*que eu vivi, vi aqui nas zonas, sei que não era possível uma mulher andar aí, de terra em terra, de vila em vila, de aldeia em aldeia, a controlar trabalho de campo, qualquer fábrica, qualquer serviço que houvesse por aí, acho que não era fácil. (...) A mulher podia ser capaz de [o] fazer, mas passar despercebida, não era fácil. (...). Nas cidades sim, era mais fácil, porque as pessoas que vivem nas cidades não andam lá bem a ver o que é que uma pessoa faz, o que não faz, se a mulher saiu à rua, se não saiu, se veio tarde, se veio cedo, e ali não (Lourença Cabecinha).*

Margarida Tengarrinha questiona um pouco esta teoria, considerando pelo contrário que, e pelo facto de a polícia política não esperar que o trabalho político fosse assumido por uma mulher, permitiria uma mais eficaz ocultação da actividade clandestina:

*Para quem conhece as coisas, não, de maneira nenhuma. Quanto a mim, uma mulher que estivesse no trabalho de organização, era muito muito detectável do que um homem. Eu estava na organização dos economistas [e] comecei a achar que a casa ou a zona estava a ser vigiada. Ora bem, eu tenho a certeza que se fosse um homem, tinha sido presa ali. Mas uma mulher, vestida de preto, de lenço na cabeça, que ainda por cima pegou na alcofa do bebé e ia com a alcofa do bebé para se meter no carro, não dá nada a imagem de uma, de um dirigente político clandestino, pois não?*

Para além das razões apontadas, que remetem para o papel do género na discrepância das tarefas assumidas por homens e mulheres na clandestinidade, onde não está omissa o preconceito no interior do próprio partido, se não ao nível da direcção, pelo menos ao nível dos quadros intermédios, há outro factor que é considerado determinante para essa opção. Muitas vezes acabou por ser uma escolha individual das próprias clandestinas: é a inviabilidade de, no seio de um casal, reportando-nos nós aqui à existência de laços afectivos, ambos poderem assumir tarefas de organização, sem perigar a instalação clandestina, que assim ficava desprotegida. Caso tal se verificasse, isso pressupunha muitas das vezes a separação do mesmo, visto que as tarefas seriam desempenhadas em sectores diferentes.

*(...) acho que foi isso que fez com que a Fernanda [Paiva Tomás] e o companheiro se separassem, acho que foi o problema entre eles, o Partido resolver pô-los a ambos em tarefas de organização. (...). E quando era assim (...) quando era atribuído a ambos*

*trabalhos de organização, normalmente separavam-se. Poderia esporadicamente haver um caso ou outro em que ambos trabalhassem – em organizações diferentes, logicamente, não andavam os dois a fazer o mesmo trabalho -, mas isso era esporádico, era pouco tempo. (...). Por um lado, as tarefas de organização normalmente absorviam demasiado tempo para elas se puderem ocupar da casa, com tudo o que isso implicava (Domicilia Costa).*

*Era por motivos de segurança do Partido. Era uma norma do Partido, quando havia um casal com tarefas de organização e de direcção – porque nós, tanto ele [António Santo] como eu éramos da direcção do Partido (ele ainda não estava no Comité Central, mas entrou logo) – era perigoso nós termos esse trabalho em grande actividade nas ruas se na mesma casa. Para controlo, para defesa, o Partido decidiu que era assim, neste caso, casas separados em casas separadas (Sofia Ferreira).*

Dáí que a divisão de papéis se mantenha mesmo quando é uma mulher a assumir as tarefas de organização, ou seja, uma terá tarefas de organização, outra assumirá as tarefas de defesa e vigilância da casa, reproduzindo o modelo mormente utilizado nas demais instalações clandestinas. Por vezes, a mulher com tarefas de organização estava numa casa onde o apoio às suas tarefas era assumido por um casal de funcionários.

*(...) fomos as duas para uma casa. Depois, uma não podia ter trabalho de organização, porque só uma podia ter. Teve ela [Deolinda Franco], fiquei eu (Lourença Cabecinha).*

*Quando viemos para Lisboa, a situação era essa, o meu pai saía todos os dias e ia trabalhar<sup>228</sup>. Quando viemos para o Porto a situação manteve-se, porque foi nessa altura que começámos a viver com a Cândida [Ventura] e, portanto, o que é que o meu pai ia ficar a fazer em casa, não é, não se justificava que o meu pai estivesse em casa sem fazer nada. (...). A minha mãe fazia a lida da casa, fazia como fazia antes, ia à rua, fazia as compras, cozinhava, tratava de tudo o que era da casa, e o meu pai trabalhava fora, entregava o dinheiro ao Partido [e] recebia o seu salário (Domicilia Costa).*

---

<sup>228</sup> Trata-se, portanto, de uma situação de semi-clandestinidade.

Os partidos comunistas obrigados a existir na ilegalidade são considerados por alguns autores como apresentando características de «instituições totais»<sup>229</sup>, na esteira do conceito proposto por Erving Goffman. Segundo o sociólogo, «uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho, onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada»<sup>230</sup>. Um dos campos onde isto é possível de comprovar é na interferência da direcção no que concerne à gestão dos laços afectivos que se pudessem vir a estabelecer entre funcionários a residir na mesma instalação. A situação extravasa o foro íntimo e pessoal dos funcionários clandestinos, já que podia entrar em conflito com os interesses da organização. Por norma, quando um casal de funcionários decidia passar a ser «companheiros», este assunto era comunicado à direcção, através do controleiro. Era o formalizar da relação perante o partido, substituindo-se este de certa forma às instituições oficiais existentes no mundo legal.

*Primeiro nós – pelo menos no nosso caso foi assim – a gente entendeu-se e depois colocámos o problema ao camarada controleiro, camarada responsável, por acaso era o Blanqui Teixeira. Dissemos-lhe: «- Nós estamos dispostos a juntar os trapinhos». Pronto, e depois era aquela orientação que o Partido dava, os cuidados a ter, manter as mesmas tarefas, cada um com as suas tarefas (...) (Francisca Caeiro).*

*(...) nós combinámos com os camaradas, portanto, começámos a ver que nos dávamos bem, que nunca havia problemas, que possivelmente íamos ser companheiros. Depois falámos com os camaradas – falou ele -, depois falámos os três e resolvemos tornar-nos companheiros, mas era sempre com aquele respeito, companheirismo, camaradagem. Depois os camaradas foram lá, o camarada, e nós marcámos o dia para nos tornarmos companheiros, já tendo falado com os camaradas, os camaradas estando a par da situação (Teodósia Gregório).*

---

<sup>229</sup> Cf. PEREIRA, José Pacheco, *A Sombra*, Lisboa, Gradiva, 1993, pp. 66-67.

<sup>230</sup> GOFFMAN, Erving, *Manicómios, Prisões e Conventos*, S. Paulo, Editora Perspectiva, 2005 [1961], p. 11.

(...) o termo «companheira»: todas as mulheres eram «companheiras», todos os homens eram «companheiros». Não eram. Nós éramos camaradas. Companheiro era aquele que, casado ou não casado, era aquele homem e [aquela] mulher que formavam um casal. A partir daí passavam a ser companheiros, antes disso eram camaradas, pura e simplesmente (Domicilia Costa).

A impossibilidade de estabelecer laços com o exterior justifica a endogamia ainda hoje possível de identificar nas famílias de antigos funcionários clandestinos. Razões de segurança não permitiam relações afectivas com alguém de fora da organização. Mas o confinamento a que todos estavam sujeitos, as separações mais ou menos prolongadas, fosse por desempenho de tarefas, fosse pela prisão, justificaram algumas das rupturas, com o consequente estabelecimento de novos laços afectivos. A intervenção da direcção fazia-se no sentido de proteger o que era considerado o interesse superior, neste caso, a salvaguarda da própria organização. Como refere Elizabeth Ferreira:

«Nessa ordem que regula a vida na clandestinidade, os domínios público (a organização e a guerrilha) e privado (a vida particular dos militantes) se confundem, com forte interferência do primeiro na vida pessoal dos participantes, muitas vezes através de rigorosas determinações. Um dos domínios mais afectados é o dos seus relacionamentos amorosos. (...). Ao mesmo tempo em que a sua inusitada autonomia sobre as suas vidas sexual e afectiva rompia com os códigos da sociedade maior, criava-se outra ordem de código – inspirada em interesses estratégicos e com aplicações mais ou menos rígidas, segundo a estruturação de cada grupo. Assim, elas transgrediram algumas normas, mas acataram outras»<sup>231</sup>.

Uma das situações onde se verifica a intervenção da direcção é no que respeita à permanência da mulher na clandestinidade caso se verificasse a prisão do companheiro, sendo importante de mencionar que esta questão não se observava na situação inversa, ou pelo menos nós não a identificámos. Seriam situações recorrentes, pelo menos nos anos 40-50, o que terá justificado uma carta do Comité Central datada de 1951 que citamos pelo interesse inerente à mesma:

---

<sup>231</sup> FERREIRA, Elizabeth F. Xavier, *Mulheres, Militância e Memória*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp. 138-139.

«Prezados Camaradas: Entende o Secretariado dever tratar convosco das seguintes e importantes questões intimamente relacionadas com problemas de orientação política do Partido. Vejamos:

1º Foi com enorme surpresa que o Secretariado do Partido veio a saber que a camarada M. ao sair da prisão em vez de se pôr inteiramente à disposição do Partido – seguindo o exemplo doutras camaradas – se recusa a seguir esse honroso caminho. Procurando o Secretariado averiguar as causas de tão grande anormalidade, as causas desta inconveniente posição, apurou, por fim, que elas residem principalmente na falsa orientação política que aí lhe foi apontada, em dada altura, por camaradas funcionários do Partido e – o que é muitíssimo mais grave – por camaradas com responsabilidade de Direcção dentro do nosso Partido. Mais concretamente: os camaradas J., Alm., e AL induziram a nossa camarada a não entrar nos quadros de funcionários devendo aguardar a saída do seu companheiro (o qual segundo as vossas previsões deverá ter lugar lá para daqui a um ano) para depois o fazerem em ‘conjunto’. Deste modo a camarada M. (ao contrário do que se esperava) aparece-nos sobrepondo aos interesses do Partido, aos interesses da sua classe e do povo em geral, interesses de ordem particular o que é absolutamente inadmissível. A nossa camarada põe assim claramente limitações à sua participação na luta. (...)

3º (...). Além do que atrás fica dito e que é efectivamente o mais importante à roda desta questão, afigurasse-nos existir incompreensões sérias no que se refere às relações entre companheiros comunistas (isto é, entre homens e mulheres comunistas e especialmente quando se trata de Funcionários do Partido) incompreensões essas que não deixaram de influir na aludida falta de confiança na Direcção do Partido e na orientação que consideramos dever ficar reflectida. Daí o entendermos ser necessário frisar os pontos seguintes.

O que deve ser básico no estabelecimento e manutenção de sãs relações comunistas entre os homens e mulheres do nosso Partido é o pensar-se e agir-se, em todas as circunstâncias da vida dum modo comunista, pondo sempre por cima de tudo os interesses da classe operária, os interesses do nosso Partido, os interesses e a luta do nosso Povo<sup>232</sup>. O Amor, a dedicação mútua que deve sempre existir e robustecer-se entre companheiros comunistas não estão desligados do amor, da dedicação, da entrega por inteiro à luta pela conquista duma vida mais alegre e feliz para todo o nosso Povo, para toda a Humanidade laboriosa. Os verdadeiros comunistas, os militantes profissionais do nosso Partido só podem desfrutar, em comum, os benefícios das sãs relações de companheirismo, quando enquadrados na actividade

---

<sup>232</sup> Sublinhado no original.

diária do Partido, quando através de todas as dificuldades e sacrifícios, procuram sem interrupção, fundir as suas ideias com a acção prática. (...). Por conseguinte para um comunista com as nossas responsabilidades tem de ser um passo importante na manutenção e fortalecimento das relações de companheirismo o facto duma companheira ou dum companheiro não abandonar a luta, integrar-se nela, sob orientação do Partido e em todas as circunstâncias. (...). Deste modo, o nosso Partido não será afectado. Deste modo o nível político, a capacidade combativa do nosso Partido serão elevadas e não haverá quebras no amor e dedicação que enlaça e caracteriza a nossa grande família comunista»<sup>233</sup>.

As condições de clandestinidade não permitiam o formalizar da relação em termos legais, mesmo que isso fosse desejado. O casamento formal é considerado de modo pragmático e ocorre em condições muito específicas a saber, ou quando um elemento do casal estava preso, o que justifica que tenham ocorrido vários casamentos nas cadeias da ditadura, como foi o caso de Conceição Matos e Domingos Abrantes, ou no período de tempo intermédio entre a libertação da prisão e o passar novamente à clandestinidade, já que era a forma de salvaguardar o direito a visitas na ocorrência de uma nova prisão, pois só os familiares mais directos tinham direito às mesmas. Como recordou Sofia Ferreira:

*(...) dia 9 de Novembro nós casámos oficialmente em Vila Franca de Xira. E casámos, tomámos essa decisão, porque a nossa decisão era voltar outra vez à clandestinidade, à vida do Partido, e essa era uma forma de, numa nova prisão, se tivesse uma nova prisão, possibilitar o relacionamento com as nossas famílias, porque não sendo casados, nem ele nem eu podíamos ter visitas das famílias, dos meus cunhados, da minha sogra, nem podíamos correspondermo-nos, porque não éramos casados. Essa era uma experiência que tinha de outros casais, inclusivamente [com a] minha irmã mais nova, a Mercedes, aconteceu isso. Eles queriam casar, e depois ela foi libertada e ele ficou em Caxias, e eles procuraram meter os papéis, requerer o casamento deles e a polícia não deixou, não autorizou que eles casassem. (...). De maneira que nós assentámos isso – «Vamos casar oficialmente (...) depois se houver um problema, estamos mais facilitados».*

---

<sup>233</sup> Arq. PIDE/DGS, SC, GT 254, NT 1400.

Engravidar na clandestinidade levantava sérios problemas, por razões de ordem conspirativa, e porque o cumprimento das mesmas, podia fazer perigar a vida da mãe e do feto. Para o efeito, contaram os clandestinos com a rede de apoio de militantes legais, ao nível dos transportes e de habitação. Os partos ocorriam em casa de militantes, em clínicas privadas ou em hospitais, habitualmente recorrendo a identificação falsa.

*(...) eu engravidei, aconteceu, e apesar de ter medo que houvesse algum problema com o bebé resolvi que ia levar a gravidez avante (Teodósia Gregório)<sup>234</sup>.*

*(...) era difícil a gente ter, estávamos sempre em sobressalto, ir internar no hospital, dar nomes, identidades, que era tudo forjado, combinávamos a história sempre antes. (...). O primeiro filho foi uma cesariana, depois o segundo filho já fui para outro hospital, em Loulé, este foi em Faro, depois fui para o hospital de Loulé, que esse foi uma coisa... (Maria Carvalho).*

A presença de crianças na clandestinidade é um dos temas mais sensíveis no que concerne aos quotidianos da clandestinidade. Se num primeiro momento, a existência de um bebé na casa podia reforçar a fachada da instalação clandestina, a partir do momento em que a criança se apercebia do meio envolvente e começava a falar, podia colocar em risco a segurança do casal de funcionários, já que inadvertidamente podia denunciar as actividades dos pais, o que justificava a separação entre pais e filhos, que num determinado momento ocorria. Como relatou Maria Luísa Costa Dias:

«A dificuldade está nas crianças. O princípio de imprimir no seu espírito o culto da verdade é difícil de pôr em prática. A cada instante é preciso dosear a verdade e mostrar o perigo que ela comporta. Há que proteger o sentido de rectidão da alma infantil, defender a sua natural inclinação para a fantasia, não perturbar o seu equilíbrio com sentimentos doentios de medo, mas sem contudo perder de vista que uma ingenuidade infantil pode abrir as portas à mais lamentável das catástrofes»<sup>235</sup>.

---

<sup>234</sup> In PIRES, Catarina, «Ao teu filho vais vê-lo morto. Relatos dramáticos de mães que viveram a clandestinidade e a prisão», *Notícias Magazine*, nº 675, 1 de Maio de 2005, p. 42.

<sup>235</sup> DIAS, Maria Luísa Costa, *Ob. Cit.*, p. 37.

Apesar de serem situações pontuais, a presença de crianças que cresceram ao lado dos pais foi uma realidade na clandestinidade comunista portuguesa. Maria Machado, por exemplo, foi chamada depois de concluída a 4ª classe, já que essa era outra dificuldade verificada, ou seja, como possibilitar o acesso à escolaridade.

*(...) 11 anos já não é [um risco passar à clandestinidade]. (...) Não me lembro de ter posto nenhuma questão assim «- Vou, e agora?». No fundo, vim foi para o pé dos meus pais. Claro que depois, mais tarde, uma pessoa apercebe-se dos perigos que há, vai crescendo e vai-se apercebendo desses perigos. Eu vim normalmente para ao pé dos meus pais, já tinha acabado a escola e portanto já não havia aquela suspeita que tinha uma criança que está sem ir à escola, normalmente fazia-se a 4ª classe e não se prosseguiam os estudos não é, que foi o meu caso também.*

Domicilia Costa acompanhou os pais na sua passagem à clandestinidade, considerando que a sua ida deve ter sido uma das condições para que o mergulho se verificasse. Domicilia auxiliaria os pais na sua tarefa e, tal como Maria Machado, ela própria viria a ingressar futuramente no corpo de funcionários.

*Teve de me ser explicado porque é que eu não ia para a escola, não é? (...) a partir do momento em que começou um funcionário a ir a nossa casa, tinha eu 4 anos, eu fui ensinada que aquela pessoa era um primo, era assim na altura, eram primos, depois passou a irmãos, aquele era primo. (...). E claro que logo aí teve de me ser explicado que aquela pessoa não era primo, mas dizia-se aos vizinhos que era primo. (...). Portanto, eu a partir dos 4 anos fui educada desta maneira. Portanto, quando chegou a altura da escola, claro que não me foi explicado, ninguém me falou de clandestinidade, nem do Partido Comunista, nem de coisa nenhuma, não é, se bem que eu sabia ler e escrever e lia lá nos manifestos que recebia, vinha lá – Partido Comunista Português -, eu não era analfabeta, portanto...mas eu sabia que aquilo não podia falar lá fora. O que aquilo era, não sabia, só sabia que não se podia falar lá fora, pronto. Sabia que aquelas pessoas que iam lá a nossa casa, aqueles homens eram...não eram da família (...) isso teve de me ser explicado. À parte disso, as coisas iam acontecendo. Quer dizer, para mim, aquilo que para outra criança poderia parecer estranho, para mim, eu*



*já estava tão habituada àquilo, que tudo o que fosse estranho, para mim era normal.*  
(risos)

Existem casos de situação limite, em que os filhos acompanham as mães quando estas passam pela experiência de prisão. Foi assim com Fernanda Alves e também com Cesaltina dos Santos:

*Eles não me deixaram levar a roupa da criança lá para dentro. (...) Estive lá o resto do dia até eles me trazerem para Lisboa, fui para Caxias. Lá meteram-me numa sala muito grande com muitas camas e lá fiquei sozinha com o meu menino. (...) No outro dia de manhã forneceram-me café num púcaro de alumínio e uma carcaça e foi isso que eu dei ao meu filho para comer. Ao almoço deram-me um prato de alumínio [com] uns feijões e eu disse que aquilo não era comida para se dar a uma criança de dois anos e tanto mais que ele estava doente dos intestinos e ele mandou-me ir falar com o director. Eu fui e pus o problema. O director primeiro deu-me uma lição de moral, e depois forneceu-me então leite e pão escuro.*

A dificuldade em justificar para o exterior a não ida à escola, o confinamento crescente a que as crianças eram sujeitas, a instabilidade inerente à mudança de instalações, a possibilidade real de cometerem inconfidências justifica que a partir de uma determinada idade, estes sejam enviados para junto de familiares ou então para a Escola-Internato Internacional de Ivanovo na ex-URSS<sup>236</sup>. Este é, inquestionavelmente e sem excepção, o momento que mais traumas deixou em todas as clandestinas.

*Mas era muito duro. A gente estar tantos anos sem ver os pais, tantos anos sem ver o marido, o meu filho foi-se embora aos 4, só o vi aos 11, isso...quer dizer...além de a gente não poder sair para lado nenhum, não estar com coisa nenhuma, e depois ainda ter estas coisas todas, há pessoas que...isso é de dias de a gente chorar de dia à noite, com saudades e com toda uma série de coisas (Teodósia Gregório).*

---

<sup>236</sup> A Escola-Internato Internacional de Ivanovo (Interdom) foi fundada em 1933 após uma campanha de fundos de solidariedade nacional, e tinha como objectivo acolher os filhos dos comunistas que viviam na clandestinidade. Por ela passaram cerca de 4000 alunos de 89 países. Frequentaram a escola de Ivanovo os filhos de Francisca Caeiro, Cesaltina Santos e Maria Carvalho. Cf. SANCHES, Andreia e MILHAZES, José, «Filhos de clandestinos portugueses na URSS», *Pública*, nº 428, 8 de Agosto de 2004, p. 38.

*A certa altura veio a notícia disso. Que a União Soviética tinha aberto a hipótese (...) de irem crianças nossas para essa Escola Internacional (...) e houve uma data de mães e pais que disseram sim senhor. Eu disse logo [que sim] (...) eu tinha uma confiança tão grande naquela sociedade...e os filhos precisavam de ir, para se darem com outras crianças, para irem para a escola, para estudarem, etc., etc. (Maria Carvalho).*

*(...) mas, chegou uma altura em que não se justificava o menino estar ali ao pé de nós. E o futuro do menino? Sim, o menino estava ali, a gente dizia que ele tinha estado na escola, mas não podia ser para uma criança de 8, 9 anos. Então pôs-se novamente a separação e essa separação, muito embora eu seja mãe de dois filhos, mas essa separação foi-me muito mais dolorosa, porque me foi posto o meu filho ir para longe, muito longe (...). E então nessa altura os filhos dos funcionários do PCP iam para a União Soviética estudar. E o meu filho foi para a União Soviética, e foi um golpe duro de mais. (...). Depois foram-se passando os anos. (...). Ele escrevia, mas as cartas vinham por intermédio não sei do quê, vinha tudo através da clandestinidade (Cesaltina dos Santos).*

*(...) foi das piores coisas...tenho dito sempre que me custou mais que a prisão, mais que a clandestinidade, mais que tudo (Lourença Cabecinha).*

A separação dos filhos imposta pelas condições de clandestinidade, e que se prolongou na maior parte dos casos por muitos anos, justificou que muitas relações de parentalidade ficassem para sempre afectadas, sobretudo quando há uma incompreensão por parte desses filhos das opções assumidas pelos pais. Nas palavras de Margarida Tengarrinha: «os nossos filhos foram traumatizados pelo sacrifício a que foram obrigados. Todos os nossos jovens, filhos de funcionários do Partido que estiveram na clandestinidade, sofreram traumas decorrentes da separação dos pais e da situação em que tiveram que viver. Foi um sacrifício que também arrastou os filhos»<sup>237</sup>. Como recordou Francisca Caeiro:

*Consegui conciliar as coisas e educá-los (...). Educá-los, não dizerem nada a ninguém. O Alberto sofreu muito, porque foi numa altura muito difícil, com muitas prisões e com*

---

<sup>237</sup> SILVA, João Céu e, *Álvaro Cunhal e as mulheres que tomaram partido*, Porto, Asa, 2006, p. 303.

*muitas traições, sobretudo muita traição...a Lena já foi (...) em meados dos anos 60, já foi diferente, agora o Alberto não, o Alberto apanhou um período muito, muito difícil (...). «- Mãe, porque é que não posso ir para a rua?», «- Por causa dos homens maus!». Foi criado neste ambiente, dos homens maus...Ele sofreu muito, o Alberto sofreu mais que a Lena. Ainda hoje, ainda hoje muitas vezes ele me diz: «- Tu estiveste na clandestinidade, esqueces-te que eu nasci na clandestinidade, eu não soube o que foi outra coisa!». Ainda hoje a parte social dele ainda se reflecte.*

Daí que, como temos tido oportunidade de observar, a recuperação da memória, valorização e reconhecimento do papel dos funcionários clandestinos e a ratificação do PCP a nível familiar, chegue pelas mãos dos netos, muitos dos quais militantes e funcionários do Partido na actualidade.

## **2.1. *Eu passei por muitas casas, isto é uma história muito grande***<sup>238</sup>

A reorganização de 1940-42 veio a permitir ao PCP a continuidade da sua acção nas mais duras condições de clandestinidade. Nos anos seguintes, assiste-se à criação e reforço do aparelho clandestino, espelhado no aumento do número de quadros de funcionários e, consequentemente, no número das instalações e tipografias. Para garantir a segurança das casas e dos funcionários e de modo a evitar levantar suspeitas à vizinhança ou à polícia, as instalações clandestinas necessitavam de ter a aparência de casas normais de acordo com os cânones da época. Para salvaguardar a aparência de normalidade, era fundamental a presença de uma figura feminina, daí que a passagem à clandestinidade seja feita muitas vezes por um casal, ou quando tal não era possível – por o funcionário ser solteiro ou por a mulher recusar a acompanhá-lo – ser destacada uma funcionária para desempenhar o papel de «dona de casa» ou mais raramente de mãe, necessidade que vai justificar a funcionalização de muitas mulheres solteiras nesses primeiros anos. Com o decorrer do tempo, esse papel viria a ser assegurado por mulheres cujos maridos haviam sido presos e elas haviam decidido permanecer na clandestinidade.

---

<sup>238</sup> Francisca Galado Caeiro.

*Quando fomos instalar-nos na casa tivemos de dar uma justificação e para a vizinhança a gente tinha que se pôr sempre como uma família. Ou eram irmãos, ou eram maridos, a gente apresentava-se como um casal, como sendo casados, embora não fossemos casados, mas perante a vizinhança a gente apresentava-se como sendo um casal (Sofia Ferreira).*

*(...) eu tinha falado com o meu Afonso [Gregório] e tínhamos chegado a um acordo: «- Mesmo que tu vás preso ou que eu vá, que haja qualquer coisa nós, tanto um como o outro, continuamos a dar tudo o que a gente puder para a luta, para que as coisas se modifiquem». E o Afonso sabia que eu ia ficar e os camaradas sabiam que eu ia ficar (Teodósia Gregório).*

O espaço clandestino apresenta características diferentes do espaço comum, as quais radicam na distinção entre espaço seguro e espaço não seguro<sup>239</sup>. A casa clandestina é para o funcionário comunista o espaço seguro por excelência, delimitando-se do espaço exterior (hostil) através de sinais previamente combinados com a funcionária, que o avisavam ser ou não seguro avançar em direcção à instalação: «Assim ficara combinado o sinal para que, ao regressar a casa, António tivesse a certeza de que não havia novidade. Essa era uma medida instituída em todas as casas do Partido para evitar os desastres anteriores. A polícia assaltara casas do Partido na ausência dos camaradas e estes, ao regressarem, iam meter-se na boca do lobo»<sup>240</sup>. Pela sua importância em termos de segurança, este seria um dos primeiros ensinamentos a ser transmitido às mulheres aquando da sua passagem à clandestinidade.

*Explicaram-me que eu tinha de tomar conta da casa (...) depois tinha que pôr o sinal para eles entrarem em casa, descia 2 quilómetros ou 3 quilómetros ou o que era para vir pôr o sinal, e a gente vai aprendendo assim, pouco a pouco (Fernanda Rodrigues).*

*(...) ele depois ensinou-me, ia pôr o sinal em tal parte assim-assim, ia com ele e depois voltava, e depois no dia em que ele vinha às tantas horas é que lá ia pôr as coisas para ele poder entrar, porque sem [o sinal] não podia entrar (Teodósia Gregório).*

---

<sup>239</sup> Cf. PEREIRA, José Pacheco, *A Sombra*, Lisboa, Gradiva, 1993, p. 137.

<sup>240</sup> TIAGO, Manuel, *Até Amanhã, Camaradas*, 11ª ed., Lisboa, Editorial «Avante!», 1989, p. 115.

Os procedimentos impunham o arrendamento de uma casa numa área previamente determinada pela direcção, consoante o trabalho partidário a desenvolver em determinado sector, e tendo em consideração a não-proximidade com outras instalações clandestinas, já que em caso de vigilância policial, essa proximidade podia pôr em perigo as demais.

Ao funcionário omitia-se a localização de outras casas clandestinas de modo a salvaguardar a segurança da organização em caso de prisão e de este não conseguir manter o que era designado por «bom porte na cadeia», denunciando a sua localização à polícia política. Todavia, e porque as instalações eram sempre conhecidas por um número reduzido de funcionários que ligavam directamente entre si, quando se verificasse a prisão de um deles, era regra a mudança imediata de instalação.

*E depois estávamos naquela casa e foi aí que começou a aventura das casas, porque entretanto foi preso o Jaime Serra, o Jaime Serra conhecia a casa e aquilo era ordem (...) se conhecia a casa, a gente tinha de sair. Então, eu nunca mais me esqueço disto porque foi a primeira experiência que eu tive, numa tarde o Chico<sup>241</sup> chega a casa e diz-me assim: «- Olha, foi preso o camarada, a gente amanhã tem de sair daqui» (Fernanda Rodrigues).*

Depois de lhe ser atribuída uma região, o funcionário tinha de proceder ao arrendamento de uma casa<sup>242</sup> o que criava sérias dificuldades, pelo facto da instalação dever obedecer a uma série de características específicas, como seja ter um bom raio de visão e possibilitar uma alternativa de fuga inesperada. Nas palavras do inspector da PIDE, Fernando Gouveia:

«Escolhiam sempre casas, das quais fosse possível vigiar o exterior por parte de quem estivesse no interior, de preferência nas aldeias ou vilas. Casas térreas, isoladas, próximo de uma das saídas ou entradas da povoação ou, no caso de não haver isoladas, preferiam, conforme a disposição da localidade, a última ou a primeira de qualquer arruamento que confinasse com o campo e dotada de maior

---

<sup>241</sup> Francisco Martins Rodrigues.

<sup>242</sup> O pagamento era assegurado pelo partido, independentemente do valor, numa verba à parte do salário propriamente dito.

número de janelas a deitar para esse lado, de modo que aumentasse o campo visual de vigilância, que competia à ‘companheira’. A posição destas casas tinha a vantagem de permitir que o ‘funcionário’ não atravessasse a localidade para sair ou entrar, evitando assim qualquer mau encontro ou o despertar de suspeitas acerca da sua não convivência»<sup>243</sup>.

A exigência de fiador era outra das dificuldades encontradas, contornando-se a situação com o pagamento de caução num valor superior ao que habitualmente era exigido. Quando finalmente se concluía o arrendamento, havia que proceder aos vários contratos necessários à manutenção da casa, sempre com recurso a documentação falsa atribuída a cada um dos funcionários clandestinos.

*A casa tínhamos de procurar, ver casas que estavam para alugar e ver mais ou menos a vizinhança, como era o sítio, tinha de ser assim bem escolhida, e depois podíamos ir bater a uma porta em que o senhorio não quisesse alugar, ou houvesse alguma desconfiança. Nós fazíamos tudo para ter uma casa sossegada, o aspecto o mais legal possível, o mais natural possível, e isso nós conseguíamos, claro* (Conceição Matos).

Nos primeiros anos da clandestinidade privilegiara-se o meio rural para a instalação das casas clandestinas. Mas em lugares onde facilmente todos se conheciam, havia que justificar a presença do casal estranho à vila ou aldeia. As justificações eram várias, como o homem ser caixeiro-viajante ou ser necessário, segundo indicação médica, fazer «mudança de ares». Nos finais da década de 40 operou-se uma viragem estratégica optando-se, a partir de então, pelos meios urbanos. Segundo Joaquim Pires Jorge:

«a polícia apercebeu-se de que nós vivíamos nas aldeias e enviou circulares a todas as câmaras municipais: indivíduos que aparecessem pelas aldeias a alugar casas e que não fossem conhecidos, eles que não fizessem ondas mas que comunicassem o caso à polícia. Isto levantou-nos problemas e colocou-nos perante a necessidade de fazer uma viragem. Ir para as cidades e fundir-nos com a população citadina»<sup>244</sup>.

---

<sup>243</sup> GOUVEIA, Fernando, *Memórias de um inspector da PIDE*, Lisboa, Roger Delraux, 1979, p. 149.

<sup>244</sup> JORGE, Joaquim Pires, *Ob. Cit.*, p. 46.

A viragem foi uma consequência directa das prisões ocorridas em 1949, muito particularmente após a prisão de Álvaro Cunhal, Militão Ribeiro e Sofia Ferreira na casa do Luso a 25 de Março. Tal como verificado em situações semelhantes, tanto no passado como nos anos futuros, será feita uma análise detalhada das razões que conduziram à queda das casas. Em 1949 vai ser José Gregório a assumir a investigação e vai debruçar a sua atenção nos cuidados conspirativos e métodos de defesa aplicados. A situação assim o exigia, uma vez que haviam sido apreendidos importantes arquivos que permitiram à polícia política o conhecimento dos métodos adoptados pelo PCP, tornando-se por isso premente a sua alteração<sup>245</sup>. O escrutínio de José Gregório vai ser incisivo, analisando as discrepâncias entre as histórias conspirativas e o quotidiano dos funcionários, bem como as falhas conspirativas verificadas:

«Os camaradas foram para esta casa sob o pretexto de que ele (camarada Duarte) estava doente e necessitava [de] restabelecer-se, embora continuando a estudar para concluir o curso. Porém, que sucedeu posteriormente? Além de ali viverem fora da época – o que naturalmente já chamava a atenção –, os nossos camaradas não saíam, como seria natural, fazendo uma vida demasiado recolhida. Era notado que se deitavam tarde. A máquina de escrever que estava constantemente a trabalhar e, por vezes, até alta hora da noite, ouvia-se na rua e com a agravante de o seu ruído se assemelhar a outra coisa muitíssimo diferente, conforme já tinha notado o camarada Duarte. (...). Da parte de trás, mas pegado à casa, vivia uma pessoa da família da senhoria que, como justamente os camaradas da casa salientavam, devia ter notado ruídos e outras coisas estranhas fora de horas»<sup>246</sup>.

*(...) naquele ano, ainda não havia aquele processo que depois se adoptou para as máquinas, arranjar uma caixa para a máquina de escrever para abafar o som. Era uma caixa almofadada e só tinha um vidro assim de forma a nós podermos trabalhar com a máquina, abafava o som. Nessa altura não havia ainda. (...). Por norma, não estávamos assim até muito, muito tarde, mas o Álvaro tinha bastante que fazer, era natural que estivéssemos assim até mais tarde (Sofia Ferreira).*

---

<sup>245</sup> Cf. GOUVEIA, Fernando, *Ob. Cit.*, p. 274 e seguintes.

<sup>246</sup> “Alberto”, *Intervenção do Cam. Alberto sobre Trabalho Conspirativo do Partido*, s.l. Cit in PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal - Uma Biografia Política. O Prisioneiro (1949-1960)*, vol. 3, Lisboa, Temas e Debates, 2005, p. 47.

Num relatório que viria a escrever para a PIDE em Janeiro de 1951, Mário Mesquita dá conta que após a queda da casa do Luso se verificou uma discussão interna quanto à localização das instalações clandestinas. Uma corrente liderada por Pires Jorge e Júlio Fogaça defendia que,

«as novas instalações dos elementos do Secretariado e do Comité Central deviam ser feitas numa base absolutamente legal, isto é, o Partido devia criar condições financeiras para poder ter condições de alugar casas com quintas onde tivessem dois ou 3 camponeses da máxima confiança do Partido, uma funcionária que desempenha-se [sic] o papel de criada ou de mãe»<sup>247</sup>.

Esta corrente de opinião não viria a vingar por razões de ordem financeira, optando-se por alguns membros do Secretariado e do Comité Central ficarem instalados na casa de militantes legais, e que os demais funcionários procurassem instalações em centros populosos. Decidiu-se ainda, segundo o mesmo relatório, mobilar as casas consoante «as profissões conspirativas, isto é, mobilá-las convenientemente», ou seja, de acordo com as profissões representadas pelos funcionários, o mesmo se aplicando relativamente ao vestuário a usar. Segundo palavras de Mário Mesquita, «esta orientação está a ser levada à prática».

*Quando o Afonso [Gregório] foi preso, ele era caixeiro-viajante. (...). É já uma classe assim mais ou menos. A gente já tinha de andar assim mais bem arranjada (...) Podíamos ir para outro sítio que fossemos outra coisa qualquer (...) consoante a classe (...) assim a gente andava vestidos e fazia mais ou menos a vida dessa gente. (...) O principal para a gente defender as nossas casas, era fazer uma vida normalíssima. Consoante aquele trabalho, aquilo que a gente diz que é, fazer a vida mais ou menos como essa gente faz. Andar mais bem arranjada, menos bem arranjada, andar sobretudo limpa (Teodósia Gregório).*

Sempre que a história conspirativa implicasse a representação de um estatuto social elevado, optava-se com arrendar casas já mobiladas apesar do encargo económico

---

<sup>247</sup> ANTT, Arq. PIDE/DGS, GT 174, NT 1397, fl. 47.



que representava. Mas por outro lado facilitava uma mudança futura, quer em situação de fuga ou numa mudança normal, de modo a não existirem elos de ligação entre as diferentes instalações, o que poderia suceder caso tivessem de recorrer a uma transportadora.

*Casa em que a gente dizia por exemplo o senhor engenheiro, o senhor não sei quê (...) já a gente tinha de alugar uma casa mobilada. (...) Porque, lá está, a gente não podíamos andar a transportar mobílias para ali...à meia-volta havia qualquer coisa....gastávamos o dinheiro em mobílias e à meia-volta ficava aquilo tudo que a gente tinha de.....[acompanha com gesto a significar fuga] ...Não podia, em princípio não podia ser. (...). E os camaradas fizeram a experiência que era muito mais barato do que a gente comprar uma mobília (Teodósia Gregório).*

*Não podia ficar nenhuma ligação de uma casa para a outra (Maria Machado).*

Após a fuga de Peniche a 3 de Janeiro de 1960, a PIDE envia uma circular confidencial a diferentes entidades policiais acerca do comportamento da vida em clandestinidade, de forma a identificar rapidamente os fugitivos. O interesse da circular, já que permite depreender o conhecimento que a polícia política detinha sobre o PCP justifica uma citação exaustiva da mesma:

«(...) Aproveita-se a oportunidade para informar que os indivíduos que vivem na ‘ilegalidade’ como ‘funcionários’ e ‘dirigentes’ do citado ‘partido comunista português’, no número dos quais se contam os evadidos, costumam instalar-se nos pequenos e grandes meios, da forma seguinte:

1º Fazendo uso de falsa identidade (...).

2º Como sucede muitas vezes, os senhorios exigem fiador. Para obstar a esse inconveniente, costumam oferecer 4 ou 6 meses de caução, além dos dois meses de renda adiantada, alegando não conhecerem no local, qualquer pessoa que os abone. (...)

3º Geralmente é um casal que se instala. O marido alega sempre exercer uma profissão que justifique a sua saída da terra onde se instalou, como por exemplo, negociante de artigos que se não vendam na localidade, caixeiro-viajante, engenheiro, etc.

4º A mulher faz as compras sempre a dinheiro.

5º Não recebem correspondência pelo correio (...).

6º Quando na casa existem dois homens e uma mulher ou dois casais, o excedente do casal alugador é sempre apresentado à vizinhança, como família.

7º Nos meios rurais ou vilas, usam bicicletas ou ciclo motores com chapa de licença passada em Câmara Municipal diferente da que respeita ao local onde se instalaram.

8º A mulher tem sempre uma função de vigilância constante nos arredores da casa, sem sair à rua, utilizando para isso, as janelas e por detrás das cortinas.

As casas alugadas – quase sempre em andares altos – ficam sempre nos extremos dos quarteirões, de preferência, finais de rua que deitam para o campo, ou princípio de rua, desafogada do lado oposto, por forma a permitir uma vigilância perfeita.

Sempre que possível, em meios mais pequenos, procuram casas isoladas e em pontos altos, de onde dominem à distância, todos os acessos.

9º De uma maneira geral, compram na localidade ou proximidades, as peças de mobiliário indispensáveis à sua instalação, incluindo sempre, divãs para dormir. Mesmo no caso de adquirirem mobília de quarto, compram sempre mais um ou dois divãs, a contar com as ‘visitas’. Quando se mudam e saírem da localidade tratam de vender todo o mobiliário, levando somente, malas e embrulhos. (...)

11º A mulher pode ir a casa de qualquer vizinha com quem se relacione, mas em sua casa não deixa entrar qualquer pessoa estranha. Quando forçada, não passa da casa de entrada. (...)

13º Não é hábito os habitantes dessa casa, frequentarem cafés, cinemas, tabernas ou qualquer lugar público de recreio.

Geralmente, entram em casa e já não saem e quando saem é para fora da terra. (...)

Lisboa, 4 de Janeiro de 1960. O Director»<sup>248</sup>.

O que transparece dos vários testemunhos é a penúria extrema que caracterizava as instalações clandestinas. Como descreve José Pacheco Pereira, «a casa tem poucas coisas e não tem traços da personalidade de quem a habita: não há mobílias ou objectos pessoais, fotografias, sinais da vida dos seus habitantes, porque a vida deles não passa por ali»<sup>249</sup>. Numa circular emanada do Secretariado do Comité Central em Novembro de 1961 proíbe-se a existência de fotografias de funcionários ou crianças a viver na clandestinidade ou de seus familiares, já que estas poderiam ser apreendidas pela polícia política, contribuindo ainda mais para a despersonalização do espaço<sup>250</sup>. Os móveis e utensílios domésticos são reduzidos ao essencial consoante as tarefas a desempenhar,

<sup>248</sup> Arq. PIDE/DGS, SC, SR 1098/60, NT 3004, fls. 7-10.

<sup>249</sup> PEREIRA, José Pacheco, *A Sombra*, Lisboa, Gradiva, 1993, p. 139.

<sup>250</sup> Cf. «Cinco documentos da clandestinidade – A organização e a vida», *Avante!*, 2 de Abril de 1981 (suplemento).

muitas vezes construídos pelos próprios, embora os espaços que pudessem ser observados do exterior fossem alvo de um esforço redobrado ao nível da decoração, de modo a não levantar suspeitas. A casa é um palco onde a actuação do clandestino deve ser enquadrada, mais um elemento que podia reforçar ou, pelo contrário, fazer perigar a sua representação. Porém, evidencia-se por parte das funcionárias um cuidado nos elementos decorativos assim como na limpeza do espaço, contrariando a noção de espaço de passagem inerente a cada uma das instalações clandestinas e, em simultâneo, a reprodução de hábitos e valores que permitiam alguma normalidade quotidiana na situação de excepção presente.

*Aí, quando vou montar uma casa clandestina, para já era eu própria saber o que era uma casa clandestina. Uma casa clandestina era uma casa muito complicada onde não havia nada. Começava logo por aí. Não havia nada, mas as pessoas tinham de viver nalgum sítio, não é? Pronto, e mostrar à vizinhança que se tinha o que não se tinha (Francisca Caeiro).*

*Quando fui para essa casa, que foi a primeira, eu aprendi logo aí como é que a gente fazia. Só se compravam duas ou três coisas já feitas, por exemplo uma mesa para a cozinha, dois bancos, uma mesa daquelas de esticar, de estender, o mais barato que havia, também cadeiras para a sala onde estávamos, uma cama, geralmente fazia-se uma cama de casal e depois havia um divã, um divanzinho. Tudo isso era comprado assim. O resto, a gente fazia. (...). Construíamos as coisas. A primeira coisa era arranjar caixotes de sabão. (...) A gente ia buscar caixotes vazios (...) e daí fazíamos os nossos moveizinhos extraordinários. (...) todo o tempo em que vivi na clandestinidade (...) eu é que era a pessoa que sabia serrar, que serrava direito e que sabia pregar (...) e construir coisas de madeira (...). A gente construía assim as casas. Depois punha umas cortinas para a janela (...) na salinha de entrada ou se era corredor, também estava bem arranjadinho (Maria Carvalho).*

*E depois havia uma coisa, essa também era uma orientação do Partido, era estimar as coisas muito bem, as coisas tinham de ser muito bem estimadas. (...). Eu gostava de ler Dimitrov, um dos meus grandes orientadores foi Dimitrov. (...). E Dimitrov ensinava*

*muito as camaradas das casas do Partido. Uma das coisas que Dimitrov ensinava as camaradas das casas do Partido era a serem cuidadosas com os objectos. Casa limpa, e de preferência uma jarra com flores (Francisca Caeiro).*

Para a segurança da instalação era fundamental a boa integração do clandestino no meio envolvente ou seja, não destoar, passar despercebido, no fundo, conseguir apagar todos os traços da sua personalidade e condição de clandestino. Havia que observar com atenção o meio exterior e, em simultâneo, estar atento a quaisquer deslizes que pudessem levantar suspeitas. Daí que conseguir manter boas relações com a vizinhança se revele como um dos aspectos fundamentais para a defesa da instalação, devendo-se conciliar entre um comportamento cortês mas simultaneamente distante de modo a evitar uma convivência que poderia acarretar consequências nefastas.

*Havia um camarada que me dizia assim: «- Conversa, não tenhas medo. Está visto [que] nestas coisas de vizinhança as vizinhas muitas vezes, diariamente, não falam menos de duas, três horas por dia, a média é essa, duas, três horas». Tive aí bons mestres, por acaso. Até posso dizer, foi o Vilarigues<sup>251</sup>. Era uma coisa... esse ensinou-me várias coisas (Maria Carvalho).*

*(...) haviam camaradas que punham esse problema, como conviver com os vizinhos, como dizer uma coisa que não eram, ou como se fazerem passar por uma pessoa que não eram. (...) e houve problemas com algumas camaradas, com algumas casas, tiveram de sair por haver suspeitas de alguém e a camarada não detectar (...) e haviam às vezes respostas ou procedimentos de algumas camaradas que podiam levantar alguma suspeita, mas eu felizmente (...) foi das tarefas que eu fiz que desempenhei muito bem. Arranjava sempre de ter muito boas relações com a vizinhança, sempre tive. (...). Não foi por essa razão que se saiu das casas, tivemos de sair por outras razões, por essa nunca (Maria Lourença Cabecinha).*

---

<sup>251</sup> Refere-se a Sérgio Vilarigues.

A casa clandestina é, por inerência à sua condição, uma casa temporária, de passagem, ocupada por períodos mais ou menos longos. Apesar de integrada no sector de trabalho do funcionário, deveria todavia ficar suficientemente afastada do epicentro da sua actuação. Após os golpes sofridos em finais da década de 40, é comum às várias instalações clandestinas a existência de listagens com moradas e matrículas de viaturas de agentes da PIDE, da GNR ou de indivíduos considerados informadores, de modo a evitar o arrendamento de casas nas proximidades, situação que todavia não evitou ocorrências nefastas, como algumas clandestinas viriam posteriormente a detectar.

*Montámos ali uma casa. À mesma hora, no mesmo dia, estava um gajo com um camião carregado de coisas, mobílias, e uma pessoa levava umas coisas num táxi. (...). Levou imenso tempo, depois comecei a ver a movimentação dele e começámos a desconfiar, que não era normal....uns horários, umas coisas (...) e depois comecei a falar com a mulher dele (...) até que ela me disse quem era, o que é que ele fazia: era funcionário do Estado, era da polícia do Estado. Eu fui para dentro, foi só ir para dentro, o Afonso [Gregório] foi-se logo embora. Fiquei eu, para não levantar suspeitas, fiquei mais 15 dias ou três semanas, ou isso assim. Depois dei uma desculpa, dessas desculpas que a gente dava, desmontei a casa, tratei daquilo tudo e não me aconteceu nada, não me aconteceu absolutamente nada fiz...sei lá...uma pessoa fazia cortes para aqui, cortes para ali a ver se não ia seguida, que a gente estava sempre com medo (Teodósia Gregório).*

A mudança de instalações dependia de múltiplos factores, um dos quais era a transferência de sector. E embora fosse uma situação rara chegou-se, em alguns casos, a seguir os procedimentos comuns de quem muda de casa, recebendo visitas de futuros interessados em arrendar a habitação, como Maria Machado relembra:

*Depois as pessoas vinham ver a casa. (...) quando a gente se ia embora era preciso pôr escritos, não é, e a senhoria mandava sempre as pessoas ver aquela casa, porque a minha mãe tinha sempre a casa num brinquinho, e é um momento terrível.*

Esta seria, todavia, uma situação de excepção, acautelada inclusivamente com o pagamento da caução. A mudança de instalação ocorre muitas das vezes em situação de profunda tensão psicológica: ou porque havia sido detectada movimentação estranha no exterior, porque os funcionários haviam reconhecido ou sido reconhecidos por alguém, por possibilidade de denúncia ou prisão de funcionários que conheçam a casa ou do próprio funcionário que nela habitava. Em qualquer das situações, era obrigatório o abandono da casa, muitas vezes de forma abrupta, pelo menos por parte do funcionário com tarefas de organização, já que competia muitas das vezes à funcionária responsável pela defesa e vigilância da casa inventar uma razão plausível que justificasse a mudança, e proceder à desmontagem da instalação.

*E depois estávamos naquela casa e foi aí que começou a aventura das casas, porque entretanto foi preso o Jaime Serra, o Jaime Serra conhecia a casa e aquilo era ordem (...) se conhecia a casa, a gente tinha de sair. Então – eu nunca mais me esqueço disto, porque foi a primeira experiência que eu tive – numa tarde, o Chico chega a casa e diz-me assim: «- Olha, foi preso o camarada, a gente amanhã tem de sair daqui!»*  
(Fernanda Rodrigues)

*(...) como houve a traição do Verdial<sup>252</sup> (...) alugámos uma arrecadação onde se guardou a tipografia e nós deixámos a casa fechada, com tudo à mesma lá, alugada não é, mas mudámos para uma parte de casa, até ver se a casa seria ou não [assaltada] e depois fizemos várias vezes – fizeram os meus pais -, aproximações à casa, para ver se havia vigilância ou se estaria alguma coisa estranha. Concluiu-se que não, que não havia nada de estranho na casa, mas não voltámos a essa casa. Foi a minha mãe que lá foi desmontar a casa. (...) Vender os tarcos, os móveis velhos ao desbarato e alugámos outra casa noutro lado qualquer* (Maria Machado).

*Só sei que ele faltou e eu fui imediatamente à procura do recurso, encontrei o recurso e no dia seguinte abalei. Estávamos numa casa mobilada, levei só o arquivo do Partido,*

---

<sup>252</sup> Rolando Verdial foi preso em 24 de Maio de 1953, tendo conseguido evadir-se do Aljube. Recapturado, evadiu-se novamente, voltando a ser preso em 1963 acabando por denunciar todo o sector intelectual do PCP. Cf. PIMENTEL, Irene, *A História da PIDE*, Lisboa, Temas e Debates, 2007, p. 173 e seguintes.

*levei a minha roupa, alguma, e fui embora, não disse nada, [nem] água-vai* (Maria Lourença Cabecinha).

A defesa da casa era da responsabilidade da funcionária destacada para essa tarefa. Embora nem sempre a importância dessa tarefa seja valorizada, a realidade é que a mesma era fundamental para a continuidade da actividade política do funcionário com tarefas de organização. Sujeitas a uma enorme pressão psicológica, as clandestinas deveriam ter uma atenção contínua e constante aos mínimos pormenores, fosse em relação ao meio ambiente exterior, fosse ao nível da sua própria conduta e demais habitantes da casa.

*A gente ia para um sítio, era um prédio. Nós tínhamos de saber tudo, o que é que faziam, como é que era, a vida que tinham (...) que era para a gente identificar (...) Eu tinha de saber o que é que os fulanos faziam, ou as fulanas, também havia, a gente também sabe que havia mulheres [na PIDE]. E a gente tinha que saber mais ou menos que é para ficar descansados. (...) Agora temos é que nos comportar para as pessoas não desconfiarem de nós* (Teodósia Gregório).

A aprendizagem era feita no terreno, construída com base nas experiências vividas pelos funcionários que partilhavam entre si esse saber acumulado, quer através da oralidade, quer através de resoluções saídas dos organismos dirigentes. Como refere Manuel Pedro no seu livro de memórias:

«...no seu todo, não há livro nenhum que nos ensine a defender, no concreto, uma casa clandestina. É (foi), no trabalho real, no controlo de execução, nas discussões à volta da movimentação, da disciplina no cumprimento das decisões tomadas para a defesa, com aspectos sempre diferentes, de uma instalação, que se vai obtendo a sensibilidade, a acuidade que temos do que se passa à nossa volta, da maneira como nos olham ou até nem olham»<sup>253</sup>.

O reconhecimento da importância da tarefa desempenhada justifica que muitas das antigas clandestinas refiram a duração das instalações ou a saída das mesmas por

---

<sup>253</sup> PEDRO, Manuel, *Sonhos de Poeta, Vida de Revolucionário*, Lisboa, Editorial «Avante!», 2004, p. 197.

razões diversas, e não directamente relacionadas com a defesa e a vigilância, tentando desta forma valorizar o seu trabalho face à subvalorização ainda hoje verificada comparativamente ao trabalho de organização maioritariamente assumido por homens.

*Essa casa da Quinta da Lomba não tinha condições, durou muito pouco tempo, uns meses só. Depois alugou-se outra casa, essa durou muito tempo, durou três anos, foi das casas clandestinas que duraram mais tempo, das casas clandestinas não só minhas, das casas clandestinas do Partido que duraram mais tempo, na Rua Sidónio Pais, no Barreiro (Francisca Caeiro).*

*Aquele trabalho era um trabalho político. Isso é o que eu penso (Teodósia Gregório).*

Como já foi mencionado anteriormente, para além das tarefas de vigilância, as mulheres desempenhavam também tarefas técnicas, de apoio ao trabalho do funcionário clandestino, assegurando ainda a realização dos trabalhos domésticos. O tempo dentro da casa deveria ser gerido de modo a ser possível à clandestina dedicar-se ao estudo e à leitura dos materiais do partido, sendo de referir que existiram situações em que foi nas instalações clandestinas que algumas mulheres aprenderam a ler e a escrever. O isolamento do quotidiano – agravado pelas ausências mais ou menos longas do funcionário – era colmatado aquando da realização de reuniões com o controleiro. Embora as mulheres raramente fossem chamadas a participar nas mesmas, ou assistissem apenas a parte, e apesar do trabalho acrescido, são momentos recordados por quase todas elas:

*Antes de estarmos com a Fernanda, os controleiros, os sucessivos controleiros, iam à casa e reunião, essencialmente com o meu pai, mas normalmente também com a minha mãe, habitualmente estavam eles os dois, eu não, porque ainda era muito pequena, e não participava nisso. Eu ficava de vigia, que era para não se ouvirem as vozes cá fora se alguém se aproximasse da porta, fazer qualquer coisa, porque estava combinado, normalmente era cantar ou dar um toquezinho na porta para eles se calarem, porque era suposto que a minha mãe estivesse sozinha em casa (Domicília Costa).*



*Iam lá uns camaradas excepcionais. Já te disse: era o Vilarigues, o Americo de Sousa, os três, e mais o camarada da casa. Iam lá de vez em quando, quase todos os meses havia lá uma reunião na casa, ou [passado] pouco mais de um mês, havia uma reunião. Era uma coisa bestial, não é? Eu fazia as refeições (...) e depois haviam ali dois ou três dias, que era o que durava a reunião, em que eu podia também falar um bocadinho às horas da refeição de depois do fim da reunião (...). Os dias das reuniões eram dias bons, eram dias excepcionais (Maria Carvalho).*

### **2.1.1. As tipografias**

As tipografias eram instalações formalmente clandestinas, que exigiam cuidados redobrados. Pela importância que lhes era inerente, a polícia política desde sempre centrou parte dos seus esforços na localização e desmantelamento das tipografias clandestinas, «...pois elas eram o centro nevralgico da nossa acção de massas, de onde saíam não só o *Avante!*, como *O Militante*, outras publicações, manifestos, tarjetas, etc. Quando a PIDE conseguia assaltar uma tipografia inundava logo os jornais com notas oficiosas gritando que tinha posto fim à ‘subversão’»<sup>254</sup>.

«Exteriormente, uma tipografia clandestina era uma casa de habitação como as outras, na qual viviam duas ou três pessoas, uma família como qualquer outra. Mas dentro das suas portas, por detrás das suas cortinas, escondia-se ‘o coração da luta popular’, como dizia José Moreira, durante muitos anos responsável pelas tipografias clandestinas do PCP»<sup>255</sup>.

Em 9 de Abril de 1949 na freguesia de Coimbrão, distrito de Leiria, é tomada de assalto uma tipografia clandestina e presos dois casais de funcionários: José Augusto da Silva Martins, Casimira da Conceição, António Eusébio Bastos Lopes e Mercedes de Oliveira Ferreira. Anos antes, em 4 de Novembro de 1945, a GNR de Alvaiázere, que andava a investigar uma série de assaltos na região, batera à porta de uma casa em Barqueiros que se viria a revelar uma tipografia clandestina onde se imprimia o jornal *Avante!*. Os dois funcionários, Joaquim Justo Alves e José Augusto da Silva Martins conseguiriam pôr-se em fuga, sendo detida Maria dos Santos Machado, conhecida por «Rubina». Sujeita a interrogatório por José Catela, Maria Machado viria a recusar-se

---

<sup>254</sup> Entrevista com Sérgio Vilarigues, *Avante!*, 12 de Fevereiro de 1981 (suplemento 50 anos do *Avante!*)

<sup>255</sup> *60 Anos de Luta ao Serviço do Povo e da Pátria*, Lisboa, Editorial «Avante!», 1982, p. 114.

prestar quaisquer esclarecimentos nem «tampouco fornecer outros pormenores que se prende[ssem]m com o PCP, renunciando assim a ser denunciante»<sup>256</sup>. No relatório referente à tipografia de Coimbra, esclarece-se que apenas os elementos da direcção do PCP responsáveis pela imprensa e os funcionários das tipografias conheciam a localização das mesmas, de modo a evitar a sua invasão pelas forças policiais. Refere-se ainda a existência de um aparelho distribuidor da imprensa pelos vários sectores regionais que, «embora seja composto por ‘membros’ do citado partido e recrutados entre os de maior confiança, funciona absolutamente à parte do ‘aparelho’ da organização partidária, com o fim de evitar uma maior extensão em caso de desastre». Assim, «Pode a repressão policial atingir o ‘aparelho’ da organização partidária sem tocar no ‘aparelho distribuidor’ e vice-versa»<sup>257</sup>.

As tipografias foram sempre rodeadas de medidas de segurança acrescidas, de modo a evitar a sua apreensão. O impacto da queda das tipografias ao nível da informação, agitação e propaganda foi sendo atenuado ao longo do tempo com a existência de tipografias de recurso. Como refere Manuel Luís da Silva Jr., responsável pelas tipografias clandestinas de 1951 a 1963, «...o Partido tinha há muito mais que uma tipografia onde, mesmo que lá não se fizesse sistematicamente o *Avante!*, tudo estava preparado para o fazer como recurso: havia o prelo, o cabeçalho, o papel adequado»<sup>258</sup>. Nos princípios da década de 60 opta-se pela «regionalização» das tipografias, ou seja, passaram a existir várias tipografias a funcionar em simultâneo: no Norte, no Sul e na região de Lisboa, de modo a reforçar a defesa das mesmas e a cingir o recurso aos transportes. Esta situação permitiu que o jornal *Avante!* fosse publicado no interior do País de forma ininterrupta de 1941 até 1974.

Ao nível dos processos técnicos utilizados, os métodos artesanais dos anos 40 irão perdurar até 1974, embora com sucessivos melhoramentos. Um dos problemas a resolver prendia-se com o peso dos materiais, o que levantava sérias dificuldades, não apenas no seu manuseamento, mas também ao nível do transporte, quando se tornava necessário transferir a tipografia para outra instalação. Como conta Manuel da Silva, «mudar uma tipografia, por exemplo. Era o cabo dos trabalhos! Por vezes tinha que ser

---

<sup>256</sup> Cit. in PIMENTEL, Irene Flunser, *A história da PIDE*, Lisboa, Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2007, p. 140.

<sup>257</sup> ANTT, Arq. PIDE/DGS, PC 639/49, fl. 72.

<sup>258</sup> «Manuel da Silva. Os pides chamaram-lhe o “pai das tipografias”, *Avante!*, 12 de Fevereiro de 1981 (Suplemento 50 anos do *Avante!*)

feito a pulso - e quanto isso custava pode-se imaginar se se pensar que só um rolo pesava 28 a 30 quilos. E o prelo, e o chumbo para a composição, e as latas de tinta, e o papel...»<sup>259</sup>, situação que justifica que anos mais tarde, o prelo até então em ferro seja substituído por outro de madeira. Nas instalações clandestinas, a tipografia ficava localizada numa assoalhada distinta, a maior parte das vezes destinada unicamente a trabalhos de composição e impressão. Outro dos problemas que se colocava, este de mais difícil resolução, era o ruído produzido pela tipografia quando em funcionamento:

*A tipografia tinha de ser um quarto reservado, só com as coisas da tipografia. Quando estava montada, ninguém podia lá entrar. (...) Eu lembro-me da primeira casa que tivemos, a tipografia fazia barulho e as casas não tinham isolamento e a gente tinha de arranjar um estratagema qualquer para ir à casa da vizinha de baixo (nós estávamos no 1º andar) (...) tentar perceber quando a tipografia estava a trabalhar se se ouvia algum barulho estranho (Maria Machado).*

Outro dos problemas prendia-se com a aquisição de papel em grandes quantidades para a impressão dos diferentes materiais. O jornal *Avante!* começou por ser feito em papel normal, mas rapidamente se verificou a vantagem tanto por razões de defesa como de transporte, que fosse editado num papel mais fino, no chamado papel-bíblia. A aquisição deste papel com características específicas levantava sérias dificuldades, já que poderia inclusivamente conduzir à localização das tipografias. Para contornar esta dificuldade, era comum que a compra do papel fosse feita por militantes legais, proprietários ou funcionários de tipografias cujo funcionamento estava devidamente autorizado.

O trabalho de tipografia era assumido por funcionários sem qualquer tipo de experiência prévia nesta área de trabalho. Nas palavras de Manuel da Silva, «...nós nunca tivemos tipógrafos propriamente ditos: eram camponeses, eram operários, o que contava era a fidelidade ao Partido e o espírito de sacrifício dos camaradas. Às vezes, chegavam ao Partido quase analfabetos. Aprendiam a escrever compondo, aprendiam com outros camaradas que de tipógrafos também nada tinham»<sup>260</sup>.

---

<sup>259</sup> Idem.

<sup>260</sup> Idem.

*A minha primeira tarefa no Partido foi numa tipografia, e a minha própria tarefa obrigava a estar a copiar para depois compor (...) para depois ir para o prelo para imprimir, e era um trabalho e exercício que eu fazia, copiar dali para juntar aquelas letrazinhas todas, foi um trabalho para mim muito importante, não só do ponto de vista de estar ocupada e do meu desenvolvimento, mas também [para] o meu desenvolvimento cultural (Sofia Ferreira).*

Tal como observado nas demais instalações clandestinas, é possível detectar-se a presença de crianças nas tipografias, que desde cedo partilhavam as responsabilidades dos progenitores ao nível do trabalho, como foi o caso de Maria Machado e de Domicilia Costa:

*Comecei aos dez anos mais ou menos, comecei a ajudar os meus pais, coisas assim muito simples, dobrar panfletos, porque às vezes faziam-se pequenas brochuras (...) e era isso que eu fazia, esse foi o meu início (Domicilia Costa).*

As funcionárias, para além de trabalharem na composição e impressão dos materiais, assumiam muitas vezes a função de elemento de ligação com o funcionário responsável pela distribuição da imprensa. Joaquina Gomes Martins, natural do Barreiro, casada com Joaquim Caetano Rebelo, detida em 24 de Novembro de 1942 numa tipografia situada em Algueirão, Sintra, interrogada pela PVDE virá a assumir essa responsabilidade<sup>261</sup>. Também no relatório relativo à apreensão da tipografia de Coimbra em 1949 se refere que a imprensa destinada ao sector de Alcobaça era entregue no Valado por Casimira da Conceição Silva e Mercedes de Oliveira Ferreira<sup>262</sup>. Francisca Caeiro, embora não trabalhando directamente em tipografias, servirá de elemento de ligação durante a fase da «regionalização». Como a própria recorda:

*(...) em 64, 65, eu é que trazia do Porto a maquete d' O Militante cá para baixo para o Sul, para ser feito nas tipografias do Sul. E muitas vezes depois levava coisas de cá para lá, para o Norte (...) Tive muitos encontros com a Úrsula Machado, que a Úrsula*

---

<sup>261</sup> ANTT, Arq. PIDE/DGS, PC 1352/42, NT 4775.

<sup>262</sup> ANTT, Arq. PIDE/DGS, PC 639/49, fl. 72

*Machado era da tipografia do Avante e eu tive muitos encontros com ela, a dar-lhe as maquetas das coisas que trazia lá de cima do Norte.*

O recurso às funcionárias como correio ou elementos de ligação será recorrente durante a clandestinidade, na medida em que levantariam menos suspeitas comparativamente aos funcionários masculinos, o que evidencia a manipulação do código de género vigente em benefício do partido. Como recordou Margarida Tengarrinha:

*(...) quanto a mim, [as mulheres] defendiam muito mais do que se supunha. (...) Porque na altura (...) a Pide desconfiava muito menos de uma mulher que ia com um saco com ramas de nabo, que a gente até fazia questão de fazer um bocado de composição, não é, e por cima de uma data de papelada, meter dois nabos com a rama a sair, quem é o pide que na altura assim de chofre pensa: «- Aquela mulher é uma funcionária do partido e leva ali uma data de materiais?» (...) em geral as mulheres eram menos identificadas que os homens. (...) Os locais onde nós nos encontrávamos tinham a ver com a defesa. Porque duas mulheres numa pastelaria, a comer um bolo ou a tomar um café, são perfeitamente inócuas. E podem trocar dois sacos iguais que estão em baixo, no chão, que ninguém repara, os sacos das compras são todos iguais. Se dois homens entram num café, com uma pasta, porque não levam sacos de compras, com uma pasta, com aquele ar, é muito mais fácil desconfiar que é um funcionário, do que duas mulheres que trocam uma série de coisas assim, numa pastelaria, numa leitaria. Na altura eram as leitarias, onde a gente tomava um pingó, ou um café com leite. Pois, e um bolinho. E até era uma boa maneira de a gente enfim...espairecer, conversar, trocar umas opiniões.*

### **2.1.2. As casas de apoio**

As casas ou pontos de apoio eram essenciais à actividade dos funcionários clandestinos. A casa de apoio funcionava como recurso, para realização de reuniões com militantes legais, em caso de fuga de uma instalação ou mesmo para alojamento de cariz mais permanente. Era por isso conveniente ao clandestino ter o maior número possível de pontos de apoio a que pudesse recorrer em caso de necessidade.

*(...) a vida clandestina dos comunistas, do Partido Comunista, tinha muito apoio dos comunistas, dos antifascistas, alguns até nem eram comunistas, eram antifascistas, eram democratas, davam apoio, e esse apoio era muito variado: dispor da sua casa para reuniões, para dar alojamento a funcionários do Partido. Muitas vezes estávamos alojados nas suas casas como sendo uma pessoa da família, uma pessoa amiga, uma justificação qualquer (Sofia Ferreira).*

Contrariamente ao que irá ser uma das preocupações fundamentais no arrendamento de uma casa clandestina – a localização estratégica -, os pontos de apoio não são por isso valorizados. Fundamental era a confiança depositada nos seus moradores, militantes ou meros simpatizantes. Os «amigos» eram indivíduos da confiança do partido, sendo conveniente que levassem uma vida pacata, que não levantassem suspeitas e sobretudo que não lhes fossem conhecidas ligações políticas. Convinha acima de tudo que não se mostrassem desafectos ao regime nem assumissem quaisquer atitudes de ruptura. Como refere Joaquim Gomes, que viria a assumir responsabilidades de apoio com a sua mulher durante 12 anos antes de passarem à clandestinidade propriamente dita, «o que se nos exigia era que nos comportássemos como pessoas conformadas com a vida»<sup>263</sup>. À semelhança do que será praticado nas casas clandestinas propriamente ditas, também nos pontos de apoio se recorre a sinais previamente combinados para avisar o clandestino de que era seguro avançar em direcção à casa. Quando se recorria aos pontos de apoio para realização de reuniões, a chegada de um ou mais clandestinos verificava-se preferencialmente de noite ou já de madrugada, de modo a evitar que estes fossem vistos pela vizinhança. Os amigos da casa raramente ou nunca assistiam às reuniões que aí decorriam, conhecendo os funcionários apenas pelo pseudónimo.

Os testemunhos destas mulheres referem com alguma frequência o recurso a pontos de apoio em situações diversas. Maria Carvalho lembrou como passou por um ponto de apoio antes de passar à clandestinidade propriamente dita, mantendo-se nessa situação de charneira o tempo suficiente até cortar definitivamente os laços com o meio

---

<sup>263</sup> GOMES, Joaquim, *Estórias e emoções de uma vida de luta*, Lisboa, Editorial «Avante!», 2001, p. 61.

social de onde provinha. Teodósia Gregório, por seu turno, entre outras razões, permaneceu na casa de militantes legais por ocasião do nascimento do seu filho, para no caso de ser necessário recorrer a um hospital estes serem capazes de lhe fornecer uma cobertura plausível. Sofia Ferreira descreveu assim o apoio prestado, reportando-se à sua experiência pessoal:

*Camaradas que davam muito apoio nos transportes individuais, nos seus carros. De camaradas médicos que davam o seu apoio a camaradas doentes, incluindo alguns que tinham de ser internados e de ser operados (isso aconteceu comigo própria, eu tive de fazer uma operação na clandestinidade, e um camarada médico que tinha uma clínica, trabalhava numa clínica, eu estive lá nessa clinica 5 dias para ser operada, com um nome diferente, e o camarada deu esse apoio, colaborou nisso), camaradas que iam ter bebés nas maternidades (...) na assistência médica, na assistência social, na assistência da habitação, do transporte (...).*

Os pontos de apoio serviam também de espaço de transição aquando da mudança de uma instalação para outra, ou então quando se verificara a saída abrupta de uma instalação por razões de segurança:

*Os meus pais, pelo sim pelo não, já que não podiam salvar a tipografia, resolveram salvar-me a mim. E então pegámos em malas com roupas e foram-me pôr a mim em casa de camaradas legais que eles conheciam já de algum tempo e com quem nós também já há algum tempo não tínhamos contacto (...). E pronto, fui para lá, estive lá à volta de uma semana, também já não sei ao certo, mas andou à volta de uma semana (Domicília Costa).*

*(...) Depois fui para um sítio (...) e fiz assim uns cortes até chegar à casa para onde devia ir. Pronto, depois fui, estive lá dois dias ou três, os camaradas tomaram medidas de falar com quem deviam (...) Dali fui para Queluz, mas foi para casa de uns camaradas legais, ele engenheiro e ela qualquer coisa, trabalhava numa firma qualquer, num escritório qualquer. Fui para casa deles, foi a Sofia Ferreira que me lá*

*apresentou e estive lá até à minha preparação, a minha preparação da minha ida para o Porto* (Maria Lourença Cabecinha).

O recurso a casas de apoio verifica-se também no caso de funcionárias com tarefas de organização e a quem não fora atribuída uma instalação clandestina. De referir que quando eram atribuídas tarefas de organização a uma mulher isso implicava que as tarefas de defesa ou vigilância fossem atribuídas a uma outra funcionária ou então a funcionária passaria a habitar numa casa de militantes legais, que asseguravam a defesa e, em simultâneo, lhe forneciam uma cobertura necessária ao desempenho da tarefa que lhe fora atribuída.

*As instalações eram assim: segundo as condições que permitiam e também as nossas tarefas. (...) casa própria legal do Partido com um camarada ou com camaradas, que era o caso deste casal que já era idoso e que passavam por pais, ou então pontos de apoio de camaradas nossos, mas que tinham a sua família, eram um casal, tinham filhos* (Sofia Ferreira).

Na perspectiva dos militantes legais estas actividades de apoio, devido ao seu carácter de excepção, ficaram para sempre registadas da memória de quem as praticou, provocando ainda hoje reacções de profunda emoção. Os funcionários são descritos enquanto dotados de uma elevada carga simbólica, pelos riscos que a sua situação de clandestinidade comportava. Os clandestinos são, para os *amigos* da casa, o elo directo de ligação com o partido e a encarnação dos ideais comunistas. A dedicação dos funcionários à causa comunista levada até às últimas consequências – espelhada na extrema pobreza, fome e cansaço -, são continuamente lembrados. A dedicação ao partido por parte do *amigo* exprimia-se então no apaziguar momentâneo das necessidades do funcionário. Não são raros relatos de simpatizantes que deixavam de comer para alimentar em condições os clandestinos, chegando a penhorar bens pessoais para lhes garantir algum conforto. A memória desta solidariedade permanece ainda hoje presente na memória dos seus protagonistas, reconhecendo os antigos funcionários a ajuda fundamental prestada pelos militantes legais, sujeitando-se para o efeito aos mesmos riscos que eles próprios corriam.



### Capítulo 3 – Resistências na clandestinidade

Numa circular emanada do Secretariado do Comité Central datada de Janeiro de 1946, dirigida às *camaradas das casas do Partido* pode ler-se:

«O Secretariado do Comité Central tem verificado o débil auxílio político prestado às camaradas que, nas casas do Partido desempenham tarefas técnicas. Verifica o Secretariado que, em muitos casos, essas camaradas não acompanham a vida corrente do nosso Partido, em muitos casos, essas camaradas ocupam-se exclusivamente, ou quase exclusivamente, com as tarefas relativas à casa (alimentação, roupas, etc...), não se ocupando correspondentemente com a sua orientação política e cultura geral. Isto contribui para que essas camaradas se não desenvolvam como quadros do nosso Partido, o que é tanto mais importante, quanto é certo que a ilegalidade do nosso Partido dificulta o desenvolvimento dos quadros femininos nas organizações do Partido. Por outro lado, com o débil auxílio às nossas camaradas não se contribui devidamente para o aumento da sua consciência política de que resultaria (além do desenvolvimento dum quadro) uma melhor defesa da casa e uma conduta mais firme das nossas camaradas em quaisquer circunstâncias que venham a atravessar»<sup>264</sup>.

A circular anunciava o aparecimento do jornal *3 Páginas*, especificamente dirigido às mulheres das casas clandestinas mas, e como se pode ler na caixa do nº 8 deste jornal, «*3 Páginas* é para as camaradas, mas os camaradas também devem ler». A iniciativa do *3 Páginas* deveu-se a Cândida Ventura, funcionária que foi responsável pela dinamização das greves em S. João da Madeira em 1943, que chocada com o isolamento a que as clandestinas estavam sujeitas, ao facto de estas dedicarem-se exclusivamente às tarefas domésticas e de vigilância, não lerem a imprensa e muitas serem «quase analfabetas», propõe ao Secretariado a sua criação. Como a própria descreve:

«Chocada com essa situação, propus ao secretariado que se fizesse um jornal para elas, que passassem a assistir a parte das reuniões que se realizavam nas casas ilegais e que os funcionários em cujas casas se encontrassem amigas que mal sabiam ler as ajudassem a vencer esse atraso. O secretariado concordou e, a partir dessa

---

<sup>264</sup> ANTT, Arquivo Distrital de Lisboa, Tribunal da Boa-Hora, 4º JC, Cx. 52, Proc. 66/1959, 8 vol, «Circular sobre “3 Páginas” para as camaradas das casas do Partido», fl. 441.

data, comecei a fazer um jornal, 3 Páginas, para as camaradas das casas do Partido, jornal que lhes chegava regularmente»<sup>265</sup>.

Na mesma circular defende-se que as funcionárias deviam ser ajudadas pelos funcionários na leitura do *3 Páginas* e que estes as deviam estimular a escrever à redacção. A leitura devia dar lugar a uma reunião onde se discutisse o conteúdo da publicação. O jornal recém-criado tinha como objectivo «o aumento da capacidade política das nossas camaradas, na sua firmeza e dedicação, bem como um mais elevado nível político das casas do Partido e uma maior segurança no seu funcionamento»<sup>266</sup>. O jornal *3 Páginas para as Camaradas das Casas do Partido* contou com a edição de 68 números até 1956, altura em que é substituído por *A Voz das Camaradas das Casas do Partido*, editado até 1970, num total de 50 números<sup>267</sup>, este último, primeiro da responsabilidade de Margarida Tengarrinha e posteriormente de Ivone Dias Lourenço. Como recordou Margarida Tengarrinha:

«Quando chegámos pela primeira vez a uma casa clandestina entregaram-me uma edição copiografada cujo título era *3 Páginas*, um boletim interno para as mulheres das casas do Partido. Refilona como sempre fui critiquei o nome, que não tinha qualquer significado nem rigor, até porque eram três folhas e portanto seis páginas. O conteúdo tinha grande interesse e utilidade para as camaradas que chegavam de novo àquela situação, pois era uma troca de experiências e uma forma de contacto importante para quem, como nós mulheres, vivia num grande isolamento. Constituíra também um estímulo à leitura, à escrita e ao estudo. Mas a apresentação gráfica era fraca, o que considerámos que podia melhorar com a nossa ajuda. Daí a pouco tempo os camaradas encarregaram-me da execução do boletim que passou a chamar-se *A Voz das Camaradas* e foi um trabalho muito gratificante para mim, até porque pus a imaginação e as mãos a trabalhar, com o objectivo de tirar do stencil podas as potencialidades gráficas que ele possibilitava, com desenhos a claro-escuro e meias-tintas, embora a reprodução fosse com o velho sistema artesanal, de moldura de madeira com rede e a passagem do rolo página a página»<sup>268</sup>.

---

<sup>265</sup> VENTURA, Cândida, *O “Socialismo” que eu vivi*, 3ª ed., Lisboa, Editorial Bizâncio, 2012, p. 38 [1984].

<sup>266</sup> ANTT, Arquivo Distrital de Lisboa, Tribunal da Boa-Hora, 4º JC, Cx. 52, Proc. 66/1959, 8 vol, «Circular sobre “3 Páginas” para as camaradas das casas do Partido», fl. 441.

<sup>267</sup> Cf. NOGUEIRA, Cristina, «Literatura Sem Cordel. *3 Páginas* e *A Voz das Camaradas das Casas do Partido*», *Vértice*, II Série, nº 171, Abril-Junho de 2014, p. 2.

<sup>268</sup> TENGARRINHA, Margarida, *Ob. Cit.*, pp. 50-51.

O *3 Páginas* e *A Voz das Camaradas* pouco se distinguem entre si ao nível do conteúdo, verificando-se apenas uma melhoria ao nível do grafismo, sendo que ambos deixam transparecer o universo feminino da clandestinidade. Com o avançar do tempo, verifica-se o aumento do número de colaborações, desde as mulheres escolarizadas e intelectuais, às mulheres com pouca instrução, oriundas do campo ou de zonas industriais, sendo os artigos assinados com pseudónimo. O objectivo era contribuir para a formação política das clandestinas, incentivando-as ao estudo, e dando indicações de como algumas tarefas deviam ser realizadas, com especial relevância para os cuidados conspirativos, assim como ao porte a adoptar em caso de prisão. Como recordou Margarida Tengarrinha:

*Havia também a necessidade de elevar geralmente a consciência, o nível político, cultural, e para isso é que a tal «Voz das Camaradas» era muito útil. Porque inclusivamente trocavam-se livros, etc., e aquilo que é muito simples para uma instrução primária, que é interpretar o que se lê, por vezes não era tão fácil assim daquela parte, daquelas mulheres. Porque haviam algumas que eram quase analfabetas.*

Como refere Cristina Nogueira:

«O texto, escrito numa linguagem que hoje se consideraria paternalista, procurava ainda valorizar a realização das tarefas desempenhadas pelas clandestinas, salientando a sua importância, assim como combater o isolamento a que as mulheres das casas do partido estavam sujeitas, fornecendo a cada uma a noção de que não estava sozinha nem isolada nas tarefas que desempenhava, fazendo parte de um corpo colectivo»<sup>269</sup>.

O isolamento face ao mundo exterior, a assinatura dos artigos com recurso a pseudónimos que se iam mantendo constantes ao longo diferentes números, a partilha de experiências, a troca de correspondência entre as clandestinas utilizando os jornais como canal privilegiado de comunicação, são factores que, conjugados, reforçavam os laços no seio do novo grupo e, em última instância, os laços para com a organização, o

---

<sup>269</sup> NOGUEIRA, Cristina, *Ob. Cit.*, p. 12.

que de certo modo vai substituir, ou pelo menos colmatar, os laços familiares impossíveis de manter numa situação de ilegalidade<sup>270</sup>. Como menciona Maria Lourença Cabecinha:

*Era a nossa correspondência entre umas e outras e as dificuldades, quando entrava alguma de novo ficávamos contentes, quando aparecia um pseudónimo novo...depois haviam outras que escreviam outras coisas evidentemente, sobre outros assuntos, mais políticos, era uma coisa simples (...) cada uma ajudava no que podia, no que sabia.*

As nossas entrevistadas de um modo geral, valorizam a importância que estes jornais desempenharam no seu desenvolvimento e *performance*.

*No 3 Páginas foi que eu participei. Escrevia e lia aquilo tudo, aquilo servia-me, era um ensinamento grande que a gente tinha, era uma ajuda muito grande entre umas e outras, porque haviam algumas camaradas que vinham que não tinham noção, até de orientar o dinheiro, das roupas, de lavar, gente de outros meios que não tinham essa possibilidade, e a gente trocava muito as opiniões, sem nunca nos vermos nem conhecermos, sem sabermos quem era, através de pseudónimos... (Maria Lourença Cabecinha).*

*(...) eram sempre artigos ligados aos problemas da casa, ajudarmo-nos umas às outras, no aspecto da experiência, de podermos elevar os nossos conhecimentos e a nossa participação, ou [então] eram temas já políticos, e há artigos de camaradas que tinham preparação política, cultural, com outros temas, outros conteúdos, que era no sentido de ajudar, ligar as camaradas das casas do Partido, aquilo era um jornal só interno do Partido (Sofia Ferreira).*

Margarida Tengarrinha considera que estes jornais foram, por si mesmos, espaços de reivindicação das clandestinas face à direcção do partido e face ao ostracismo a que eram votadas por parte de alguns dos funcionários:

---

<sup>270</sup> Cf. DELLA PORTA, Donatella, «Introduction: on individual motivations in underground organizations», *Social Movement and Violence: participation in underground organizations* (eds. Bert Klandermans, Donatella della Porta), vol. 4, Greenwich/London, Jai Press inc, 1992, p. 8.

*Depois, à medida que a coisa se foi desenvolvendo, a colaboração foi melhorando e as cartas [à redacção] foram sendo mais queixosas em muitos casos, e daí fazermos aquela campanha «- Vamos lá em todas as casas fazer reuniões políticas!». Para que as mulheres entendam que é a melhor maneira de defender a casa, [e] para que os camaradas saibam que a melhor maneira de defender a casa é as mulheres entenderem porque é que estão a fazer esta tarefa. (...) Que é reivindicação de alguma atenção a ser dada, começando pela necessidade de maior atenção e passando pela necessidade para o partido de um melhor aproveitamento das potencialidades.*

Estes jornais clandestinos tinham pois como objectivo a quebra do isolamento, o incentivo ao estudo, à formação política com vista ao desempenho de outras tarefas que não apenas a defesa e vigilância das instalações clandestinas. Como pode ler-se no 1º número do *3 Páginas*:

«Com a publicação de ‘3 Páginas’ procura-se ligar-te mais ao nosso Partido e auxiliar-te no teu desenvolvimento político e cultural. Com a publicação de ‘3 Páginas’ procura-se auxiliar-te na tua preparação como militante para que possas desenvolver qualquer aspecto da actividade do nosso Partido, seja na tarefa que agora realizas, seja em tarefas futuras. A tarefa que agora realizas é importante e dela te debes sentir orgulhosa. Com esta tarefa tu não só permites que os camaradas que estão em casa trabalhem para o Partido, como garantes a sua segurança contra o fascismo, contra a Polícia. Mas amanhã outras tarefas virão para as quais debes estar preparada»<sup>271</sup>.

A frustração face ao confinamento a que estavam votadas, à falta de acompanhamento e à natureza das tarefas por si desempenhadas não parece todavia ter sofrido grande alteração no decorrer dos anos. Num artigo publicado em Agosto de 1958, «Fernanda» refere-se às instalações clandestinas como sendo uma «célula do Partido», onde o que deveria reinar era «a vida política», devendo o trabalho colectivo basear-se em quatro partes fundamentais:

«1º) Discussão em colectivo de tudo o que respeita os problemas conspirativos.

---

<sup>271</sup> «Editorial», *3 Páginas*, nº 1, Janeiro de 1946.

2º) Discussão em colectivo dos fundos.

3º) Discussão em colectivo da tarefa ou tarefas a desempenhar.

4º) Discussão em colectivo do estudo político, quer individual ou colectivo»<sup>272</sup>.

Ainda neste mesmo número «Leonor» (Margarida Tengarrinha) mencionava a possibilidade da colaboração e leitura do jornal às mulheres que permaneciam legalidade, concluindo:

«Embora esse ‘novo jornal’ nascido do nosso, fosse de início pequenino e de modesta tiragem, sem ambições excessivas, já seria, apesar de tudo, um jornal específico de mulheres, que tocaria amigas, simpatizantes, muitas vezes pouco esclarecidas, que aqui encontrariam um apoio, esclarecimento e ajuda que muitas vezes não encontram nos seus companheiros. Este jornal aproximá-la-ia do Partido e da luta, dar-lhes-ia aquela dose de conhecimentos sobre o nosso Partido e a nossa luta que nós vemos, em muitas primeiras colaborações, que uma grande parte das amigas funcionárias não tiveram antes de vir. Este ‘novo jornal’ viria até a chamar a atenção dos militantes para a necessidade de trazer mulheres à luta, o que, em minha opinião, continua a ser subestimado»<sup>273</sup>.

Este anúncio da possibilidade de alargar o jornal às mulheres do exterior antecede uma interrupção prolongada do mesmo. É certo que a tiragem nunca conheceu regularidade, mas vai verificar-se uma interrupção entre Novembro de 1958 a Abril de 1961, sendo a partir de então retomada, permanecendo mais ou menos constante até 1970. A não edição vai afectar o quotidiano das clandestinas que perdem então um veículo privilegiado de comunicação, confinando-as ainda mais ao espaço da instalação ilegal. Verifica-se entretanto que a sua situação permanece mais ao menos estagnada, o que justifica que em Setembro de 1960 a direcção envie um questionário dirigido especificamente às funcionárias. Como pode ler-se:

«Camarada: O teu trabalho e a tua dedicação têm permitido o funcionamento e a defesa da casa do P. em que te encontras. (...) Verificámos entretanto, graves deficiências no que respeita, tanto à ajuda que te é prestada (para o teu desenvolvimento político e cultural), como há contribuição que podes dar ao trabalho do P. em geral, e ao trabalho do funcionário do P. com quem vives, em

---

<sup>272</sup> “Fernanda”, «Trabalho colectivo», *A Voz das Camaradas*, Agosto 1958, nº 16, p. 1.

<sup>273</sup> “Leonor”, «Alargar o nosso jornal?», *A Voz das Camaradas*, nº 16, Agosto de 1958, p. 4.

particular. Por verificarmos essas deficiências e por desejarmos rectifica-las, pedimos que nos respondas às perguntas seguintes:

- a) Quais as tuas tarefas presentes? Tens alguma tarefa além do trabalho doméstico na casa onde vives?
- b) Estás satisfeita com a tarefa que desempenhas?
- c) Que auxílio político tem recebido? O camarada que vive contigo e aqueles que vão a essa casa conversam contigo acerca da situação política e da actividade do Partido?
- d) Gostas de ler e estudar? Tens elementos de estudo? Em que pode a Direcção do Partido ajudar-te a esse respeito?
- e) Há algum aspecto da tua situação, da tua vida, do teu trabalho em que o Sec. do CC te possa ajudar? (...)»<sup>274</sup>.

Em Outubro de 1972, outra carta do Secretariado auscultava uma vez mais as clandestinas:

«Na impossibilidade de realizarmos conversas com todas as camaradas nessas condições e para melhor podermos formar uma opinião correcta da situação, pedimos, querida camarada, que nos respondas às seguintes questões:

- a) Estás satisfeita com as tarefas que executas? Quais são os aspectos da tua vida e do teu trabalho que te dão maior satisfação? O que consideras mais positivo na ajuda que o Partido te dá?
- b) Quais são a teu ver as dificuldades maiores no aproveitamento das tuas possibilidades de militante assim como no trato contigo como quadro? São realizadas regularmente reuniões contigo, em que recebas informação do Partido e em que manifestes a tua opinião sobre todos os problemas em que entendas fazê-lo?
- c) Qual a tua opinião sobre a publicação de 'A Voz das Camaradas'? Pensas que era útil? Costumavas recebê-la? E de colaborar nela? Sentiste a sua falta?
- d) Que questões relativas à organização da tua vida pensas que deveriam ser melhoradas? O salário é suficiente? Tens roupa e o calçado indispensável? Tens livros para estudares ou leres segundo as tuas preferências?
- e) Há quaisquer medidas, que, a teu ver, devessem ser tomadas em relação a ti como quadro e às 'camaradas das casas do Partido' em geral?»<sup>275</sup>.

---

<sup>274</sup> ANTT, TBH, 2º JC, Proc. 92/62, cx. 704, 6º vol.

<sup>275</sup> «Carta às Camaradas das Casas do Secretariado do CC», Outubro de 1972. Arquivo pessoal de Domicília Costa, cit. in NOGUEIRA, Cristina, «Literatura Sem Cordel. 3 Páginas e A Voz das Camaradas das Casas do Partido», *Vértice*, II Série, nº 171, Abril-Junho de 2014, pp. 9-10.

O que estas duas circulares com um lapso temporal de 12 anos ilustram, tal como Cristina Nogueira refere é que «Entre as resoluções e as decisões tomadas pela decisão partidária e a prática havia uma distância considerável, no entanto, a preocupação da direcção com as mulheres clandestinas não foi pontual, mas sistemática»<sup>276</sup>. Verifica-se uma preocupação geral pelo bem-estar geral das funcionárias, colocando-se o acento tónico no estudo e no acompanhamento por elas recebido por parte dos funcionários e controleiros. No questionário de 1972, a estas preocupações acrescem-se outras de carácter mais pragmático, como sejam o salário, roupas e calçado suficiente, o que ilustra as dificuldades inerentes ao corpo de funcionários ilegais.

No processo do Tribunal da Boa-Hora que consultámos, tivemos o acesso a 11 respostas ao questionário de Abril de 1960<sup>277</sup>, bem como à análise posterior efectuada pelo Secretariado às respostas obtidas. Com excepção da resposta de «Leonor» que informa que «além do trabalho doméstico tenho tarefas de natureza conspirativa, fizemos a *A Voz das Camaradas* e o *Portugal-URSS*. Acidentalmente tenho feito traduções, trabalhos de máquina, alguns artigos para a nossa imprensa e outros trabalhos, entre os quais as contas»<sup>278</sup>, verifica-se que se algumas trabalhavam nas tipografias, escreviam à máquina, procediam a recortes de jornais (que serviriam de apoio ao trabalho de organização assumido pelo funcionário), ou seja, desenvolviam tarefas de carácter técnico, a maioria delas continuava a assumir exclusivamente as tarefas domésticas e a defesa da casa, o que contribuía para um mal-estar generalizado. Como «Rosa Maria» viria a responder, «custa-me bastante a conformar que ao fim de quase 13 anos continue agarrada às panelas e aos tachos pois eu penso que poderia fazer alguma coisa mais»<sup>279</sup>.

As queixas relativas ao acompanhamento político são também uma constante. Como testemunham as palavras de «Gina»: «não recebo qualquer auxílio político ou cultural. O camarada com quem vivo tem pouca paciência para conversar comigo. Isso não ajudará a eliminar o meu atraso, pelo contrário acentuá-lo-á cada vez mais». Embora tenham acesso a materiais de estudo, principalmente à imprensa do Partido,

---

<sup>276</sup> NOGUEIRA, Cristina, *Ob. Cit.*, p. 9.

<sup>277</sup> Na sua resposta ao questionário “Leonor” (Margarida Tengarrinha), faz menção a um universo de 30 a 40 clandestinas. Não nos foi possível confirmar estes dados.

<sup>278</sup> ANTT, TBH, 2º JC, Proc. 92/62, cx. 704, 6º vol, fl. 439.

<sup>279</sup> *Idem*, fl. 457.



«Silva» responde: «gosto muito de estudar, mas por vezes retraio-me, pelo facto de não estar mais esclarecida nos problemas políticos». Em muitas respostas analisadas acentua-se o lamento pela interrupção de *A Voz das Camaradas*, que, como «Elisa» refere:

«Era um jornal que muito vinha ajudar o meu desenvolvimento político, e no entanto, há quase dois anos que ele deixou de aparecer; tendo em conta que nele colaboravam muitas amigas desenvolvidas que através dos seus artigos faziam com que as outras se entusiasmassem e as levava mais ao estudo, pelo menos isso passava-se comigo (...)».

A resposta de «Leonor» fornece novos elementos, ao dar conhecimento da discussão relativa à *Voz das Camaradas*, e da possibilidade, ou não, de o alargar às mulheres na legalidade. Como a própria conclui: «nunca advoguei a extinção pura e simples de *A Voz das Camaradas*». É pela escrita de «Leonor» que sabemos que o assunto foi amplamente discutido: «um camarada da Direcção disse-me que ficara resolvido suspender a publicação de *A Voz das Camaradas* e que se começaria a publicar, dentro de um prazo não muito afastado, um jornal mais amplo, de cuja redacção eu talvez fizesse parte se isso fosse possível, dadas as minhas outras tarefas»<sup>280</sup>. Neste sentido, consideramos que a reivindicação das clandestinas pela relevância da edição influenciou decisivamente na tomada de decisão da direcção, e na análise às respostas do questionário. Em Fevereiro de 1961 o Secretariado informa que o Comité Central se manifestara de acordo com o reaparecimento do jornal<sup>281</sup>, o que virá a ocorrer em Abril de 1961.

Na análise efectuada, reconhecemos que a maioria das clandestinas desempenhava essencialmente tarefas domésticas e tarefas de vigilância da instalação, sublinhando-se também a falta de estímulo e de ajuda para que estas se dedicassem ao estudo, de forma a permitir o seu desenvolvimento político e cultural. Reconhece-se a justeza das suas críticas, sublinha-se que é uma situação que se arrastava há anos, o que revelava «falta de interesse e solicitude pelos quadros». Numa atitude *autocrítica*, o Secretariado defende que era preciso pôr-se cobro às deficiências, assegurando uma

---

<sup>280</sup> Idem, fl. 459.

<sup>281</sup> Arq. PIDE/DGS, SC, PC 826/63, NT 5516, 4º vol.

vida política regular a todas as clandestinas, mediante reuniões regulares das células das casas do Partido. Segundo Margarida Tengarrinha,

*O estudo político, que já é outro grau de desenvolvimento, e o conhecimento das lutas políticas, que não vinha só da leitura do Avante!, tinham também que estar suportadas por reuniões políticas da casa, na casa. Que, simultaneamente, seriam extremamente úteis para melhorar a defesa da casa e para o conhecimento daquela casa em termos conspirativos no local em que estava inserida: na região, na terra, na aldeia. E havendo reuniões em que se discutia, em que o controleiro (que era como se chamava na altura) dava a informação política, o camarada da casa ou os camaradas, na reunião aberta em que a mulher podia participar, falavam – sem falar da organização -, mas da situação política do sector, das lutas, etc., o que permitia à mulher que não estivesse só a fazer a comida para eles irem almoçar ou jantar, mas que também percebesse no que é que aquele organismo ou aquela casa estavam inseridos e, portanto, a justificação da existência da casa e da razão porque ela tinha de fazer a comida para aqueles homens. E então fazia com outra consciência o almoço ou o jantar. E isto era de facto importante.*

Como podemos ler no mesmo documento:

«Todos os camaradas que habitem a mesma casa do Partido constituem uma célula independentemente de ocuparem outros cargos, de pertencerem a outros organismos ou dos laços familiares que os unam. A existência de uma célula do P. implica também para todos os militantes que a ela pertencem, a obrigatoriedade de participar regularmente nas suas reuniões»<sup>282</sup>.

Os laços afectivos não podiam sobrepor-se aos interesses da organização, e interessava a esta o desenvolvimento dos quadros do partido. Havia portanto de combater preconceitos inerentes à sociedade da época, e incentivar-se o estudo dos «nossos mestres e o alargamento da cultura geral». E, se o tom por vezes parece roçar o paternalismo: «é perfeitamente natural que nos problemas do estudo encontres dificuldades», convém ter em consideração os níveis de analfabetismo durante o Estado

---

<sup>282</sup> Idem.

Novo, e ter presente que a maior taxa atingia sobretudo a população feminina. Como recordou Domicilia Costa:

*Era a mentalidade da época, não é? (...) por um lado, as mulheres, em geral, eram menos instruídas que os homens. Não é por acaso que as mulheres que estiveram no trabalho de organização eram quase todas intelectuais. (...). Depois houve outras, que era o caso da Georgette [Ferreira], por exemplo, também esteve e não era intelectual, não é? Houve outras, não é? (...) mas muitas das mulheres dessa época eram analfabetas ou semi-analfabetas (...).*

Neste contexto, parece-nos evidente que o problema não foi efectivamente resolvido, como a carta de 1972 demonstra. A assimetria de género no seio da vida clandestina, que se reflectia na divisão de tarefas assumidas, irá manter-se em aberto até ao final da ditadura, já que reflecte uma mentalidade da época e, por isso, mais difícil de alterar, como confirmam as palavras de Margarida Tengarrinha:

*«(...) sei evidentemente, porque conheço muitas camaradas e que há muitos camaradas que acham que a mulher, a camarada mulher é para fazer umas coisas e o camarada homem é para fazer outras, portanto isso prolonga-se da vida normal para a vida no Partido, porque as mentalidades não são tão diferentes assim, são diferentes, mas não tanto, em relação à mulher»<sup>283</sup>.*

---

<sup>283</sup> Cit in NOGUEIRA, Cristina, *Ob. Cit*, p. 10.

### 3.1. «Por teu livre pensamento foram-te longe encerrar»

*Por teu livre pensamento  
Foram-te longe encerrar  
Tão longe que o meu lamento  
Não te consegue alcançar  
E apenas ouves o vento  
E apenas ouves o mar  
Levaram-te a meio da noite  
A treva tudo cobria  
Foi de noite numa noite  
De todas a mais sombria  
Foi de noite, foi de noite  
E nunca mais se fez dia.  
(David Mourão-Ferreira)*

Numa carta dirigida à família, por ocasião das festividades de Natal de 1958, a qual seria apreendida pela PIDE, Maria da Silva Carvalho escrevia:

«Como penso que esta carta deve chegar aí talvez não muito longe do Natal quero desejar-vos um Natal muito feliz e um novo ano cheio de felicidade. Talvez que consigamos que o ano de 1959 seja já o ano da libertação do nosso povo do jugo fascista de Salazar. Se assim for, 1959 será um ano verdadeiramente de felicidade. Se não for, não vamos desanimar por isso, pois comprometemo-nos a acabar com a opressão e a exploração no nosso país sem data marcada»<sup>284</sup>.

A passagem à clandestinidade era, como as palavras de Maria Carvalho revelam, um projecto para a vida. Contou a antiga clandestina que, quando foi abordada para passar à clandestinidade, foi desde logo alertada para os riscos que corria:

*Sabes que é difícil, tens de deixar de ver a família, os amigos, podes ser presa (...) depois ser torturada (...) até perder a vida. Puseram-me as coisas assim, e eu já tinha pensado e mais que pensado, estava disposta a tudo.*

Maria Carvalho esteve disposta a tudo, mesmo tendo a prisão e a tortura na linha do horizonte. Estas eram uma certeza partilhada por todos os militantes e funcionários, sendo por isso temas amplamente discutidos no seio da organização partidária. Desde a década de 30 que vinha sendo produzida abundante literatura relativamente ao comportamento que os comunistas deveriam adoptar aquando da prisão. Nesses anos

---

<sup>284</sup> ANTT, Arq. PIDE/DGS, GT 81, NT 1391.

era comum a prática de contar *estórias* mais ou menos verdadeiras à polícia política, havendo como único critério não acrescentar novos dados ao que esta sabia. Este comportamento estaria na base do corte de relações da Internacional Comunista com o PCP, acusado de ser demasiado laxista quanto ao comportamento dos militantes na prisão<sup>285</sup>. Com a reorganização de 1940/41 verifica-se a adopção de novos métodos de acção por parte dos militantes comunistas, uma maior rigidez quanto à obrigatoriedade do cumprimento das designadas *regras conspirativas*, o que resultaria num travão às investidas policiais. Todavia, a partir de 1945 verifica-se um recrudescimento das prisões, sendo ainda localizadas várias instalações clandestinas. Álvaro Cunhal, através do advogado Palma Carlos, virá a ter acesso a muitos dos autos dos interrogatórios. A confrontação destes com os *informes* que os funcionários tinham de escrever relativos às circunstâncias em que haviam ocorrido as prisões e o comportamento que haviam adoptado perante a PIDE, fá-lo concluir pela necessidade de estabelecer um conjunto de regras que deveriam ser cumpridas tanto por militantes como por funcionários. Escreve então o texto que, nas palavras de Pacheco Pereira, se viria a tornar o mais famoso da clandestinidade comunista em Portugal, de título *Se fores preso, camarada*, cuja primeira edição data de 1947, mas que virá a conhecer reedições várias<sup>286</sup>, sendo posteriormente adoptado pelas organizações de extrema-esquerda.

A importância do *Se fores preso, camarada* é sublinhada por todos os que passaram pela clandestinidade. A sua leitura e discussão eram obrigatórias, e o seu carácter didáctico confirmado por todos aqueles que o leram. Nele se revela aquilo que o preso devia esperar, os métodos de tortura aplicados, bem como as alucinações daí resultantes.

*Isso era discussão, discussão, discussão, discutia-se essa parte da prisão e do comportamento na polícia, havia muita discussão sobre isso, o Partido ajudava muito. (...). O Partido ajudava muito, como era o comportamento e explicava-nos o que é que eram as torturas, o que eles lá faziam, mais ou menos os passos que se tinham que dar*

---

<sup>285</sup> Cf. PEREIRA, José Pacheco, Álvaro Cunhal – Uma biografia política. “Duarte”, o dirigente clandestino, vol. 2, Lisboa, Temas e Debates, 2001, p. 686.

<sup>286</sup> Aqui baseamo-nos na edição 1963, publicada em CUNHAL, Álvaro, *Obras Escolhidas (1947-1964)*, Tomo II, Lisboa, Editorial «Avante!», 2008, pp. 591-605.

*lá dentro, passava-se por esta fase, por outra fase, por outra frase, o Partido ajudava muito nesse sentido* (Maria Lourenço Cabecinha).

Nada era omitido. Descrevem-se os espancamentos «durante horas e horas a cavalo-marinho e com grossas tábuas», os «apertos de testículos, queimaduras com faíscas eléctricas e com cigarros, pancadas brutais nas plantas dos pés descalços», a «tortura do sono», a «estátua», assim como a incomunicabilidade, a representação de papéis pela PIDE, o «pide bom» versus o «pide mau»<sup>287</sup>, assim como as ameaças e calúnias constantes<sup>288</sup>. Segundo Irene Pimentel, não existe no arquivo da PIDE/DGS um único documento que prove o recurso à tortura. Todavia, e tal como a própria salienta, no processo do estudante Artur Catarino Simões preso em 1964, aparece manuscrito a nota, explicitando a ordem superior, «este homem não dorme», numa clara alusão à tortura do sono<sup>289</sup>. Como a autora afirma, existem muitas outras fontes que revelam a prática da tortura durante o Estado Novo, a qual seria confirmada por alguns agentes da PIDE imediatamente após a Revolução dos Cravos. À época dos acontecimentos, notícias sobre as sevícias a que os presos eram sujeitos apareciam relatadas no jornal clandestino *Avante!*, sendo frequentes as campanhas do PCP a denunciar maus tratos e a pedir a libertação dos presos políticos. Os tribunais plenários, apesar de afectos ao regime, eram palco privilegiado usado pelos funcionários clandestinos do Partido Comunista, não apenas na defesa da ideologia comunista, na esteira do que fora praticado por Dimitrov em Dezembro de 1933<sup>290</sup>, mas também para denunciarem as torturas a que haviam sido sujeitos pela polícia política<sup>291</sup>.

---

<sup>287</sup> Segundo o folheto em causa, este método era sobretudo aplicado com as mulheres e com os intelectuais, o que em nosso entender pode significar uma “efeminização” deste último. Cf. *Se fores preso, camarada*, p. 597.

<sup>288</sup> Sobre os métodos de tortura utilizados pela PIDE ver AEPPA, *Elementos para a história da PIDE*, s.ed, s.d., pp. 28-34 e PIMENTEL, Irene, «A tortura», *Vítimas de Salazar – Estado Novo e Violência Política*, (coord. João Madeira), Lisboa, Esfera dos Livros, 2007, pp. 105-127.

<sup>289</sup> PIMENTEL, Irene Flunser, *A História da PIDE*, Lisboa, Temas e Debates, 2007, pp. 351-352.

<sup>290</sup> Consultável em: <https://www.marxists.org/espanol/dimitrov/disc.htm>, acedido em 20/04/2014.

<sup>291</sup> No pós-25 de Abril, já em 1975, as edições *Avante!* publicaram *A Defesa Acusa – os comunistas portugueses perante a polícia e os tribunais fascistas*, onde são publicadas intervenções de 15 funcionários do PCP, todos do sexo masculino. A experiência da prisão e tortura a que as funcionárias clandestinas haviam sido submetidas, seria dada a conhecer em duas edições distintas, da autoria de Rose Nery Nobre de Melo (membro do MDM) e Gina de Freitas, também publicadas em 1975.

Como salienta o historiador Fernando Rosas, «a violência está inscrita no código genético de todos os regimes identificados pela época dos fascismos»<sup>292</sup>, e o caso português não foi excepção, muito embora se verifique uma tendência revisionista quanto ao carácter fascizante do regime, e uma omissão ou branqueamento das violações dos direitos humanos então ocorridos. Como sublinha Paula Godinho

«mal se refere a história das revoluções e dos que as fizeram, daqueles que com esforço, sacrifício e generosidade se entregaram a uma luta cuja duração se desconhecia, logo aparece alguém que prefere dissertar sobre os ‘mitos’ construídos em torno das figuras ou momentos, sobre falhas na sua versão da verdade histórica, sobre os exageros quanto à tortura»<sup>293</sup>.

Todavia, o recurso à violência não foi omitido, antes propagandeado através do *Decálogo de Estado Novo*<sup>294</sup>, o qual enumerava os princípios basilares do regime. Como pode ler-se:

«Os inimigos do ESTADO NOVO são inimigos da Nação. Ao serviço da Nação – isto é: da ordem, de interesse comum e da justiça para todos – pode e deve ser usada a **força**, que realiza, neste caso, a legítima defesa da Pátria. [Destaques originais]».

Nas suas entrevistas com António Ferro, Salazar reflecte sobre o recurso à violência. Embora considerando que a mesma não se adaptava «à brandura dos nossos costumes», e ao «sentimentalismo doentio» que caracterizava os portugueses, não deixa de reconhecer, na esteira do afirmado por Mussolini, que a mesma podia ter vantagens em determinadas épocas históricas<sup>295</sup>. Ou seja, Salazar não recusa a violência, antes promove a gestão racional da mesma, atendendo às circunstâncias e ao contexto social sobre o qual esta era aplicada. Fernando Rosas vai identificar duas tipologias de violência: a *preventiva*, invisível e quotidiana, e a *punitiva*, que remete para o exercício

---

<sup>292</sup> ROSAS, Fernando, «Prefácio», *Vítimas de Salazar – Estado Novo e Violência Política* (coord. João Madeira), Lisboa, Esfera dos Livros, 2007, p. 21.

<sup>293</sup> GODINHO, Paula, «Introdução», in RODRIGUES, Aurora, *Gente comum – uma história na PIDE*, Castro Verde, 100 Luz, p. 35.

<sup>294</sup> De 1934, da autoria de António Ferro, responsável pelo Secretariado Nacional de Informação (SNI) entre 1933 e 1950.

<sup>295</sup> Cf. FERRO, António, *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2003, pp. 51-52. Já Mussolini afirmara: «A violência, para nós, está muito longe de ser um desporto ou num divertimento. Ela é, como a guerra, uma dura necessidade de certas horas históricas. Cít. In ROSAS, Fernando, *Ob. Cit.*, p. 24.

da repressão directa<sup>296</sup>. O conciliar das duas daria origem ao que Hermínio Martins definiu como «coeficiente óptimo de terror»<sup>297</sup>. De facto, não foi apenas a repressão directa sobre os presos políticos que justificou o tolher dos movimentos da grande maioria da população (o que não invalida a existência de movimentos sociais, reivindicativos, resistências possíveis de identificar durante os 48 anos da ditadura portuguesa), mas antes uma gestão racional do medo ao nível do quotidiano, e para o qual concorria não apenas o aparelho repressivo, mas o que Althusser definiu como «aparelhos ideológicos do Estado», ou seja, a igreja, os sindicatos, a escola, a par de um controlo da informação através do recurso à censura<sup>298</sup>. Como pode ler-se numa edição da Associação de Ex-Presos Políticos Antifascistas,

«(...) ia-se desenvolvendo em muitos antifascistas sinceros a ideia de que a PIDE tinha poderes e possibilidades vastíssimos; que estava em todo o lado, sabia tudo e, na fábrica, no escritório ou no café, havia sempre um pide ou um bufo a espiar-nos a conversa. O regime fascista estava interessado nesta imagem de terror da sua polícia»<sup>299</sup>.

Nas palavras da antiga funcionária do PCP Maria Machado:

*(...) as pessoas não diziam nada porque sabiam que lhes acontecia um mal qualquer, quer dizer, mesmo não sabendo concretamente da PIDE e como é que agia, como é que fazia, eu acho que havia um medo na população...*

Nas entrevistas já citadas, António Ferro em determinado momento questiona Salazar sobre os maus-tratos e espancamentos a que alguns presos políticos estariam a ser sujeitos. O ditador português não se escusa de responder, afirmando que a maioria

---

<sup>296</sup> ROSAS, Fernando, *Ob. Cit.*, p. 26.

<sup>297</sup> MARTINS, Hermínio, *Classe, Status e Poder*, Lisboa, ICS, 2006, p. 45.

<sup>298</sup> O filósofo francês faz a distinção entre aparelho repressivo do Estado e o aparelho ideológico do Estado. Segundo ele, se existe apenas um aparelho repressivo de Estado, existe uma pluralidade de aparelhos ideológicos, no qual engloba a Igreja, a escola, a família, o sistema jurídico, os partidos políticos, os sindicatos, a comunicação social e as várias manifestações culturais. Embora o aparelho repressivo de Estado pertença ao domínio público, e os aparelhos ideológicos ao domínio do privado, a diferença fundamental reside no facto de o aparelho repressivo funcionar pela “violência”, enquanto que os aparelhos ideológicos pela “ideologia”, sendo que esta é, na sua essência, a ideologia da classe dominante. Cf. ALTHUSSER, Louis, *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*, Lisboa, Editorial Presença, pp. 41-51.

<sup>299</sup> AEPPA, *Elementos para a história da PIDE*, s. e., s.d., p. 4.



das acusações era falsa, com vista a tirar efeitos políticos, e as que se verificaram como verdadeiras teriam motivado alterações nos quadros da polícia política. Seraficamente conclui:

«Quero informá-lo, no entanto, de que se chegou à conclusão de que os presos maltratados eram sempre, ou quase sempre, temíveis bombistas que se recusavam a confessar, apesar de todas as habilidades da polícia, onde tinham escondidas as suas armas criminosas e mortais. Só depois de empregar esses meios violentos é que eles se decidiam a dizer a verdade. E eu pergunto a mim próprio, continuando a reprimir tais abusos, se a vida de algumas crianças e de algumas pessoas indefesas não vale bem, não justifica largamente, meia dúzia de safanões a tempo nessas criaturas sinistras»<sup>300</sup>.

A resposta de Salazar ilustra claramente o carácter pragmático com que era considerado o recurso à violência. O interesse superior da nação tudo justificava (*Tudo pela Nação, nada contra a Nação*), mesmo se à partida se tivesse de recorrer a métodos condenáveis. O momento histórico, a necessidade de combater o que Salazar num discurso de 1934 definiu como «a grande heresia da nossa idade» (comunismo), justificava o recurso a tais práticas menos louváveis. Citando uma vez mais Fernando Rosas,

«Só a *força* podia operar a ‘limpeza’ sobre que se ergueriam os ‘novos’ Estados. (...). O que distinguia a violência fascista ou protofascista era o ser potencial e teoricamente irrestrita, exercida em nome de uma suprema razão nacional, racial ou providencial face à qual não havia razão legítima»<sup>301</sup>.

A tortura sempre existiu. O recurso à tortura como método judicial só viria a ser abolido praticamente em todos os países da Europa Ocidental no primeiro quartel do século XIX, justificando as palavras do escritor francês Vitor Hugo em 1874: «A tortura cessou de existir»<sup>302</sup>. Todavia, nos impérios coloniais nunca foi verdadeiramente abolida, e apesar de ausente da maioria dos códigos penais e considerada como prática aberrante, após a I Guerra Mundial voltou a ser um método privilegiado de interrogatório. Para alguns autores, o reaparecimento da tortura no século XX está

<sup>300</sup> FERRO, António, *Ob. Cit.*, p. 54.

<sup>301</sup> ROSAS, Fernando, *Ob. Cit.*, p. 22.

<sup>302</sup> PETERS, Edward, *História da Tortura*, Lisboa, Teorema, s.d. [1994] [1985], p. 12.

intimamente relacionado com o advento do estado totalitário, assim como a necessidade de, em condições de guerra, obter informações o mais rapidamente possível tendo em vista o interesse do estado. Poucos anos após o fim da II Guerra Mundial, a 10 de Dezembro de 1948, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas aprovou a Declaração Universal dos Direitos do Homem, cujo artº 5 declarava que «Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante». No artigo 1 da Declaração contra a Tortura adoptada pela ONU em 9 de Dezembro de 1975 tortura é definida como:

«...todo o acto pelo qual são deliberadamente infligidos a uma pessoa, por agentes da função pública ou instigados por eles, uma dor ou sofrimento agudos, físicos ou mentais, com as finalidades, nomeadamente, de obter dela ou de uma terceira pessoa, informações ou confissões, de a punir por um acto que ela cometeu ou que é suspeita de ter cometido, de a intimidar ou de intimidar outras pessoas».

Segundo Françoise Sironi, os métodos de tortura aplicados pelos estados ditatoriais<sup>303</sup> são em tudo semelhantes entre si, por mais diferentes que sejam os contextos históricos, culturais ou geográficos<sup>304</sup>, devido à cooperação que se estabelece entre os países que praticam a tortura de modo sistemático. Também a PVDE, futura PIDE, estabeleceu relações com as polícias de diferentes estados totalitários, embora a memória anti-fascista tenha sobretudo valorizado as relações com a Gestapo alemã, em detrimento das demais<sup>305</sup>. A PIDE começou a «aperfeiçoar» os seus «métodos de investigação» a partir de meados da década de 50, para o que terá contribuído os contactos com a agência norte-americana CIA, que podem ser confirmados através de documentação existente no arquivo da PIDE/DGS<sup>306</sup>. Assim, é possível saber que em

---

<sup>303</sup> E não só, basta pensar nas práticas de tortura aplicadas pelas tropas francesas durante a guerra da Argélia, sendo de destacar o trabalho de Raphaëlle Branche, *La Torture et l'armée pendant la guerre d'Algérie, 1954-1962*, Paris, Gallimard, 2001.

<sup>304</sup> Cf. SIRONI, Françoise e BRANCHE, Raphaëlle, «La torture aux frontières de l'human», *Revue internationale des sciences sociales*, 2002/4 n° 174, p. 591-600. <http://www.cairn.info/revue-internationale-des-sciences-sociales-2002-4-page-591.htm>

<sup>305</sup> Como refere Maria da Conceição Ribeiro, «A ideia de que a PVDE teria sido decisivamente influenciada pela sua congénere hitleriana encontra-se amplamente difundida desde muito cedo. (...). Referências que, em geral, revelam muito mais de uma convicção profundamente enraizada do que uma investigação aturada e que, como tal, funcionam sobretudo como argumento político para postular uma identidade essencial entre o «nazi-fascismo» e o Estado Novo, e não tanto como realidade solidamente documentada.» RIBEIRO, Maria da Conceição, *A Polícia Política no Estado Novo. 1926-1957*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000, pp. 146-147.

<sup>306</sup> ANTT, Arq. PIDE/DGS, NP 9100, pt 5.

1957 agentes da PIDE foram assistir a cursos de treino ministrados pela CIA. Foi tornado público na internet um relatório da agência norte-americana datado de 1963, o *Kubark Counterintelligence interrogation*, o qual incluía um capítulo sobre «The coercive counterintelligence interrogation of resistant sources», no qual é possível identificar alguns dos métodos que a PIDE também adoptou, o que demonstra a assertividade da teoria avançada por Françoise Sironi, entre os quais destacamos a privação de estímulos sensoriais, o recurso às ameaças, o medo, a debilitação e a dor. Como assinala Irene Pimentel:

«para debilitar o detido, sugeria-se o impedimento de dormir e o fornecimento de refeições de forma irregular, de modo a desorientar o interrogado e aniquilar a sua vontade de resistir. Quanto à dor, infligida do exterior, era por vezes contraproducente, pois podia intensificar a vontade de resistência do detido e, por isso, aconselhava-se a optar por um tipo de sofrimento que parecia ser aplicado pelo próprio preso»<sup>307</sup>.

Apesar das chamadas de atenção quanto ao uso da força, o recurso aos espancamentos nunca cessou nos 48 anos de ditadura, embora fosse sobretudo aplicado aos elementos das classes subalternizadas ou então sobre os funcionários clandestinos. Nas palavras de Hermínio Martins, «a severidade do tratamento era proporcional à posição social e à ideologia (os operários comunistas eram tratados da pior maneira), mas, quanto a isto, houve nos últimos anos do regime uma aparente igualização»<sup>308 309</sup>.

Todavia, e tal como mencionado no *Kubark*, o recurso à violência física podia ter o efeito contrário ao pretendido. Foram-nos narradas várias situações onde funcionários clandestinos (homens), vítimas de espancamentos, ripostaram também eles contra os agentes da PIDE, num duelo de forças do qual, embora se reconhecesse o resultado final - nem que fosse apenas pela diferença numérica que caracterizava as sessões de tortura, onde por hábito estavam presentes vários agentes - o preso

---

<sup>307</sup> PIMENTEL, Irene, *Ob. Cit.*, p. 109-110.

<sup>308</sup> MARTINS, Hermínio, *Ob. Cit.*, p. 43.

<sup>309</sup> Segundo Alfredo Matos, militante comunista e candidato pela CDE pelo distrito de Setúbal às eleições de 1973, que quando interrogado na PIDE, o agente ao saber que o vencimento era superior ao seu, redobrou ainda mais a violência física. Como refere Pitt-Rivers, uma afronta física pressupõe uma afronta à honra. Alfredo Matos, pela sua actuação, quebrara os códigos sociais segundo os quais a PIDE se regia. Não era um operário que se rebelava, era alguém que, pelo seu salário, não possuía as «motivações objectivas» para se rebelar e que o fizera no entanto. Ao fazê-lo, ofendeu a honra (e os valores) pelos quais o agente da PIDE se regia e, como tal, acirrou ainda mais a violência sobre si. Depoimento recolhido para a CMB. Alfredo Matos é irmão da funcionária clandestina Conceição Matos.

conseguia, também pela força, afirmar a sua identidade, em última instância, *limpar a sua honra* de comunista. De salientar ainda que esta atitude de desafio estava também presente nas sessões de fotografia. No filme de Susana Sousa Dias, 48, António Dias Lourenço e Domingos Abrantes falam dessa atitude de desafio, de olharem olhos nos olhos os seus carrascos e de se recusarem a adoptar uma postura de derrotados. Que, aliás, não estavam (ou não se sentiam), porque o *colectivo partidário* continuava a existir fora das grades da prisão.

Apesar de os espancamentos terem sido constantes, a partir de 1945 estes terão sido em parte substituídos pela *tortura da estátua*, a qual consistia em ficar de pé, por várias horas ou dias, por vezes voltado para a parede sem a tocar e de abraços abertos, em posição de Cristo. Este método obedecia às directrizes da CIA de que a dor deveria parecer ser infligida pelo próprio preso, pelo corpo que este deixava a partir de então de controlar. Como escreveu o psicanalista brasileiro Hélio Pellegrino:

«...a tortura busca, à custa do sofrimento corporal insuportável, introduzir uma cunha que leve à cisão entre o corpo e a mente. E, mais do que isto: ela procura, a todo o preço, semear a discórdia e a guerra entre o corpo e a mente. Através da tortura, o corpo torna-se nosso inimigo e nos persegue. (...). Na tortura, o corpo volta-se contra nós, exigindo que falemos»<sup>310</sup>.

Em última instância, a «tortura da estátua» pressupunha a colaboração do próprio preso. Álvaro Cunhal entendeu-o bem, alertando que deveriam os presos recusar-se a fazê-la. Nas palavras do próprio, «...senta-te no chão e arrosta com as pancadas que podem vir. A «estátua» far-te-ia inchar os pés e as pernas e esgotaria rapidamente a tua resistência física; mas além disso, sujeitares-te à «estátua» seria dares a tua colaboração à polícia para te torturar e portanto diminuíres a tua firmeza»<sup>311</sup>. A posição de Álvaro Cunhal relativamente à «tortura do sono» será diversa, alertando sobretudo para as consequências físicas:

«Devido à falta de repouso (às vezes 100, 200 e mais horas sem dormir), o preso sofre grande abalo nervoso, sente vertigens, mau-estar e por vezes delira, vendo objectos que não existem, julgando que está noutro sítio, etc. (...) Não te deixes

---

<sup>310</sup> Cit in Arquidiocese de São Paulo, «Tortura», *Brasil: nunca mais*, Tomo V, vol. 1, 1985.

<sup>311</sup> CUNHAL, Álvaro, *Ob. Cit.*, p. 595.

dominar pelo terror. Não te assustes se delirares, pois isso é um efeito passageiro da fadiga»<sup>312</sup>.

A «tortura da estátua» acabaria por ser abandonada em detrimento da «tortura do sono», já que, e como vimos, o preso tinha orientações para recusar-se a fazer a «tortura da estátua». Por outro lado, a «tortura do sono» permitia ao preso «aguentar» por mais tempo o suplício a que estava a ser sujeito, havendo relatos de presos terem estado mais de duas semanas submetidos à «tortura do sono». Outro método a que a PIDE recorria desde sempre era ao isolamento, a incomunicabilidade, que Álvaro Cunhal viria a adjectivar como «uma dura prova para os camaradas presos», já que arrasava os nervos e os conduzia ao pânico. No manual norte-americano já citado, a CIA aconselhava ao «isolamento prolongado» o qual, combinado com «estímulos calculados durante o interrogatório», poderia fazer encarar o interrogador «como uma figura paternal», quebrando a sua resistência e levando à delação. Segundo Foucault, «o isolamento dos condenados garante que se possa exercer sobre eles, com o máximo de intensidade, um poder que não será abalado por nenhuma outra influência; a solidão é a condição primeira da submissão total»<sup>313</sup>. A incomunicabilidade poderia durar até 6 meses, com o preso em isolamento total, sem contacto com os outros presos, sem direito a visitas, sem acesso a livros e a jornais. Ou seja, era cortada toda e qualquer ligação com o exterior, sobretudo a ligação com o grupo de pertença, vivendo o preso em estado de ansiedade permanente. Álvaro Cunhal aconselhava:

«Para vencer a ansiedade e o aborrecimento é bom procurar inventar passatempos, mesmo infantis, que contribuam para tornar menos pesado e longo o tempo de isolamento. Uns cantam baixinho, outros fabricam bonecos com miolo de pão ou letras que deixam secar para com elas se entreterem a escrever frases em cima da manta, etc.»

Sofia Ferreira relembrava assim o período vivido em isolamento:

*(...) começa logo a nossa tortura aí, que é estar dentro de uma cela fechada, ouvir uma camarada ou um preso a gritar, estar aflito (...) e a gente não poder fazer nada...isso evidentemente, isso é logo uma forma de estarmos nervosos e tensos, que estamos*

---

<sup>312</sup> Idem.

<sup>313</sup> Cit. in NOGUEIRA, Cristina Alexandra Marques, *De Militantes a Clandestinos: Práticas e Processos de Formação na Clandestinidade Comunista (1940/74)*, p. 359 (policopiado).

*sempre não é, à espera sempre dos interrogatórios, e como é que vai correr e como é que não vai correr, isso assim.*

Conceição Matos, referindo-se aos 17 dias em que esteve em isolamento à espera de ser chamada para ir a interrogatório:

*É um período muito difícil. A pessoa está ali isolada a ouvir passar as carrinhas, à espera, é agora, é logo, quando será? Eu tinha de lá ir e até desejava que fosse o mais depressa possível, para saber o que se iria passar.*

Outro método a que a PIDE recorria com frequência, para além das ameaças pessoas e familiares, era a calúnia, sobretudo relativamente ao comportamento de outros militantes, aludindo de que estes já teriam «falado», na tentativa clara de desorientar o preso e de vincar ainda mais o seu isolamento, sendo também método comumente utilizado com as mulheres, muito concretamente com as clandestinas que co-habitassem com outro homem que não o marido. Como descreve Álvaro Cunhal no folheto citado:

«Um processo muito usado pela polícia para abater o moral do camarada preso é caluniar o Partido, os camaradas mais responsáveis ou aqueles que a polícia sabe merecerem a consideração do camarada preso. Inventa histórias sobre a vida pessoal dos dirigentes do Partido ou dos camaradas responsáveis do sector a que pertence o preso, diz que vivem sem lhes faltar nada, acusa-os de ladrões e aventureiros (...) A polícia procura assim levar o camarada a uma tal posição de desespero, de desânimo, de descrença no Partido e nos camaradas, que o leve a soçobrar e a entrar no caminho da traição».

No pós-25 de Abril, foi criado em Portugal um Grupo de Estudo da Tortura, constituído por médicos e psicólogos ligados à Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, o qual realizou um estudo com uma amostra constituída por 50 ex-presos políticos, detidos em Caxias entre 1966 e 1974. As conclusões desse estudo foram posteriormente publicadas no livro da autoria do psiquiatra Afonso de Albuquerque<sup>314</sup>, onde revelou as seguintes causas para as perturbações que os ex-presos políticos sofriam: o isolamento e a despersonalização (50%), a privação do sono (96%), os espancamentos (46%), a estatura (38%), os insultos e chantagens (30%), as variações de temperatura (8%), o uso de altifalantes com gravações (8%), os choques eléctricos

---

<sup>314</sup> ALBUQUERQUE, Afonso, *Stress – Causas, Prevenção e Controlo – um guia prático*, Informação e Saúde, Texto Editora, Lisboa, 1987.

(4%). De acrescentar que um antigo advogado de presos políticos, Macaísta Malheiros, referiu que desde 1969 a PIDE/DGS passara a fazer uso de drogas aquando dos interrogatórios<sup>315</sup>. Ainda segundo Afonso de Albuquerque, o objectivo principal da PIDE não era fazer «falar» o preso, mas sim a destruição da sua personalidade, bem como a criação de um clima de terror em todo o país através dos relatos que circulavam sobre as torturas a que os presos eram sujeitos. Para Françoise Sironi, o recurso à tortura pelos estados totalitários tem como finalidade máxima, não «fazer falar» como se crê à partida, mas antes «fazer calar», unindo sob o mesmo silêncio torturados e torturadores. Como a própria refere, «un grand nombre d'arguments le démontrent: préparation «d'aveux» à l'avance par les systèmes tortionnaires, faux renseignements prévus par les opposants en cas d'arrestation, confusion extrême engendrée par la torture rendant peu fiable les renseignements»<sup>316</sup>. Segundo Sironi, a função dos sistemas torcionários é, em última instância, produzir a deculturação e desfiliação da pessoa aos seus grupos de pertença:

«Déculturation, car à travers une personne singulière que l'on torture, c'est en fait son groupe d'appartenance que l'on veut atteindre (...) On attaque la part collective de l'individu, celle qui le rattache à un groupe désigné comme cible par l'agresseur, en désinquant l'articulation entre le singulier et le collectif. Quand le processus a atteint son objectif, l'individu que l'on a torturé devient toujours un sujet isolé un sujet qui se met à part au sein des groupes d'appartenance»<sup>317</sup>.

### 3.1.1. Honra e vergonha, ou alegria do dever cumprido

É num tom quase profético que Álvaro Cunhal inicia a escrita da brochura que viria a revelar-se determinante para a conduta de muitos militantes comunistas aquando do momento da prisão.

«*Se fores preso, camarada, cairá sobre ti uma grande responsabilidade. Terás de continuar defendendo o teu Partido, os teus camaradas, o teu ideal, mas em condições muito diferentes, pois que te encontrarás isolado nas mãos do inimigo,*

---

<sup>315</sup> Cf. PIMENTEL, Irene, *A História da PIDE*, Lisboa, Temas e Debates, 2007, pp. 360-361.

<sup>316</sup> Cf. SIRONI, Françoise e BRANCHE, Raphaëlle, *Ob. Cit.*, p. 591.

<sup>317</sup> SIRONI, Françoise, *Comment devient-on un bourreau? Les mécanismes de destruction de l'autre*, 2001. <http://www.ethnopsychiatrie.net/actu/collegedeF.htm>

sujeito aos seus insultos e às suas violências. Se fores preso, camarada, encontrar-te-ás em circunstâncias tão duras como nunca talvez tenhas atravessado»<sup>318</sup>.

A detenção ocorria principalmente na calada da noite, ou de madrugada, de modo a evitar a existência de testemunhas, mas também para fazer uso do efeito de surpresa e choque, inviabilizando qualquer tipo de resistência. Caso a prisão ocorresse durante o dia, na via pública, deveria o preso tentar avisar os transeuntes, gritar o seu nome e dizer que o levavam preso, afirmando muitas vezes a condição de comunista, de modo a não apenas denunciar a acção repressiva do regime, mas também garantir que a família e o partido tivessem conhecimento da sua prisão. Era então levado para a sede da PIDE, na António Maria Cardoso, ou directamente para Caxias, onde tinha início o processo de despersonalização, mediante a apreensão de todos os objectos pessoais, como sejam os óculos, relógio e atacadores. No caso dos homens, procedia-se também ao corte do cabelo, barba ou bigode e de seguida à identificação, tirar das impressões digitais e das fotografias, de lado, perfilado e de frente. No período que mediava o momento da prisão dos interrogatórios o preso poderia ser colocado numa cela com outros detidos ou, mais frequentemente, ser colocado em regime de incomunicabilidade, num período de tempo variável. É, portanto, todo um ritual de passagem a que o militante é sujeito. Como assinala Paula Godinho,

«O rito de passagem, marcado pela transição entre estádios, opera uma transformação essencial na vida dos neófitos, tornando-os pessoas distintas depois do período vivencial intenso e arredado da rede social protectora. A expressão que serve para designar o militante que já passara pelos calabouços da polícia política, ‘estar queimado’, indicia a passagem pela prova de fogo que, ainda que não controlada pelo grupo, confere ao indivíduo um novo lugar»<sup>319</sup>.

O primeiro interrogatório viria a revelar-se de extrema importância, tanto para o prisioneiro como para o interrogador. Segundo Pacheco Pereira, o *Se fores preso, camarada*, mais do que um texto sobre a traição é, na sua essência, um texto sobre abjuração, sendo a abjuração aos ideais comunistas que conduziriam à traição propriamente dita<sup>320</sup>. Fernando Gouveia nas suas memórias revela que no momento do interrogatório tinha de ser «um pouco psicólogo», analisando o comportamento e as

<sup>318</sup> CUNHAL, Álvaro, *Ob. Cit.*, p. 591.

<sup>319</sup> GODINHO, Paula, *Memórias da Resistência Rural no Sul. Couço (1958-1962)*, p. 268.

<sup>320</sup> Cf. PEREIRA, José Pacheco, *Ob. Cit.*, p. 688.



próprias diferenças no tom de voz, procurando com isso pequenas brechas que pudessem conduzir o preso à traição<sup>321</sup>. Álvaro Cunhal estava também consciente da importância do primeiro interrogatório, e do que este podia vir a revelar da personalidade do preso e do que poderia vir a influenciar nos interrogatórios futuros:

«É duma grande importância o primeiro interrogatório. Ele muitas vezes decide do comportamento dos militantes e da sua defesa. (...) O primeiro interrogatório é a primeira grande medição de forças entre o comunista preso e a polícia fascista. (...) Por isso não confirmes nunca o que a polícia deseja saber, pois fazer confirmações é entrar no caminho da cedência e da traição».

Embora o dever de qualquer preso fosse não prestar quaisquer declarações à PIDE, o comportamento a adoptar variava consoante a própria condição do militante. Assim, caso de tratasse de um funcionário já identificado, este deveria, assumindo a sua condição de comunista, recusar-se a prestar declaração, «não abrindo sequer a boca».

*Os camaradas diziam: «- A nossa postura é não, não, não!» (...) Porque quanto mais explicações a gente dava, pior era, não é? Portanto, nós íamos presos e fechávamos a boca. Acabou. Houvesse o que houvesse. Era essa a formação que o Partido nos dava (Teodósia Gregório).*

Caso se tratasse de um militante do qual a polícia apenas suspeitava desenvolver actividade política, poderia este negar a condição de militante comunista, e procurar elaborar uma «justificação aceitável» para determinado acontecimento. Mas, e como sublinha Álvaro Cunhal, «é sempre mau inventar ‘grandes histórias’». E conclui: «Se fores preso, camarada, e se for conveniente dar explicação sobre alguns factos, não inventes grandes histórias, fala pouco e defende-te antes dizendo que não sabes, que não te lembras e não saias disto». As sanções aplicadas pelo PCP a quem tivesse «falado» variavam consoante o grau de responsabilidade do militante e as consequências que tinham advindo para a organização partidária. Como refere Cristina Nogueira:

«A traição, entendida como a não fidelidade ao grupo e à estrutura partidária assumiam um carácter gradativo, não absoluto. As sanções eram diferentes dependendo do grau de danos causados, da responsabilidade daquele que traía e em função da prestação de declarações ou apenas da sua confirmação. Contar à polícia

---

<sup>321</sup> GOUVEIA, Fernando, *Ob. Cit*, p. 440 e seguintes.

aquilo que ela ainda não sabia, mesmo sob o efeito da tortura, era punido com a pena máxima, a expulsão, enquanto que a confirmação de factos do conhecimento da polícia era punido com a suspensão. Depois de suspensos ou mesmo expulsos, os militantes podiam ser recuperados depois de observada a sua conduta e de terem feito a autocrítica»<sup>322</sup>.

O fantasma da prisão que ensombrava todos os militantes colocava-os a todos perante duas opções: resistir à tortura e não falar ou não resistir e denunciar outros militantes. O medo maior era por isso de si próprio, da traição que o próprio corpo podia causar.

«'Falar' é o desespero para um comunista preso, é a sua entrega ao inimigo, é a rendição, é cair de joelhos. 'Falar' é pior do que morrer. Por isso eu não tinha medo que me torturassem fisicamente. Tinha mas era medo de 'falar'»<sup>323</sup>.

Miguel Cardina refere que determinadas organizações da extrema-esquerda, embora tivessem adoptado o modelo de comportamento apresentado no *Se fores preso, camarada*, criticavam o facto de o PCP abordar a questão do porte na cadeia do ponto de vista da honradez e lealdade, em vez de a analisar inserida no contexto da luta de classes<sup>324</sup>. Como refere Pitt-Rivers, a honra é variável de uma classe para outra, e o valor de um indivíduo não é o mesmo para os diferentes grupos ou classes sociais.<sup>325</sup> Esta questão remete de imediato para o que Álvaro Cunhal definiu como a «superioridade moral dos comunistas», esta inspirada no marxismo-leninismo e formada na prática revolucionária. Como escrevia o autor em Janeiro de 1974:

«Ainda hoje há dezenas de países (...) onde ser comunista significa ser perseguido, preso, torturado, condenado a elevadas penas, em muitos casos executado ou assassinado. Para viver e lutar longos anos na clandestinidade, sofrendo privações de toda a espécie e defrontando o perigo hora a hora, é indispensável uma robusta formação moral. (...). Quando, sendo preso, o militante suporta as torturas mais

<sup>322</sup> NOGUEIRA, Cristina, *Ob. Cit.*, p. 342.

<sup>323</sup> RICARDO, José, *Romanceiro do Povo Miúdo*, Lisboa, Ed. «Avante!», 1991, p. 113.

<sup>324</sup> CARDINA, Miguel, «Política, Punição e Silenciamento nas oposições radicais ao Estado Novo», *O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento dos CES/FEUC/FLUC*, n.º 4, 2010, p. 8. (<http://cabodosttrabalhos/ces.uc.pt/n4/ensaios.php>).

<sup>325</sup> PITT-RIVERS, Julian, *Ob. Cit.*, pp. 13-14.

bestiais, demonstra que, se a resistência física tem um limite que é a morte, a resistência moral do comunista, essa nada pode vencê-la»<sup>326</sup>.

Sozinho na cela, sozinho da sala do 3º andar da António Maria Cardoso, o preso tem apenas como companhia a própria consciência. Como sublinha Pacheco Pereira, «Cunhal percebeu que a questão do comportamento face à polícia era, em primeiro lugar, uma questão moral individual e só depois a de uma fidelidade organizacional»<sup>327</sup>. Todavia, e embora sabendo-o, sabia também da necessidade de reforçar os laços com o partido, «enquanto tu na prisão lutas em defesa do Partido, lá fora a luta continua!», insistindo sempre em valores como a honradez, a dignidade, a fidelidade, a firmeza de carácter, valores caros à sociedade mediterrânica e que, em última instância, traduziam a honra colectiva do PCP, pois, e como bem refere Pitt-Rivers, «Os grupos possuem uma honra colectiva de que os seus membros participam, a conduta desonrosa de um reflecte-se na honra de todos, a honra do grupo é partilhada pelos membros individuais»<sup>328</sup>. A prisão era por isso a oportunidade de provar *...perante o teu Partido, perante os teus camaradas, perante aqueles que em ti confiam, e perante ti próprio, que és na verdade um comunista, capaz de te maneres firme e fiel aos teus ideais nas mais difíceis situações*. Como viria a descrever José Ricardo, «estou outra vez junto da minha mulher e dos meus camaradas. Vou procurar os meus amigos e falo com os meus camaradas de olhos nos olhos. Sim, de olhos nos olhos. O mais importante de tudo é não ter de baixar os olhos diante deles»<sup>329</sup>.

No decurso de um anterior trabalho com antigos militantes comunistas no Barreiro<sup>330</sup>, verificámos que a questão do porte adoptado na cadeia continua a ser, décadas depois, a pedra de toque subjacente ao tipo de relacionamento adoptado por muitos dos que tivemos ocasião de entrevistar. A retaliação, embora não assumida publicamente, continua hoje a ser praticada, seja pelo corte de relações formal, seja através do denegrir da imagem que o militante verbaliza sobre si próprio. Entretanto, seja no trabalho com militantes comunistas do Barreiro, seja no trabalho realizado junto das funcionárias clandestinas, os discursos relativos à experiência da prisão e da tortura,

---

<sup>326</sup> CUNHAL, Álvaro, *A superioridade moral dos comunistas*, Problemas da Paz e do Socialismo, nº 1, Janeiro de 1974 [Ed. «Avante!», Outubro 1974]

<sup>327</sup> PEREIRA, José Pacheco, *Ob. Cit.*, p. 691.

<sup>328</sup> PITT-Rivers, *Ob. Cit.*, p. 25.

<sup>329</sup> RICARDO, José, *Ob. Cit.*, p. 103.

<sup>330</sup> Recolha de testemunhos diversos com vista a integrar o Fundo de História Oral (FHORAL) da Câmara Municipal do Barreiro.

continuam a ser dotados de uma forte carga emocional. Nunca nos deparámos com ninguém que se recusasse terminantemente a falar sobre o assunto, apesar da forte comoção que o recordar possa causar. Recordamo-nos de uma antiga clandestina que, quando interpelada, olhando para o vazio, nos narrou que até hoje não sabia o que falara quando começara a sofrer de alucinações, porque até ao momento não tivera a «coragem» para ir consultar o seu processo individual. Vários outros militantes nos contaram os métodos de tortura a que foram submetidos e depois de imediato se calaram, ou ainda o facto de muitas mulheres continuarem até hoje a não conseguir verbalizar as agressões verbais que lhes eram dirigidas. As repercussões da tortura a que muitos militantes foram submetidos fazem-se por isso sentir até hoje, seja a nível físico seja a nível psicológico.

## Conclusão: O direito à memória e ao reconhecimento

*Então quando nós viemos, o meu filho estava muito preocupado, muito nervoso, porque toda a gente aparecia menos os pais, pensou que os pais tinham morrido. Sines levantou-se em peso, foram-nos esperar a Santiago do Cacém, e quando chegámos a Sines, estava a banda de música com uma série de povo. Levaram o Américo aos ombros para a praça da vila mas a mim, exceptuando a minha família, ninguém me ligou, porque o Américo é que era o herói (Cisaltina Maria Santos).*

Quando nos propusemos realizar esta investigação tínhamos como objectivo primordial resgatar as vozes daquelas mulheres que, com um imenso sacrifício pessoal, abandonaram as suas terras, as suas casas, a sua família, para mergulhar na clandestinidade. Muitas fizeram-no para acompanhar o marido ou companheiro na decisão que era dele, sem terem uma noção clara das consequências que esta opção implicava. Outras, com uma consciência política forjada nas lutas dos assalariados agrícolas do sul ou da cintura industrial de Lisboa, e por último, aquelas onde o *mergulho* surge como corolário inevitável de um percurso individual há muito encetado. Todavia, para todas elas, os riscos que essa decisão comportava foram em tudo semelhantes, e em nada se distinguiram daqueles a que os funcionários homens se sujeitavam. Também para elas a prisão e a tortura estavam no horizonte, como a hipótese mais provável de ocorrer, mais dia, menos dia. A característica principal que distingue a sua participação da dos homens é que, na maior parte dos casos – sendo que existiram excepções, sobretudo ao nível das mulheres com maior formação – estes partiam de uma politização prévia maior<sup>331</sup>.

O espaço temporal que medeia entre as entrevistas efectuadas e a escrita etnográfica propriamente dita, conduziu-nos à reflexão de que às narrativas das mulheres, dever-se-ia ter somado discursos masculinos. Todavia, todos os caminhos implicam opções e esta foi a que fizemos à época e, tal como escreveu António Machado, «Al andar se hace el camino, y al volver la vista atrás se ve la senda que nunca se ha de volver a pisar». O resultado seria com certo diferente, mas a opção

---

<sup>331</sup> CABRERO BLANCO, Claudia, «El PCE y las mujeres. La actitud del partido respecto a la militancia femenina durante el primer franquismo», *Historia del PCE. I Congreso. 1920-1977*, I vol, FIM, 2007, p. 431.

tomada faz transparecer, também ela, a vontade de trazer para a visibilidade da História aquelas que em nosso entender andaram durante tanto tempo arredadas<sup>332</sup>.

O comunismo sempre incluiu a emancipação da mulher na sua teoria de transformação social. A subordinação feminina é considerada como sendo de origem económica, dependente das relações de produção, a qual desapareceria com o advento do socialismo. Embora a questão feminina tenha estado desde sempre presente na teorização feita pelo PCP, a valorização das questões de classe em detrimento das questões de género contribuiu para a invisibilidade da mulher enquanto sujeito político. Esta situação iria sofrer uma alteração com a participação massiva das mulheres nas greves, manifestações e marchas da fome que varreram o país durante os primeiros anos da década de 40 do século XX. Curiosamente, a ocupação do espaço público e a contestação frontal ao regime por elas assumida, surge directamente relacionada com o papel de género que lhes era atribuído pelo salazarismo, ou seja como garantes da subsistência do grupo familiar.

A participação das mulheres nos movimentos sociais então verificados, a par da passagem de muitas delas para a clandestinidade, tornou ainda mais premente a discussão em torno das questões femininas, do seu papel na resistência à ditadura e no interior da organização. Todavia, o que se verifica é uma importante contradição entre o que a direcção preconizava e a prática discriminatória quotidiana, que as mantinha arredadas das tarefas de organização e dos cargos de maior responsabilidade, relegando-as maioritariamente para as tarefas de defesa e vigilância da casa, ou de apoio técnico ao trabalho desenvolvido pelo funcionário.

É conveniente ressaltar que esta situação não é exclusiva da clandestinidade comunista portuguesa, antes pode ser observada nos demais partidos comunistas europeus e nas diferentes organizações de resistência da América Latina<sup>333</sup>, desvalorização que não se circunscreveu à época nem à organização política em causa, antes se prolongou no tratamento historiográfico até ao presente, onde muitas das vezes se tende a valorizar questões do âmbito da *petite histoire*, em detrimento do contributo dado pela actuação das mesmas. Duplamente oprimidas pelo regime, na sua condição de mulheres e na sua condição de resistentes, tende-se a considerar os seus desempenhos

---

<sup>332</sup> PERROT, Michelle, *Uma História das Mulheres*, Porto, ASA Editores, 2007.

<sup>333</sup> ANDREAS, Carol, *When Women Rebel. The Rise of Popular Feminism in Peru*, Connecticut, Lawrence Hill & Company, 1985.

como meras tarefas auxiliares, complementares à actuação dos funcionários clandestinos. E, todavia, através da sua *performance*, as clandestinas conseguiram furtar-se ao destino a que o Estado Novo as pretendia sujeitar, o que aliás será reconhecido pela polícia política quando, a partir da década de 60, aplica às mulheres os mesmos métodos de tortura que aplicava aos homens. É também no 3º andar da Rua António Maria Cardoso, *lugar onde não entrava a lei, nem sequer a lei fascista*, que as mulheres *conquistam*, por direito próprio, o estatuto de resistentes em pé de igualdade com os homens.

Embora muitas delas reconheçam a subestimação a que foram sujeitas por parte da organização, com excepção de quem cortou com a organização ainda no tempo da ditadura, onde o percurso individual influi decisivamente na construção da memória e consequente narrativa, todas são unânimes em valorizar o seu contributo e, mais relevante ainda, em não pôr em causa a opção assumida em determinado momento da vida. Fizeram-no e voltariam a fazê-lo. Como concluiu Teodósia Gregório: *não foi brincadeira nenhuma! Mas fizemo-lo, ninguém nos obrigou, fizemo-lo porque quisemos que hoje os nossos jovens, apesar de tudo, não tivessem a vida que nós tivemos. [E] não têm, felizmente!*

A clandestinidade comunista resultou de uma interpretação da realidade feita por homens e mulheres que, mediante a construção de uma «fachada»<sup>334</sup>, encontraram a única forma possível de desenvolver a acção política que permitisse o derrube da ditadura. Fernando Rosas considera que existiram cinco factores principais que concorreram para a longa duração do Estado Novo: 1º a violência, que englobava duas modalidades, a saber, a violência preventiva e a violência repressiva; 2º o controlo político das Forças Armadas; 3º a cumplicidade política e ideológica da Igreja católica; 4º a organização corporativa e, em 5º lugar, o investimento totalitário no *homem novo* salazarista, de acordo com os valores da nova ordem<sup>335</sup>. Consideramos que a estes factores deve ser acrescentado um 6º, que remete para o exercício da censura. Face aos mecanismos de controlo social e de dominação criados pela ditadura, a clandestinidade comunista pode ser interpretada como uma consequência da mesma, já que desnecessária em condições de democracia. A clandestinidade comunista é, portanto, e

---

<sup>334</sup> GOFFMAN, Erving, *A Apresentação do eu na vida de todos os dias*, Lisboa, Relógio d'Água, 1993, p. 34 e seguintes.

<sup>335</sup> ROSAS, Fernando, *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta-da-China, 2012, pp. 186-189.

antes do mais, um contrapoder à ditadura, e os funcionários clandestinos do PCP foram, de facto, *agentes criadores de futuro* que mediante a sua acção e resistência continuada, contribuíram para o seu fim.

A passagem à clandestinidade foi, para estas mulheres, um projecto de vida, mais ou menos consciente, sem hora marcada para terminar. A luta contra o fascismo assim o exigia. E elas assumiram-no por inteiro, por meses, anos, décadas, e cujo lastro permanece até hoje, num presente que, ou as desconhece, ou relativiza o seu contributo, numa avaliação tantas vezes superficial das tarefas por si desempenhadas. Não temos dúvidas em afirmar que sem o contributo destas mulheres, através da sua invisibilidade quotidiana, atrás das cortinas, mas também nas ruas, e tantas vezes na prisão, a organização clandestina do Partido Comunista Português não teria sobrevivido a quase cinco décadas de duração do fascismo português, como de facto aconteceu.



## **Fontes e Bibliografia**

### **Fontes orais:**

*Entrevista com Cisaltina Maria Santos* (por Maria Miguel Cardoso, Centro de Memórias do Museu do Trabalho Michel Giacometti, Setúbal)

*Entrevista com Conceição Matos* (Maio de 2009)

*Entrevista com Domicilia Correia da Costa* (Março de 2008)

*Entrevista com Elídia Rosa Caeiro* (Maio de 2009)

*Entrevista com Fernanda Alves Rodrigues* (Maio de 2009)

*Entrevista com Francisca Galado Caeiro* (Maio de 2009)

*Entrevista com Margarida Tengarrinha* (Janeiro de 2008)

*Entrevista com Maria Carvalho* (Novembro de 2007)

*Entrevista com Maria Machado* (Maio de 2009)

*Entrevista com Maria Lourença Cabecinha* (Outubro de 2009)

*Entrevista com Sofia Ferreira* (Maio de 2009)

*Entrevista com Teodósia Gregório* (Maio de 2009)

### **Fontes documentais:**

*3 Páginas para as Camaradas das Casas do Partido*

*A Voz das Camaradas*

*Avante!*

*O Militante*

*Legião Portuguesa*, Boletim de Informação (actividades comunistas) – Resoluções dos Congressos do PCP, Lisboa, Direcção dos Serviços Culturais da Junta Central, 1956.

### **Artigos e entrevistas publicados na Imprensa:**

ALMEIDA, São José, «Maria Alda Nogueira», *Público Magazine*, 30 de Julho de 1995.

IDEM, «Morreu Maria Alda Nogueira. Pelas mulheres e pelo Partido», *Público*, 6 de Março de 1998.

IDEM, «Cilinha, a criança que se fez mulher na clandestinidade», *Público*, 2 de Março de 2003.

IDEM, «Funcionária do PCP aos 13 anos de idade», *Público*, 3 de Março de 2003.

IDEM, «Escondida para simular o exame da 4ª classe», *Público*, 4 de Março de 2003.

IDEM, «Albertina Diogo. A história de uma companheira», *Público*, 6 de Março de 2004.

IDEM, «Como ‘membro’ do ‘PCP’ não pretende prestar quaisquer declarações», *Público*, 3 de Abril de 2004.

IDEM, «Conceição Matos. A memória incólume», *Público*, 5 de Março de 2005.

CRUZ, Valdemar, «O que a vida me ensinou. Margarida Tengarrinha», *Única*, 21 de Maio de 2005.

PIRES, Catarina, «Até amanhã Mãe», *Notícias Magazine*, 1 de Maio de 2005.

### **Bibliografia**

#### **Metodológica:**

BERTAUX, Daniel, *Los relatos de vida*, Barcelona, Ediciones Bellaterra, 2005 [1997].

BURGUESS, Robert G., *A Pesquisa de Terreno – Uma Introdução*, Oeiras, Celta Editora, 2001.

CARDINA, Miguel, «História Oral – Caminhos, Problemas e Potencialidades», *Usos da Memória e Práticas do Património* (coord. Paula Godinho), Lisboa, Colibri/IELT, 2012.

CUNHA, Olívia, «Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo», *Mana*, 10 (2), 2004, p. 294.

DELLA PORTA, Donatella, «Life Histories in the Analysis of Social Movement Activists», *Studying Collective Action*, (eds. Mario Diani, Ron Eyerman), Newbury Park/London, Sage, 1992, pp. 168-193.

IDEM, «Introduction: On individual motivations in underground political organizations», *International Social Movement Research – Social Movements and violence: Participation in underground organizations* (eds. Bert Klandermans, Donatella della Porta), vol. 4, Greenwich/London, Jai Press Inc, 1992, 3-28.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mário, *Social Movements – An introduction*, Massachusetts, Blackwell Publishers, s.d. [2001].

FERRAROTTI, Franco, «Sobre a autonomia do método biográfico», *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 9, 1991, pp. 171-177.

POIRIER, Jean; CLAPIER-VALLADON, Simone; RAYBAUT, Paul, *Histórias de Vida – Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Editora, 1999.

KLANDERMANS, Bert; STAGGENBORG, Suzanne (eds.), *Methods of Social Movement Research*, Minnesota, University of Minnesota Press, 2002.

### **Género – Abordagens teóricas:**

ALMEIDA, Miguel Vale de, *Senhores de Si*, Lisboa, Fim de Século, s.d.

BOCK, Gisela, «Questionando Dicotomias: Perspectivas sobre a história das mulheres», *Variações sobre Sexo e Género*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp.78-101.

BOURDIEU, Pierre, *A Dominação Masculina*, Oeiras, Celta Editores, 1999.

SCOTT, Joan W., «Género: uma categoria útil de análise histórica», *Variações sobre Sexo e Género*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp. 49-77.

## **Memórias e Testemunhos:**

BRITO, Carlos, *Tempo de subversão. Páginas vividas da resistência*, Lisboa, Ed. «Avante!», 1998.

CAMPINO, Joaquim, *Histórias clandestinas*, Lisboa, Ed. «Avante!», 1990.

DIAS, Maria Luísa Costa, *Crianças emergem da sombra. Contos da clandestinidade*, Lisboa, Ed. «Avante!», 1982.

FERREIRA, Georgette, «O Partido na mobilização e participação das mulheres comunistas», *O Militante*, nº 252, Maio/Junho 2001.

FERREIRA, Sofia, «O PCP e o papel das mulheres na luta clandestina», *O Militante*, nº 254, Setembro/Outubro 2001, pp. 19-21.

FONSECA, Teresa (coord.), *A Memória das Mulheres. Montemor-o-Novo em tempo de ditadura*, Lisboa, Ed. Colibri, 2007.

FREITAS, Gina de, *A Força Ignorada das Companheiras*, s.l., Plátano Editora, [1975].

GOMES, Joaquim, *Estórias e emoções de uma vida de luta*, Lisboa, Ed. «Avante!», 2001.

GOUVEIA, Fernando, *Memórias de um inspector da PIDE*, Lisboa, Roger Delraux, 1979.

MAGRO, José, *Cartas da Clandestinidade*, Lisboa, Ed. «Avante!», 2007.

MARQUES, J. A. Silva, *Relatos da Clandestinidade – o PCP visto por dentro*, Lisboa, Ed. Jornal Expresso, 1976.

MELO, Rosa Nery Nobre de, *Mulheres Portuguesas na Resistência*, Lisboa, Seara Nova, 1975.

MOURA, Virgínia, *Mulher de Abril. Álbum de Memórias*, Lisboa, Ed. «Avante!», 1996.

NARCISO, Raimundo, A.R.A.: *Acção Revolucionária Armada: a história secreta do braço armado do PCP*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2000.

- PAULA, Aida, *Com a certeza de quem quer vencer*, s.l., Edições Sociais, s.d. [1975].
- PERDIGÃO, Rui, *O PCP visto por dentro e por fora*, Lisboa, Ed. Fragmentos, s.d. [1988]
- REIS, Manuela Câncio, *A Passagem. Uma biografia de Soeiro Pereira Gomes*, Lisboa, Caminho, 2007.
- RICARDO, José, *Romanceiro do Povo Miúdo – Memórias e confissões*, Lisboa, 1991.
- RODRIGUES, Aurora, *Gente Comum – uma história na PIDE*, Castro Verde, 100 Luz, 2011.
- RODRIGUES, Francisco Martins, *Os Anos do Silêncio*, Lisboa, Ebreense Editora e Dinossauro Edições, 2008.
- IDEM, *História de uma Vida*, Lisboa, Ebreense Editora e Dinossauro Edições, 2009.
- SEABRA, Zita, *Foi Assim*, Lisboa, Alêtheia Editores, 2007.
- SERRA, Jaime, *Eles têm o direito de saber*, Lisboa, Ed. «Avante!», 1997.
- IDEM, *12 Fugas das Prisões de Salazar*, Lisboa, Ed. «Avante!», 2011.
- SILVA, João Céu e, *Álvaro Cunhal e as mulheres que tomaram partido*, Porto, ASA Editores, 1996.
- TENGARRINHA, Margarida, *Quadros da Memória*, Lisboa, Ed. «Avante!», 2004.
- VENTURA, Cândida, *O «Socialismo» que eu vivi*, Lisboa, Ed. O Jornal, 1984.

### **Bibliografia Geral:**

- AA.VV., *PIDE: A história da repressão*, Fundão, Jornal do Fundão, s.d.
- AA.VV., *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982.

ACKELSBURG, Martha, «Mujeres Libres – The Preservation of memory under the politics of repression in Spain», *Memory and Totalitarianism* (ed. Luisa Passerini), Oxford, Oxford University Press, 1992, pp. 125-143.

AEPPA, *Elementos para a história da PIDE*, s.l., s. ed., s.d.

ALMEIDA, Sónia Vespeira, «Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA: uma etnografia retrospectiva», *Arquivos da Memória*, Lisboa, Centro de Estudos de Etnografia Portuguesa, Nova Série, nº 2, 2007.

ÁLVAREZ, Rolando, *Desde las sombras. Una historia de la clandestinidad comunista (1973-1980)*, Santiago, LOM Ediciones, 2003.

AUGÉ, Marc, *As formas do esquecimento*, Almada, Íman Edições, 2001.

BALSINHA, Antónia, *As Mulheres de Alhandra na Resistência*, Vila Nova de Gaia, Ed. Ausência, 2005.

BARRADAS, Ana, «Anos 40 – As clandestinas», *História*, Ano XVIII (Nova Série), nº 17, Fevereiro de 1996, pp. 40-49.

IDEM, «Clandestinidade», *Dicionário de História do Estado Novo*, (dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito), vol. I, Vendas Novas, Bertrand Editora, 1996, pp. 152-156.

IDEM, *As clandestinas*, Lisboa, Ela por Ela, 2004.

CABRERO BLANCO, Claudia, «Espacios femeninos de lucha: ‘rebeldías cotidianas’ y otras formas de resistencia de las mujeres durante el primer franquismo (Asturias, 1937-1952)», *Historia del Presente*, nº 4, 2004, pp. 31-45.

IDEM, *Mujeres contra el franquismo (Asturias 1937-1952)*, Oviedo, KRK ediciones, 2006.

CARDINA, Miguel, «Política, Punição e Silenciamento nas oposições radicais ao Estado Novo», *O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento dos CES/FEUC/FLUC*, nº 4, 2010  
<http://cabodostrabalhos/ces.uc.pt/n4/ensaios.php>

- COELHO, José Dias, *A Resistência em Portugal*, Lisboa, Ed. «Avante!», 2006 [1961]
- COLLING, Ana Maria, «As Mulheres e a Ditadura Militar no Brasil», *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, 2004.
- CONNERTON, Paul, *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras, Celta Editora, 1993.
- CUNHAL, Álvaro, *O Partido com Paredes de Vidro*, Lisboa, Edições «Avante!», 1985.
- IDEM, *Obras Escolhidas (1935-1947)*, Tomo I, Lisboa, Ed. «Avante!», 2007.
- IDEM, *Obras Escolhidas (1947-1964)*, Tomo II, Lisboa, Ed. «Avante!», 2008.
- ERICE SEBARES, Francisco, «El ‘orgullo de ser comunista’. Imagen, autopercepción, memoria e identidade colectiva de los comunistas españoles», *Nosotros los Comunistas. Memoria, identidade e historia social* (eds. Manuel Bueno Lluch e Sergio Gálvez Biesca), Sevilla, FIM/Atrapaseños, 2009, pp. 139-183.
- DI FEBO, Giuliana, «Resistencias femininas al franquismo. Para un estado de la cuestión», *Cuadernos de Historia Contemporánea*, vol. 28, 2006, pp. 153-168.
- FENTRESS, James; WICKHAM, Chris, *Memória Social*, Lisboa, Editorial Teorema, s.d. [1994].
- FERREIRA, Elisabeth F. Xavier, *Mulheres, Militância e Memória*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FERREIRA, Sónia, *Mulheres de Desaparecidos*, Lisboa, Ela por Ela, 2003.
- IDEM, «A fome saiu à rua: as greves de 1943 vividas pelas operárias de Almada», *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, Lisboa, Colibri, nº 18, 2006, pp. 249-272.
- IDEM, *A Fábrica e a Rua – resistência operária em Almada*, Castro Verde, 100 Luz, 2010.
- FOUCAULT, Michel, *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, Ed. Graal, 2004.
- GINARD i FÉRON; «Sobre héroes, mártires, tumbas y hereges. Culturas militantes de los comunistas españoles (1939-1962)», *Nosotros los Comunistas. Memoria, identidade*

e historia social (eds. Manuel Bueno Lluch e Sergio Gálvez Biesca), Sevilla, FIM/Atrapaseños, 2009, pp. 43-91.

GODINHO, Paula, *Memórias da Resistência Rural no Sul: Couço (1958-1962)*, Tese de doutoramento em Antropologia apresentada à FCSH, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1998. (Policopiado)

IDEM, «Género e resistência rural anti-salazarista: memórias femininas do Couço (1958-62)», *Arquivos da Memória*, Lisboa, Ed. Colibri, nº 5, Outono-Inverno 1998, pp. 55-69.

IDEM, *Memórias da Resistência Rural no Sul: Couço (1958-1962)*, Oeiras, Celta Editora, 2001.

IDEM, «'Mquisards' ou 'atracadores'? A propósito das revisões da História no caso de Cambedo da Raia, 1946», *O Cambedo da Raia 1946*, Ourense, Asociación Amigos da República, s.d.

IDEM, «História de um testemunho, com Caxias em fundo», in RODRIGUES, Aurora, *Gente Comum – uma história na PIDE*, Castro Verde, 100 Luz, 2011.

GOFFMAN, Erving, *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*, Lisboa, Relógio d'Água, 1993 [1959]

GORJÃO, Vanda, *Mulheres em Tempos Sombrios. Oposição Feminina ao Estado Novo*, Lisboa, Imprensa Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2002.

HALBWACHS, Maurice, *Les cadres sociaux de la mémoire*, Paris, Albin Michel, 1994.

IDEM, *A Memória Colectiva*, S. Paulo, Centauro Editora, 2004 [1968]

HONÓRIO, Cecília, *Mulheres contra a Ditadura – MUD Juvenil (1946-1957)*, Lisboa, Bertrand Editora, 2014.

MADEIRA, João; FARINHA, Luís; PIMENTEL, Irene Flunser, *Vítimas de Salazar*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007.



MADEIRA, João, *O Partido Comunista Português e a Guerra Fria: «sectarismo», «desvio de direita», «Rumo à vitória» (1949-1965)*, tese de doutoramento em História Institucional e Política Contemporânea, UNL – FCSH, 2011.

MARTINS, Herminio, *Classe, Status e Poder*, Lisboa, ICS, 2006.

MAURÍCIO, Maria José, *Mulheres e Cidadanias: Alguns Perfis e Acção Política (1949-1973)*, Lisboa, Caminho, 2005.

MOLINERO, Carme, «Mujer, represion y antifranquismo», *Historia del Presente*, nº 4, 2004, pp. 9-12.

NEVES, Helena, *O Estado Novo e as Mulheres – O género como investimento ideológico e de mobilização*, (coord. João Mário Mascarenhas), Lisboa, CML/Biblioteca-Museu República e Resistência, s.d. [2001].

NEVES, José, *Comunismo e Nacionalismo em Portugal*, Lisboa, Tinta-da-China, 2008.

NOGUEIRA, Cristina Alexandra Marques, *De Militantes a Clandestinos: Práticas e Processos de Formação na Clandestinidade Comunista (1940/74)*, Universidade do Porto, Dissertação de Doutoramento em Ciências da Educação apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação, 2009.

Organização das Mulheres Comunistas, *Subsídios para a História das Lutas e Movimentos de Mulheres em Portugal sob o Regime Fascista (1926-1974)*, Lisboa, Ed. «Avante!», 1994.

PEREIRA, José Pacheco, «Contribuição para a história do Partido Comunista Português na I República (1921-26)», *Análise Social*, vol. XVII, 1981.

IDEM, *A Sombra – Estudo sobre a Clandestinidade Comunista*, Lisboa, Gradiva, 1993.

IDEM, Álvaro Cunhal – *Uma Biografia Política - «Daniel», o Jovem Revolucionário (1913-1941)*, vol. 1, Lisboa, Temas e Debates, 1999.

IDEM, Álvaro Cunhal – *Uma Biografia Política - «Duarte», o Dirigente Clandestino (1941-1949)*, vol. 2, Lisboa, Temas e Debates, 2001.

PETERS, Edward, *História da Tortura*, Lisboa, Teorema, s.d. [1994] [1985]

PIMENTEL, Irene Flunser, *História das Organizações Femininas do Estado Novo*, Lisboa, Temas e Debates, 2001.

IDEM, *A História da PIDE*, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2007.

IDEM, *Biografia de um Inspector da PIDE*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008.

PIRES, Catarina, *Cinco Conversas com Álvaro Cunhal*, Porto, Campo das Letras, 1999.

PITT-RIVERS, Julian, «Honra e Posição Social», *Honra e Vergonha*, (coord. J. G. Peristiany), Lisboa, FCG, 1988 [1965]

POLLAK, Michael, «Memória, Esquecimento, Silêncio», *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, pp. 3-15.

IDEM, «Memória e Identidade Social», *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, pp. 200-212.

PORTELLI, Alessandro, *A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios* (org. Miguel Cardina e Bruno Cordovil), ed. UNIPOP, 2013.

RABY, Linda Dawn, *A Resistência Antifascista em Portugal 1941/74*, Lisboa, Ed. Salamandra, [1990].

«Repórter Sombra», *Dossier PIDE. Os horrores e crimes de uma «Polícia»*, Lisboa, Agência Portuguesa de Revistas, 1974.

RIBEIRO, Maria da Conceição, *A Polícia Política no Estado Novo. 1926-1957*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000.

ROSAS, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra. 1939-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1990.

IDEM, *Salazar e o Poder. A Arte de saber durar*, Lisboa, Tinta-da-China, 2012.

SCHWARTZ, Paula, «Résistance et différence des sexes: bilan et perspectives», *Les Femmes dans la Résistance en France*, Paris, Tallandier Éditions, 2003, pp. 71-86.

SIRONI, Françoise, Comment devient-on un bourreau? Les mecanismes de destruction de l'autre, 2001. <http://www.ethnopsychiatrie.net/actu/collegedeF.htm>

SIRONI, Françoise, BRANCHE, Raphaëlle, «La torture aux frontières de l'human», *Revue internationale des sciences sociales*, 2002/4, n° 174, pp. 591-600.  
<http://www.cairn.info/revue-internationale-des-sciences-sociales-2002-4-page-591.htm>

SOUTELO, Luciana de Castro, *A memória do 25 de Abril nos anos do cavaquismo: o desenvolvimento do revisionismo histórico através da imprensa (1985-1995)*, Porto, FLUP, dissertação de mestrado em História Contemporânea, 2009. (policopiado).

STEINBACH, Peter, «La transmission de la mémoire et de l'histoire», *Les Femmes dans la Résistance en France*, Paris, Tallandier Éditions, 2003, pp. 369-388.

TIAGO, Manuel, *Até Amanhã, Camaradas*, Lisboa, Ed. «Avante!», 1975.

IDEM, *Lutas e Vidas. Um conto*, Lisboa, Ed. «Avante!», 2003.

TRAVERSO, Enzo, *O Passado, modos de usar*, s.l., UNIPOP, 2012.

VENTURA, António, *Memórias da Resistência – Literatura Autobiográfica da Resistência ao Estado Novo*, Lisboa, CML/Biblioteca-Museu República e Resistência, 2001.

VICENTE, Ana, «Situação das mulheres», *Dicionário de História de Portugal* (coord. António Barreto, Maria Filomena Mónica), vol. VIII, Lisboa, Figueirinhas, 1999, pp. 565-571.

YUSTA, Mercedes, «Rebeldía individual, compromiso familiar, acción colectiva: las mujeres en la resistencia al franquismo durante los años cuarenta», *Historia del Presente*, n° 4, 2004, pp. 63-92.

## **Anexo - Biografias das entrevistadas**

**Cisaltina Maria Santos.** Nasce a 5 de Abril de 1926, em Silves. Frequentou a escola primária, mas com a idade de 10 anos começa a trabalhar na costura. Dos 13 aos 16 vai trabalhar para uma fábrica de conservas onde já laborava o pai. Casa com Américo Leal em Julho de 1946, quando este já desenvolvia trabalho de militante para o PCP, e o seu filho nasce um ano depois, em Julho de 1947. É Américo Leal que lhe propõe passar à clandestinidade para acompanhá-lo, ao que acede, o que terá ocorrido ainda nesse mesmo ano, quando o filho tinha 4 meses. De referir que segundo informações da PIDE, Cisaltina Maria Santos terá vivido numa situação de semi-clandestinidade em 1952, altura em que começa a colaborar no jornal *3 Páginas* sob o pseudónimo de Zulmira, e só em 1953 integraria o quadro de funcionários, após abandonar a actividade que desempenhava enquanto corticeira<sup>336</sup>. A 3 de Dezembro de 1958 é presa pela polícia política numa instalação clandestina situada na Borralheira (Covilhã). O filho com a idade de 2 anos acompanha-a na experiência de prisão, permanecendo em Caxias, onde partilharia a cela com Maria Luísa Costa Dias e Maria da Piedade Morgadinho. A 29 de Outubro de 1959 é julgada pelo Tribunal Plenário de Lisboa, condenada a uma pena de dois anos de prisão e suspensão dos direitos políticos por 5 anos, pena que seria suspensa, sendo restituída à liberdade nesse mesmo dia. Regressa a Sines onde permanece durante algum tempo, mas volta a mergulhar pela segunda vez. Teve dois filhos, um dos quais seria enviado para a Escola-Internacional de Ivanovo. Regressa à terra natal depois do 25 de Abril de 1974.

**Domicilia Correia da Costa.** Nasce a 25 de Janeiro de 1946, em Alhandra. Em 1944 o pai de Domicilia, Antero da Costa, carpinteiro numa fábrica de fiação da localidade, adere às grandes greves ocorridas na região, datando possivelmente dessa data a sua ligação com o PCP, na condição de militante. No início de 1953, o casal (Antero da Costa e Maria Correia dos Santos), juntamente com a filha, passa a viver numa semi-clandestinidade, numa casa arrendada no Lumiar, e posteriormente em Benfica. Em Maio de 1954 a família é transferida para o norte, ingressando na clandestinidade, primeiro no Porto e posteriormente em Leça do Bailio e Matosinhos.

---

<sup>336</sup> Não nos foi possível confirmar os dados.

Domicilia adopta então o pseudónimo de Deolinda, que irá manter até aos 24 anos de idade. É a época em que Domicilia se vê obrigada a abandonar a escola, com a 2ª classe incompleta, pela impossibilidade de apresentar qualquer tipo de documentação. No Porto, a família garante o apoio a elementos da direcção do PCP, a primeira das quais, Cândida Ventura, membro do Comité Central, sendo a casa clandestina palco de reuniões do Comité Central. De Janeiro de 1955 a 1959, a família é transferida para a Margem Sul, onde muda regularmente de localidade, assumindo a responsabilidade pela manutenção de uma tipografia clandestina, onde será impresso o *Corticeiro* e o *Camponês*. No ano de 1963 voltariam a garantir o funcionamento de uma nova tipografia. Com a idade de 10 anos, Domicilia começou a ajudar os pais no trabalho da tipografia, ajudando na revisão das provas e, com 11 anos, passa a colaborar com artigos para *A Voz das Camaradas*, sob o pseudónimo de Daniela. Embora tenha sido sugerido aos pais que Domicilia fosse continuar os estudos em Moscovo, a mãe dela rejeitou sempre a hipótese de se separar da filha. Em 1959 abandonam a tarefa da tipografia, vão morar para Lisboa onde passam a funcionar como casa de apoio ao secretariado e à comissão de redacção do *Avante!*, com a qual Domicilia colaborava ao elaborar a lista de donativos recebidos pelo PCP para publicar no jornal. É nesse mesmo ano, com 13 anos, que Domicilia se vê “promovida” a funcionária. Em 1961 a família é novamente transferida para o Porto. Quando atinge os 17 anos, o PCP considera que Domicilia deve ir trabalhar para o exterior, de modo a tomar contacto com a relação patrão-empregado, empregando-se então em diferentes oficinas de costura. Finalmente, em 1966, Domicilia “autonomiza-se” dos pais e vai ela própria assegurar a defesa e vigilância de casas clandestinas, na companhia do funcionário Silva Marques, de quem se viria a tornar companheira. De 1966 a 1970 mantém quatro casas: primeiro na Baixa da Banheira, depois em Paio Pires, nas Termas de S. Pedro do Sul e finalmente em Viseu. As divergências de Silva Marques com o PCP e que levarão à sua saída do partido, irão justificar a saída de Domicilia da clandestinidade e dos quadros de funcionários, em solidariedade para com ele. Sai do país clandestinamente, com destino a Paris, ajudada pelo irmão de Silva Marques, com quem se torna a reunir. Todavia, a relação entre ambos acabaria por terminar e Domicilia casa com Joaquim Soares Santos Jr, também exilado em Paris, de quem veio a ter dois filhos. Regressam a Portugal depois do 25 de Abril e, de regresso ao Porto, inscreve-se no PCP, vindo a ser candidata

autárquica no concelho de Oliveira do Douro. Em 1991 rompe uma vez mais com o PCP, em solidariedade com Barros Moura, Raimundo Narciso e Mário Lino, então expulsos. Na actualidade mantém-se afastada que qualquer actividade partidária, embora afirme continuar a rever-se no ideal comunista.

**Elídia Rosa Caeiro.** Nasce em 11 de Abril de 1931, em Montoito. Tira a 3ª classe e com 15 anos começa a trabalhar no campo, aprendendo posteriormente o ofício de costura. Com 17 anos torna-se companheira de Dinis Miranda, com quem viria a casar anos depois, e de quem viria a ter duas filhas. Em 1958 abandona Montoito e passa à clandestinidade, vivendo com Dinis Miranda em diferentes casas na Margem Sul do Tejo e, a partir de 1960, na zona do Porto, passando a viver na Areosa. Em 18 de Julho de 1963 é presa pela PIDE, sob a acusação de ser «membro e funcionária do Partido Comunista Português», sendo enviada para Caxias. É libertada em 14 de Janeiro de 1964, regressando a Montoito, passando a viver na legalidade.

**Francisca Galado Caeiro.** Nasce em 17 de Outubro, em Pias, concelho de Serpa. Tira a 3ª classe. Desde muito nova começa a trabalhar no campo, nomeadamente na monda, ceifa e na apanha da azeitona. Com 12 anos é presa pela GNR, por ter participado numa luta reivindicativa. Em 19 de Maio de 1954, quando trabalhava na reparação da estrada Pias-Serpa, participa com as demais mulheres na paralisação do trabalho, como forma de protesto contra o assassinato de Catarina Eufémia. Militante do PCP desde 1954, integra o Comité Local de Pias com a idade de 15 anos. Entre 1954-57 desenvolve trabalho político na Margem Esquerda do Guadiana, com especial incidência para a organização das mulheres. Em 1958 integra a Comissão Distrital de Beja da candidatura de Arlindo Vicente à Presidência da República. Detida pela PIDE na sede de candidatura de Arlindo Vicente em Lisboa, consegue pôr-se em fuga, vivendo a partir de então numa semi-clandestinidade, em várias casas de apoio. Ainda no mesmo ano, passa à clandestinidade, sendo destacada para o Algarve, com a tarefa de organização dos trabalhadores corticeiros e conserveiros de Portimão, Silves e Olhão. Nesta última localidade viria a trabalhar como operária conserveira, sob falsa identidade. Em 1959 é detectada pela PIDE, sendo então transferida para o Barreiro, onde passa a dar apoio ao funcionário Carlos Domingos, à época responsável pela organização do PCP na Margem Sul do Tejo. No Barreiro, a primeira instalação

rapidamente é abandonada, mas na segunda conseguirão manter-se por três anos consecutivos. Francisca assume as tarefas de defesa e vigilância das casas, desenvolvendo também trabalho técnico de apoio a Carlos Domingos, de quem se torna companheira e com quem viria a casar já depois do 25 de Abril. Teve 3 filhos na clandestinidade, o primeiro dos quais viria a falecer com um mês de idade. Em meados de Maio de 1962 o casal é transferido para Lisboa, assumindo Carlos Domingos o controlo da organização militar do PCP. O casal viveu na região de Lisboa de 1962 e 1964, sendo então transferidos para o Norte do País, para assumirem o apoio à Comissão Executiva. A primeira casa montada foi em Espinho, a qual se manteve durante 3 anos. Em simultâneo, o casal garantiu a existência de mais três casas, em Vila Nova de Gaia, Lavadores e Francelos, todas elas utilizadas como apoio ao trabalho de direcção. Entre 1964-65, Francisca assumiu a tarefa de transportar do Porto para Lisboa as maquetas do *Avante!* e do *Militante*, para serem impressos em Lisboa e no Sul. Em 1967, Carlos Domingos é destacado novamente para a Margem Sul do Tejo, cuja organização havia sido afectada por um conjunto de prisões. O casal instala-se numa casa clandestina na Cruz de Pau, onde permaneceriam durante 3 anos. Em 1970 o casal faz uma viagem à URSS, onde já se encontrava o filho mais velho do casal desde 1968, a estudar na escola de Ivanovo, ao qual se juntaria a sua irmã, em 1972. Em 27 de Setembro de 1972, Carlos Domingos é preso e julgado em 10 de Maio de 1973, sendo condenado a 3 anos de prisão maior e na suspensão de direitos políticos por 15 anos. Após o julgamento do companheiro e devido a problemas de saúde que entretanto enfrentava, a Direcção do PCP decide que seria conveniente que Francisca saísse do País e pedisse asilo político na Bélgica, o qual lhe seria concedido pela ONU apenas nos primeiros dias de Abril de 1974. Com o 25 de Abril, regressa a Portugal exactamente no dia primeiro de Maio. «Neste momento, apesar de estar retirada da vida política activa (está reformada), continua a defender as mesmas ideias (o marxismo-leninismo) e recusa-se a alinhar em quaisquer acções divisionistas, venham donde vierem»<sup>337</sup>.

**Margarida Tengarrinha.** Nasce em 7 de Maio de 1928, em Portimão. Faz até 3º ano de liceu na sua terra natal, transitando depois para o liceu Pedro Nunes, em Lisboa. A 8 de Maio de 1945 integra a manifestação comemorativa do fim da II Guerra

---

<sup>337</sup> Com base em depoimento escrito enviado por Francisca Caeiro e Carlos Domingos.

Mundial. Iniciou a luta política em 1949/1950, integrada no MUD Juvenil, na Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, tendo sido membro da Comissão de Escola, de que José Dias Coelho era responsável e em 1951/1952 passa a fazer parte da Direcção Universitária do MUD Juvenil. Simultaneamente, participa na luta pela Paz e contra a reunião ministerial da NATO em Lisboa. Nos fins de Maio desse mesmo ano, juntamente com Dias Coelho, é expulsa da Escola de Belas-Artes de Lisboa e proibida de frequentar qualquer outra faculdade do país, pelo seu papel na luta pela Paz. Em Junho, são ambos expulsos da Escola Preparatória de Paula Vicente, na qual leccionavam. Companheira de José Dias Coelho desde 1952, da sua relação nasceram duas filhas, uma das quais em plena clandestinidade. No decorrer do ano de 1952, Margarida Tengarrinha adere ao PCP. Na condição de militante comunista, integra uma Comissão Unitária de apoio aos presos políticos e fez parte da Comissão Democrática de Mulheres que preparou a ida de uma delegação portuguesa chefiada por Maria Lamas ao Congresso Mundial de Mulheres, realizado em Copenhaga em 1953, onde será lida uma comunicação de sua autoria com o título *A Mulher, a Criança e o Fascismo*. Entre 1952 e 1955 trabalha como redactora e desenhadora na revista *Modas e Bordados*, onde entrou pela mão de Maria Lamas. Em 1954 Margarida Tengarrinha e José Dias Coelho vivem já numa semi-clandestinidade, passando definitivamente à clandestinidade em 1955, onde ambos assumem a tarefa de montar uma Oficina de Falsificação de documentos. Margarida assume ainda a responsabilidade de editar *A Voz das Camaradas*, boletim interno dirigido às funcionárias das casas clandestinas e a revista *Portugal-URSS*. Foi redactora do jornal *Avante!* entre 1956 e 1961, onde escreveu vários artigos dedicados à repressão e à vida prisional. Em 1958, é atribuído ao casal a responsabilidade de fotografar a documentação do arquivo histórico do PCP. Entre 1960-61, Margarida Tengarrinha e Dias Coelho escrevem em parceria o livro *Crónicas da Resistência em Portugal*, que seria publicado no Brasil. Em Portugal, a primeira edição foi publicada já depois do 25 de Abril, sob o título *A Resistência em Portugal*. Depois do assassinato do seu companheiro José Dias Coelho, ocorrido em Lisboa em 19 de Dezembro de 1961, vai para Moscovo onde trabalha directamente com Álvaro Cunhal, seguindo depois para Bucareste, onde trabalha como redactora da Rádio Portugal Livre entre 1964 e 1967. Foi delegada ao VI Congresso do PCP realizado em Kiev em 1965 e membro da sua comissão de redacção. Em 1968, regressa a Portugal e,



uma vez mais na clandestinidade, assume novamente a função de redactora do *Avante!* entre 1968 e 1971 e, em 1969, a direcção do Sector dos Economistas de Lisboa. Em 1970, torna-se companheira de Carlos Costa, que à época era responsável pela Organização Regional do Norte. Como Margarida era menos conhecida, fica responsável pela tipografia do Norte que imprimia todos os documentos saídos dessa Organização, o jornal *O Têxtil*, assumindo ainda a tarefa de redigir o jornal *A Terra*. Depois do 25 de Abril, teve várias tarefas na Direcção da Organização Regional do Norte, na Direcção Regional de Lisboa e na Direcção da Organização Regional do Algarve do PCP. Foi membro do Comité Central do PCP de Maio de 1974 a 1988. Deputada pelo Algarve à Assembleia da República, cumpriu três mandatos. Voltou a dedicar-se à pintura e em 2004 foi publicado pela Editorial «Avante!», o livro de sua autoria, *Quadros da Memória*. Membro do Conselho Português para a Paz e Cooperação, Margarida Tengarrinha é, ainda hoje, militante do PCP<sup>338</sup>.

**Maria Conceição Rodrigues de Matos Abrantes** Nasce a 21 de Dezembro de 1936, em S. Pedro do Sul. Em 1939, com 3 anos de idade vem morar para o Barreiro com os pais e mais cinco irmãos, visto que seu pai conseguira colocação nas fábricas da CUF. Faz a instrução primária na escola da Companhia, começando de imediato a trabalhar: numa fábrica de pirolitos a lavar garrafas, no ofício de costura, numa fábrica de cortiça e também na zona têxtil da CUF, em regime de contrata. Entretanto, em 1956, o seu irmão Alfredo Matos adere ao MUD Juvenil e Conceição segue-lhe as pisadas. Como militante do MUDJ, participa em várias acções de agitação e propaganda, na recolha de fundos e em piqueniques organizados pela organização juvenil. É ainda na década de 50 que conhece Domingos Abrantes, de quem se viria a tornar companheira, anos mais tarde. Entretanto, em Janeiro de 1957 o irmão de Conceição, Alfredo Matos é preso pela actividade desenvolvida no MUDJ, cumprindo 4 anos e 6 meses de pena em diferentes cadeias do País. Será na cadeia da sede da PIDE no Porto que Alfredo Matos, em Setembro de 1961, adere ao PCP. Durante a prisão do irmão, Conceição Matos continua a desenvolver tarefas integradas no MUDJ. Com a libertação do irmão, Conceição adere ao PCP, dedicando-se à distribuição de propaganda clandestina, do jornal *Avante!*, recebendo quotizações e tomando parte em várias manifestações de

---

<sup>338</sup> Com base em depoimento escrito enviado por Margarida Tengarrinha.

protesto. Em Dezembro de 1962 passa à clandestinidade, e vai montar uma instalação com Domingos Abrantes na Amora-Seixal, posteriormente na Costa da Caparica e por fim no Montijo, onde viria a ser presa. Nas casas clandestinas, Conceição assumiu a tarefa de vigilância e defesa, desenvolvendo trabalho técnico de apoio a Domingos Abrantes, tendo ainda encontros de rua para a troca de imprensa com outras funcionárias clandestinas. Colabora no jornal *A Voz das Camaradas* com o pseudónimo de “Marília”. Na madrugada de 21 de Abril de 1965, às quatro e meia da manhã é assaltada a instalação clandestina do Montijo, por dois GNR’s e uma brigada da PIDE. Ainda assim, Conceição Matos conseguiu destruir grande parte da documentação existente na casa. Vai para a António Maria Cardoso e posteriormente levada para Caxias. Na noite desse mesmo dia, Domingos Abrantes acabaria por ser também capturado pela PIDE. Levada para a sede da PIDE para interrogatório, apesar de ser sujeita a torturas físicas e psicológicas, Conceição Matos recusa-se sempre a prestar qualquer tipo de declaração. Em 13 de Janeiro de 1966 é condenada pelo 4º Juízo Criminal de Lisboa a 18 meses de prisão e na suspensão de direitos políticos por 5 anos, sendo libertada em 23 de Outubro desse mesmo ano. Domingos Abrantes, por seu turno, seria condenado em 11 anos de prisão. Depois de ser libertada, Conceição Matos permanece na legalidade, embora desenvolvendo trabalho de apoio aos presos políticos e suas famílias. Participa na fundação do MDM. No dia 2 de Setembro de 1968 é presa novamente à porta do laboratório Medicamenta onde trabalhava, acusada de manter ligações com os movimentos de libertação das colónias. Viria a ser libertada em 8 de Novembro de 1968. Em 18 de Outubro de 1969 casa com Domingos Abrantes na cadeia de Peniche, onde este cumpria a pena de prisão, o que lhe permitia finalmente, o acesso a visitas. Durante esse período, desenvolve trabalho legal ao nível do PCP e participa também nas actividades desenvolvidas pela Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, entretanto fundada. Em Março de 1973, Domingos Abrantes é libertado e, em Abril desse mesmo ano, assistem ao Congresso da Oposição Democrática realizado na cidade de Aveiro. Posteriormente, o casal ingressa novamente na clandestinidade e em Fevereiro de 1974 vão para Paris, ao serviço do PCP. Regressam a Portugal no dia 30 de Abril de 1974, no mesmo voo de Álvaro Cunhal, participando já na manifestação do 1º de Maio. Actualmente reformada, Conceição Matos continua a trabalhar no Centro de Trabalho Vitória.

**Maria Fernanda Ferreira Alves Rodrigues.** Nasce em 3 de Julho de 1931, na cidade de Lisboa. Maria Fernanda conclui a 4ª classe e depois prossegue os estudos em casa. Com 21 anos emprega-se num escritório. Através da sua irmã, Maria Cecília Ferreira Alves, adere ao MUD Juvenil, o que motivará a sua primeira prisão, ocorrida em Setembro de 1953, ficando detida por um mês. Em Dezembro do mesmo ano é novamente detida, juntamente com cerca de 50 pessoas, por ter ido esperar Maria Lamas ao Aeroporto de Lisboa, que regressava de Copenhaga, onde se realizara o Congresso Mundial de Mulheres. Fica detida em Caxias até Janeiro de 1954. Em 30 de Outubro de 1954 casa com Francisco Martins Rodrigues à época já a viver numa semi-clandestinidade na qualidade de funcionário do MUDJ e passam à clandestinidade, passando a viver numa casa ilegal nos arredores de Lisboa. Maria Fernanda ficou responsável pela defesa e vigilância das casas ilegais, desenvolvendo ainda tarefas de apoio técnico: traduzia textos, dactilografava, imprimia, gravava emissões da Rádio Moscovo para depois transcrever. Em 1956 o casal está colocado numa tipografia clandestina situada em Lisboa, juntamente com mais três funcionários: Albina Pato, Fernanda Paiva Tomás e Joaquim Carreira. Voltariam a desenvolver trabalho numa tipografia depois da fuga de Francisco Martins Rodrigues de Peniche. Em Fevereiro de 1957, Francisco Martins Rodrigues é preso num encontro de rua e Maria Fernanda numa parte de casa onde moravam, na Av. Elias Garcia, em Lisboa. É condenada a 24 meses de prisão e a medidas de segurança. Como à altura da prisão estava grávida, o filho acabaria por nascer no Hospital Santa Maria, indo depois com ela para Caxias, onde permaneceria, até à libertação de Maria Fernanda, em Agosto de 1959. Permanece na legalidade, até que em 3 de Janeiro de 1960, Francisco Martins Rodrigues participa na fuga colectiva de Peniche. Em Setembro desse mesmo ano, Maria Fernanda deixa de se apresentar na PIDE, e mergulha novamente na clandestinidade, onde já se encontrava o marido. Francisco Martins Rodrigues passa então a desenvolver tarefas no Comité Local de Lisboa e em Maio de 1961 é cooptado para o Comité Central, na condição de suplente, e em Janeiro de 1962, depois de uma vaga de prisões, é chamado para a Comissão Executiva do Comité Central. Entretanto, Maria Fernanda fica grávida do filho mais novo, que acabaria por nascer em Dezembro de 1961. Embora não de considerasse militante do PCP e tivesse passado à clandestinidade apenas para acompanhar o marido, para além das várias tarefas que desempenhava, Maria Fernanda

viria a colaborar no jornal *A Voz das Camaradas* sob o pseudónimo de “Cecília”. Entretanto, Martins Rodrigues começa a desenvolver divergências com a linha política seguida pelo PCP. No Verão de 1963 sai clandestinamente do País em direcção a Moscovo para reunir com o Comité Central, onde as divergências se agravam. Em Outubro desse mesmo ano é integrado na organização do PCP existente em Paris, mas acaba por sair do partido, participando posteriormente na criação do Comité Marxista-Leninista Português e na Frente de Acção Popular. Maria Fernanda, que entretanto se mantivera na clandestinidade, em Dezembro de 1963 toma conhecimento da saída do marido do PCP e, como tal, decide também ela sair da organização, com a qual não se revia. Sem qualquer tipo de apoio, acaba por ir morar para a casa de família em S. Domingos de Rama e posteriormente com a irmã, Maria Cecília Ferreira Alves Ramos de Almeida. Francisco Martins Rodrigues, ao entrar clandestinamente no País em Julho de 1965, entra em contacto com Maria Fernanda, que recusa passar novamente à clandestinidade. Apesar de não manter qualquer tipo de actividade política, é novamente presa a 30 de Janeiro de 1966, sendo submetida a tortura. Depois do 25 de Abril adere à UDP da qual se viria a desligar, integrando também na AEPPA. Actualmente não mantém qualquer actividade partidária.

**Maria Lourenço Cabecinha.** Nasce em 17 de Março de 1933, na freguesia de S. Romão, concelho de Montemor-o-Novo. Com 12 anos de idade começou a trabalhar no campo, na apanha da azeitona, na monda e na ceifa. Não frequentou a escola, aprendendo a ler com o pai, com 12 anos de idade. Em 1945 assiste à prisão de um dos seus tios e em 1947 toma parte activa numa luta dos assalariados agrícolas, pelo aumento dos salários. Em 1948, com 15 anos de idade, passa a militar no PCP e no ano seguinte assiste a uma nova vaga de prisões, entre as quais a de seu pai, dos tios e demais colegas de trabalho. Com 18 anos, torna-se companheira de António Gervásio, o qual era já militante do PCP. Entretanto, o casal é abordado para integrar os quadros de funcionários, mas como Maria Lourença estava grávida, resolveram aguardar o nascimento do filho. Passaram à clandestinidade em 1952, tinha o filho 3 meses, o qual ficaria com eles até aos 2 anos e 10 meses de idade, sendo então levado para junto dos avós. Volta a vê-lo tinha ele 7 anos de idade, num encontro organizado pelo Partido, e anos depois, já durante a sua prisão, tinha o filho 13 anos. Na clandestinidade, Maria Lourença assume a manutenção e a defesa e vigilância das casas clandestinas, prestando

ainda apoio técnico a António Gervásio, que assume tarefas de organização. Na clandestinidade, Maria Lourenço aproveita o tempo livre para melhorar os seus conhecimentos de leitura e de escrita, vindo a colaborar no jornal 3 Páginas com o pseudónimo de “Leontina” e n’ *A Voz das Camaradas* com o pseudónimo de “Lina”. Depois de passar à clandestinidade, o casal vai para Évora e posteriormente para diversas localidades da Margem Sul: Arrentela, Torre da Marinha e Baixa da Banheira. Entretanto, António Gervásio, que fora preso pela primeira vez em 1947, é novamente preso em 1960, vindo a protagonizar uma das mais célebres fugas colectivas do Estado Novo, ocorrida a 4 de Dezembro de 1961, do forte de Caxias, num carro blindado, indo ao reencontro da sua companheira, que entretanto permanecera na clandestinidade. Em 1963, António Gervásio desloca-se à URSS, de onde viria a regressar em 1964. Nesse período de tempo, Maria Lourença é colocada junto a um casal de funcionários oriundos do Couço, Joaquim Augusto dos Santos “O Joaquim Mocinho” e Amélia Maria Estevão, que tinham a viver consigo a filha do casal, numa casa clandestina situada no Penteado (Moita). Na casa do Penteado, para além de auxiliar Amélia Estevão, Maria Lourença dá apoio técnico a Joaquim dos Santos, o qual integrava o Organismo da Direcção Regional do Sul, dactilografando os mais variados documentos. A 3 de Abril de 1964 Joaquim dos Santos é preso, que acaba por dar a localização da casa clandestina onde residia. Em consequência, ambas as funcionárias são presas no dia 12 de Abril, por volta das 21 horas, sendo transferidas para Caxias em regime de isolamento contínuo. Sujeitas a interrogatório, ambas se recusam a prestar quaisquer declarações e a assinar os autos. Como se pode ler no processo-crime respeitante ao comportamento de Maria Lourenço, «Esta arguida, cumprindo intransigentemente a “palavra de ordem” do “partido comunista português”, recusou-se também a responder a todas as perguntas que lhe foram feitas acerca das actividades ilegais que vinha desenvolvendo como “membro” e “funcionária” daquela associação secreta e subversiva e, consequentemente, a esclarecer essas actividades delituosas.» Maria Lourença é julgada em 21 de Janeiro de 1965 pelo 4º Juízo Criminal de Lisboa, sendo condenada na pena de dois anos e dez meses de prisão maior, na suspensão de direitos políticos por 15 anos e em medidas de segurança de internamento indeterminado, de 6 meses a 3 anos, com possibilidade de prorrogamento. Em 25 de Março de 1967 inicia o cumprimento das medidas de segurança e a 12 de Setembro de 1969 é-lhe concedida a liberdade

condicional, sendo libertada no dia 18 do mesmo mês. Como não era casada com António Gervásio, foi impedida de o ver durante os 5 anos e meio que esteve presa. Depois de ser libertada, regressa a Montemor para junto da família, tratando de problemas de saúde que entretanto se haviam desenvolvido durante a sua prisão. Faz também o exame da 4ª classe. Permanecendo na legalidade durante 10 meses, em Julho de 1970 regressa novamente à clandestinidade na companhia de António Gervásio até Julho de 1971, data em que este é preso novamente. Condenado a 14 anos de prisão, Gervásio estava a cumprir a pena em Peniche quando se dá o 25 de Abril. Após a prisão do companheiro, Maria Lourença permanece na clandestinidade, sendo transferida de Lisboa onde se encontrava, para o Porto, vivendo numa casa ilegal com Deolinda Franco, a quem havia sido atribuída tarefas de organização. Quando se dá o 25 de Abril, estava novamente em Lisboa, a viver numa casa clandestina com Sofia Ferreira. Reencontra-se novamente com o companheiro e em Maio regressam ao Alentejo, onde Maria Lourença participa na abertura de centros de trabalho em Montemor e Évora. Afastada da vida partidária activa por razões familiares, Maria Lourença permanece militante do PCP.

**Maria Machado.** Nasce em 1 de Dezembro de 1949, em Vale de Vargo. Filha de José Lobato Pulquério e de Úrsula Machado Castelhana Pulquério, casal que passa à clandestinidade em 1957, fazendo-se acompanhar das duas outras filhas (Maria José e Luísa Basto). Maria Machado permanece com os tios em Vale de Vargo, indo depois para Beja para casa dos avós paternos, de modo a concluir a instrução primária. Preparava-se para fazer o exame da 4ª classe quando é chamada para junto dos pais, ingressando na clandestinidade com 11 anos, em 1960. À época, os pais eram responsáveis por uma tipografia clandestina, onde eram impressos o *Avante!*, o *Militante* e outros materiais de propaganda e Maria começou a ajudá-los na tarefa. Entretanto, passa a colaborar com artigos para o jornal *A Voz das Camaradas*. Em 1966 o PCP propõe que Maria fosse tirar um curso político na Escola de Komonsol, em Moscovo, onde já se encontrava a sua irmã mais velha, Luísa Basto, atravessando a fronteira “a salto”, na região de Trás-os-Montes. Na escola conhece Raimundo Narciso, à época funcionário do PCP, a frequentar o mesmo curso. Regressa a Portugal em 1968 e vai morar com Raimundo Narciso, de quem se tinha tornado companheira, para uma casa clandestina em Lisboa. Com a criação ARA (Acção Revolucionária Armada), cuja

primeira acção pública seria o ataque ao navio Cunene, em 26 de Outubro de 1970, e sendo Raimundo Narciso um dos funcionários destacados pelo PCP para integrar a organização, Maria colabora com a mesma, ajudando na criação de um laboratório e no reconhecimento de objectivos. Em simultâneo, e tal como acontecia nas casas clandestinas, assegura a defesa e vigilância das instalações. Na clandestinidade tem dois filhos, Leonor e José Alexandre, este último a última criança a nascer na clandestinidade. Depois do 25 de Abril de 74 foi funcionária do PCP. Na actualidade está afastada de qualquer actividade partidária.

**Maria da Silva Carvalho.** Nasce em 11 de Janeiro de 1926, na Nazaré, filha do médico da localidade. Frequenta a instrução primária na sua terra natal, vindo depois residir para a casa de uns tios em Lisboa, onde frequenta o Curso Geral dos Liceus. Regressa à Nazaré onde trabalha temporariamente numa fábrica de cartonagens, aderindo então ao MUD Juvenil, sendo por isso chamada ao Posto da PIDE em Leiria para prestar declarações. De regresso a Lisboa, tira o curso de educadora infantil no João de Deus. Sócia da Associação Feminina Portuguesa Para a Paz, intensifica a sua militância no MUDJ, dando apoio numa casa semi-clandestina da organização juvenil, onde co-habitaria com Borges Coelho e outro colega. Militante do PCP desde 1951, é convidada a passar à clandestinidade. Entre Setembro de 1951 e Janeiro de 1952 passou por várias casas de apoio, vivendo numa semi-clandestinidade. Em Fevereiro de 1952 vai para a sua primeira casa clandestina, no Barreiro, assumindo tarefas de defesa e vigilância, vivendo com o funcionário de Isidro Conceição Paula, de quem viria a ser companheira e de cuja relação nasceriam 3 filhos, em plena clandestinidade, dois rapazes e uma rapariga. Maria Carvalho acabaria por separar-se do companheiro. Viveu em várias casas clandestinas em diversas regiões do País: Margem Sul, Algarve, Beiras, Trás-os-Montes, Lisboa, dando apoio a diferentes funcionários. Colaborou no 3 *Páginas*. Frequentou um curso político na URSS e dois dos seus filhos frequentaram a escola de Ivanovo. Em Junho de 1974 é colocada no Centro de Trabalho do PCP em Almada, que continua a frequentar na actualidade.

**Sofia Ferreira.** Nasce em 1 de Maio de 1922, em Alhandra. Não frequenta a escola e com a idade de 10 anos começa a trabalhar no campo. Aos 12 anos vem para Lisboa, desempenhando funções de serviço doméstico. Militante do PCP desde 1945,

passa à clandestinidade em 1946, trabalhando numa tipografia clandestina situada no concelho da Figueira da Foz, onde permanece até 1948, sendo transferida para uma casa do Secretariado, no Luso. Colabora no jornal *A Voz das Camaradas* com o pseudónimo de “Zélia”. É presa pela primeira vez em 25 de Março de 1949, juntamente com Álvaro Cunhal e Militão Ribeiro, dando entrada na sede da PIDE, no Porto e transferida para Caxias em 15 de Setembro de 1949. Julgada a 9 de Maio de 1950, é condenada na pena de 18 meses de prisão correcional, suspensão de direitos políticos por 3 anos e sujeita a medidas de segurança. Após recurso do Ministério Público, vê a pena ser-lhe agravada para 20 meses de prisão correcional e um ano de internamento como medida de segurança. Em 4 de Fevereiro de 1953 sai em liberdade condicional. Em Agosto do mesmo ano passa novamente à clandestinidade, na região do Porto, ainda com tarefas relacionadas com a defesa e vigilância das casas clandestinas. Em 1955 assume tarefas de organização no Comité Local do Porto, onde se manteve até 1957, ano em que transita para o Comité Local de Lisboa, e assume tarefas ligadas ao Secretariado. No V Congresso do PCP realizado em 1957 é eleita para o Comité Central. Em 28 de Maio de 1959 é presa pela segunda vez, em plena rua, juntamente com o funcionário António Santo, recolhendo a Caxias. Julgada em 24 de Maio de 1960 é condenada na pena de 5 anos e meio de prisão maior, na suspensão de direitos políticos por 15 anos e em medidas de internamento indeterminado, de 6 meses a 3 anos, prorrogável. Em 11 de Outubro de 1965 inicia o cumprimento das medidas de segurança, sendo-lhe concedida a liberdade condicional a 5 de Agosto de 1968, sendo libertada no dia seguinte. Em 9 de Novembro de 1968 casa com António Santo, passando novamente à clandestinidade em Dezembro desse mesmo ano. Em 24 de Janeiro de 1969, juntamente com António Santo, sai clandestinamente do País, com destino à URSS para a frequentarem curso político. Regressam ao País em Setembro de 1970, assumindo ambas funções na Margem Sul do Tejo mas, após a traição de Augusto Lindolfo, transitam uma vez mais para o sector de Lisboa, no qual se manteriam até ao 25 de Abril de 1974. Apesar de reformada, Sofia Ferreira desenvolve ainda hoje trabalho na sede do PCP, na Soeiro Pereira Gomes. Faleceu em 22 de Abril de 2010.

**Teodósia da Conceição Gregório.** Nasce em 11 de Janeiro de 1935, na freguesia de S. Cristóvão, concelho de Montemor-o-Novo. Começa a trabalhar no campo com a idade de 9 anos, na monda, na desmoita e na ceifa. O pai, Manuel José



Vagarinho, seareiro, era militante do PCP, e será através dele que Teodósia primeiro toma contacto com os materiais do Partido. É ainda o pai que lhe serve de interlocutor, e lhe coloca a questão de passar à clandestinidade, ao que Teodósia acede com a idade de 19 anos, em Abril de 1954. Vem para Lisboa, onde é colocada numa instalação juntamente com Aida Magro e Afonso Gregório, que lhe ensinam as tarefas que passaria a assumir, tarefas relacionadas com a manutenção, defesa e vigilância da casa clandestina. Posteriormente, vai para uma instalação em Caneças, onde assume o papel de “casal” com Afonso Gregório. Será na clandestinidade que Teodósia aprende a ler e a escrever, já que na infância não tivera oportunidade de frequentar a instrução primária. Vem a colaborar no jornal *A Voz das Camaradas*, com o pseudónimo de “Lucinda”. Com 34 anos, já na legalidade, faz o exame da 4ª classe. Em 1955, Teodósia e Afonso tornam-se companheiros, de cuja relação nasceria um rapaz, em plena clandestinidade, em casa de militantes legais. Tinha o filho 5 meses quando Afonso Gregório é preso pela PIDE, em Agosto de 1959, vindo a ser libertado ao fim de 10 anos. Durante os anos de prisão do companheiro, Teodósia decide permanecer na clandestinidade, dando apoio a diferentes funcionários ou a casais de funcionários, como foi o caso de Margarida Tengarrinha e José Dias Coelho. Por razões de segurança, Teodósia acabaria por ter de se separar do filho quando este atinge a idade de 4 anos, entregando-o aos cuidados de seus pais, ficando sem o ver durante 6 anos. Teodósia esteve em várias casas clandestinas em diferentes regiões do País: Margem Sul, zona Oeste, Lisboa e Porto. Em 1969, Afonso Gregório é libertado, com a saúde bastante debilitada. Em 1970, Teodósia vem para junto do companheiro, passando a viver na legalidade. Casam então oficialmente. Devido aos problemas de saúde de Afonso, o casal viaja para a URSS para que este tivesse oportunidade de fazer tratamento. A polícia viria a recusar dar passaporte ao filho de ambos, e assim o casal parte sozinho. Da URSS seguem para a Bélgica, de onde regressam após o 25 de Abril, permanecendo ambos funcionários do PCP. Actualmente, apesar de reformada, Teodósia Gregório continua a trabalhar na sede do PCP, na Soeiro Pereira Gomes.